

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

ANDRÉ MENARI

**EM BUSCA DO HOMEM DE PRATA:
O REI ARGANTÔNIO E O CASO TARTESSOS**

Alfenas/MG

2017

ANDRÉ MENARI

**EM BUSCA DO HOMEM DE PRATA:
O REI ARGANTÔNIO E O CASO TARTESSOS**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: História Ibérica. Orientador: Prof. Dr. Cláudio Umpierre Carlan

Alfenas/MG

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Biblioteca Central da Universidade Federal de Alfenas

Menari, André

Em busca do homem de prata: o Rei Argantônio e o caso Tartessos /
André Menari. -- Alfenas/MG, 2017.

136 f.

Orientador: Cláudio Umpierre Carlan

Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade
Federal de Alfenas, 2017.

Bibliografia.

1. Iberica, Peninsula (Espanha e Portugal). 2. Antiguidades.
3. Civilização – Historia. I. Carlan, Cláudio Umpierre. II. Título.

CDD-946

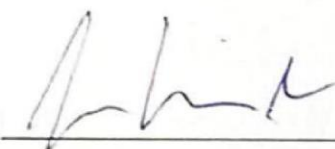
ANDRÉ LUIS MENARI PEREIRA

**“EM BUSCA DO HOMEM DE PRATA: O REI ARGANTÔNICO E O CASO
TARTESSOS”.**

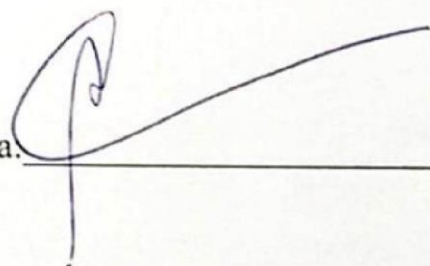
A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Dissertação apresentada como parte dos
requisitos para a obtenção do título de Mestre em
História Ibérica pela Universidade Federal de
Alfenas. Área de concentração: Ensino e
Pesquisa de História Ibérica

Aprovado em: 25/09/2017

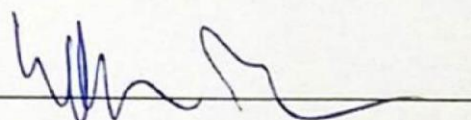
Prof. Dr. Cláudio Umpierre Carlan
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura: 

Prof. Dr. André Luiz Sena Mariano
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura: 

Prof. Dr. Wellington Ferreira Lima
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura: 

Dedico a todos aqueles que de alguma forma doaram um pouco de si para que a conclusão deste trabalho se tornasse possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais Renata Menari Pereira e Ézio Francisco Pereira pelo apoio na escolha da carreira na área de História. Agradeço também aos amigos Júlio César do Carmo de Sá, Crosley Rodrigues Gomes, Mickaela Schwab Muniz, Fernanda Siqueira, entre tantos outros, pelos vários momentos em que acabei, durante nossas conversas, explanando sobre esta pesquisa e das valiosas informações ou ideias que ajudaram na elaboração deste trabalho. Agradeço especialmente aos amigos com quem durante a estadia em Alfenas, dividi a moradia e que, também, foram alvos de minhas explicações sobre este trabalho e de piadas que extrapolam os limites da sanidade, Leonardo Ueda da Mata, Jader Augusto Costa, Victor Fantin e Allison Vieira. Por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Claudio Umpierre Carlan, pelo apoio e pelas referências dadas para a elaboração deste trabalho, aos integrantes da Banca Examinadora, Prof.^a Dr. Dr. André Luiz Sena Mariano, Prof. Dr. Wellington Ferreira Lima e Prof.^a Dr.^a Aparecida Maria Nunes que esteve na banca de qualificação e acompanhou o desenvolvimento do trabalho. Além disso, agradeço a todos os colegas da turma de 2016 do Mestrado, Ademir Dias Aguiar, Bruno Hermes de Oliveira Santos, Cleiton de Oliveira, Érica Viana Albarral, Flávio Rodrigues Andrade, Janaína dos Reis Alves, João Paulo Pereira de Almeida, Maria Aparecida Avelino, Pedro Hermes de Oliveira e Priscilla Guimarães Cornélio, com quem dividimos angústias e frustrações, mas principalmente alegrias e conselhos durante o tempo em que convivemos. Agradeço ainda a todos os profissionais da UNIFAL-MG envolvidos na minha formação acadêmica. E, por fim, a você, caro leitor. Espero que este trabalho também auxilie em seu crescimento profissional, acadêmico e pessoal.

*O texto não muda, o que muda é nosso olhar.
Mas o texto não age sobre as realidades do mundo se não através do filtro do nosso olhar.
Olhar que em cada época se demora sobre certas frases e desliza por outras sem as ver.*

(MAALOUF, 1998, p.58)

RESUMO

O papel da Península Ibérica na Antiguidade tem sido debatido constantemente na historiografia internacional e também pela brasileira. Este trabalho tem como norte analisar a presença nas fontes escritas da Antiguidade do reino de Tartessos e do rei Argantônio. Desta maneira, buscaremos, com base nas obras de *Historias*, de Heródoto, *Geografia de Ibéria*, de Estrabão e *Orla Marítima*, de Avieno investigar algumas questões pertinentes à natureza do reino de Tartessos e como estes pontos nos ajudam a compreender, também, as características da Península Ibérica no período pré-romano. O Objeto de Aprendizagem que acompanha esta pesquisa e que foi desenvolvido durante o Programa de Pós-Graduação em História Ibérica trata-se de um jogo digital chamado *Deuses do Tempo*. Conta a história de três arqueólogos que são jogados em vários períodos do passado por enfurecer uma divindade. Para voltar ao seu tempo de origem, devem cumprir algumas tarefas.

PALAVRS-CHAVE: Península Ibérica. Antiguidade. Tartessos. Argantônio.

ABSTRACT

The role of the Iberian Peninsula in antiquity has been constantly debated in international and also Brazilian historiography. This research analyzes the presence in the written sources of Antiquity of the kingdom of Tartessos and the king Argantônio. In this way, we will seek, based on the works of Herodotus (*History*), Strabo, (*Geography of Iberia*) and Avieno (*Ora Maritima*), an investigate some questions pertinent to the nature of the kingdom of Tartessos and how these points help us to understand, also, the characteristics of the Iberian Peninsula in the pre-Roman period. The Learning Object that accompanies this research and was developed during the Post-Graduate Program in Iberian History is a digital game called Gods of Time. It tells a story of three archaeologists who have been thrown in various periods of the past by infuriating a deity. To get back to their source time, they must complete some tasks.

KEY-WORDS: Iberian Peninsula. Antiquity. Tartessos. Argantônio.

LISTA DE IMAGENS

- IMAGEM 1** - MAPA GERAL DA ESPANHA COM AS LOCALIZAÇÕES DAS CIDADES DE HUELVA, SEVILHA E CÁDIZ37
- IMAGEM 2** - REGIÃO DO BAIXO GUADALQUIVIR ENTRE AS CIDADES DE HUELVA, SEVILHA E CÁDIZ.37
- IMAGEM 3** - REPRESENTAÇÃO ILUSTRATIVA DA ÁREA AO ENTORNODO LAGO LIGUSTINO39
- IMAGEM 4** - REPRESENTAÇÃO DA REGIÃO DE TARTESSOS NO SÉCULO VI A.E.C.39

SUMÁRIO

1	UM CAMINHO PARA TARTESSOS.....	13
1.1	A ESCOLHA DO TEMA: UMA LUTA SEM ARMAS	13
1.2	A ESCOLHA DAS FONTES: OPÇÃO OU IMPOSIÇÃO?.....	16
1.3	A DIVISÃO DO TRABALHO: POR QUE ABORDAR ESTE OU AQUELE VIÉS?.....	17
1.4	O OBJETO DE APRENDIZAGEM: UMA UTOPIA POSSÍVEL.....	17
2	ABORDANDO TARTESSOS: COMO PROCEDER NA BUSCA PELO HOMEM DE PRATA?	20
2.1	PARA INÍCIO DE CONVERSA.....	20
2.2	DISCURSO, PASSADO, HISTÓRIA: A INTERPRETAÇÃO DOS VESTÍGIOS.....	21
3	TARTESSOS GEOGRÁFICO: O MISTÉRIO DA POSSÍVEL LOCALIZAÇÃO	35
3.1	A PROBLEMÁTICA DOS LIMITES GEOGRÁFICOS DE TARTESSOS	35
3.2	TARTESSOS COMO RIO: TARTESSO, BÉTIS OU GUADALQUIVIR?	43
3.3	TARTESSOS COMO REINO E CIDADE: CÁDIZ OU TARTESSOS?.....	45
3.4	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	47
4	TARTESSOS MÍTICO: ARGANTÔNIO COMO UM IDEAL GREGO?.....	50
4.1	AFINAL, O QUE É MITO?	51
4.2	TARTESSOS E O MITO DAS IDADES DE HESÍODO: UM ECO AINDA PRESENTE EM HERÓDOTO?	54
4.3	TARTESSOS COMO ESPAÇO LIMÍTROFE: A CONCEPÇÃO GREGA DOS CONFINS DO MUNDO.....	59
4.4	A ORIGEM MÍTICA DE TARTESSOS: DO MONSTRUOSO AO GOVERNANTE IDEAL.....	64
5	TARTESSOS HISTÓRICO: A LONGA INFLUÊNCIA DE ARGANTÔNIO E SEU REINO NA HISTÓRIA IBÉRICA	68
5.1	PROCURANDO TARTESSOS: UMA CRONOLOGIA DA PESQUISA SOBRE O REINO DE ARGANTÔNIO.....	69
5.2	UM PEQUENO INTERSTÍCIO: A (POSSÍVEL) ORIGEM DO NOME ARGANTÔNIO	71
5.3	UMA EPOPEIA TARTÉSSICA: AS APARIÇÕES DE TARTESSOS	

	E ARGANTÔNIO NO DECORRER DA HISTÓRIA	72
6	TARTESSOS PEDAGÓGICO: O OBJETO DE APRENDIZAGEM E A UTILIZAÇÃO DE JOGOS DIGITAIS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	78
6.1	DESENVOLVENDO UM JOGO PEDAGÓGICO: COMO ALIAR ENTRETENIMENTO E ENSINO?	78
6.2	DEUSES DO TEMPO: DIRETRIZES PARA O USO DO OBJETO DE APRENDIZAGEM.....	85
6.3	DEUSES DO TEMPO – PARTE 1 – EMPORION: O ENSINO DE MITOLOGIA E CULTURA GREGAS.....	89
6.4	DEUSES DO TEMPO – PARTE 2 – TARTESSOS: COMO ALIAR INVESTIGAÇÃO DO PASSADO HISTÓRICO COM O ENTENDIMENTO DO PRESENTE?.....	94
6.5	DEUSES DO TEMPO – PARTE 3 – TOLEDO: A RELIGIÃO COMO UMA CONSTRUÇÃO.....	96
6.6	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	98
7	PARA MUITO ALÉM DAS COLUNAS DE HÉRCULES.....	100
	REFERÊNCIAS.....	102
	ANEXOS	108
	ANEXO A - AVIENO – Orla Marítima	108
	ANEXO B - ESTRABÃO – Geografia de Ibéria	122
	ANEXO C - HERÓDOTO - Historias	131
	ANEXO D - HESÍODO - Teogonia	134
	ANEXO E - HESÍODO – Trabalhos e Dias.....	135

1 UM CAMINHO PARA TARTESSOS

O que queremos dizer quando falamos “Tartessos”? É muito provável que a maioria das pessoas sequer faça ideia a que se refere este nome e mesmo aqueles que sabem não tem uma resposta muito clara do que entender quando este nome é pronunciado. O que buscaremos neste trabalho é apresentar as várias faces de Tartessos dentro da Historiografia e do campo Mitológico, passando pelo campo Geográfico e, porque não, do campo Pedagógico.

Este capítulo apresentará as nossas principais diretrizes quando iniciamos essa empreitada, ou como chamamos, essa “Busca pelo Homem de Prata”. Nem Tartessos e nem seu rei, Argantônio, se mostram fáceis de serem percebidos e entendidos já que a criação de ambos, como veremos durante nossa exposição, esbarra em certos limites entre o real e o mitológico. O que vamos apresentar aqui, muitas vezes, são as nossas ideias pregressas à pesquisa, ou seja, aquilo que tínhamos assumido como plausível ou até mesmo verdadeiro antes de iniciarmos nossa jornada. Por conta disso, o leitor certamente perceberá que evitamos, neste primeiro momento, a citação e as referências aos autores que nos auxiliaram na confirmação ou mesmo no abandono de certas premissas e hipóteses.

1.1 A ESCOLHA DO TEMA: UMA LUTA SEM ARMAS

Quando optamos por este trabalho, tínhamos em mente dois fatores. O primeiro deles estava na possível ligação deste trabalho com outro já iniciado durante a graduação sobre o povo egípcio. O segundo, ao fato de esta ligação da Península Ibérica com o Egito ser um tema praticamente inexplorado tanto pela historiografia brasileira quanto pela internacional.

Aprofundando no primeiro fator, na Monografia apresentada ao final da graduação em História, exploramos a chamada Reforma de Amarna (1353-1335 a.E.C.) do faraó Akhenaton, o que nos permitiu conhecer a política, religião e outros aspectos, como arte e economia, da civilização do Nilo. Quando surgiu o Programa de PósGraduação em Península Ibérica, tentamos ligar esse conhecimento já adquirido

com um novo trabalho, porém, no início, não obtendo sucesso. Sendo assim, optamos por explorar a presença Celta na Península e suas especificidades em relação aos Celtas da Irlanda.

Qual foi nossa surpresa, ao procurar por fontes, encontrar o *Livro das Invasões da Irlanda* e este, em dado momento, fazer referência a um êxodo do Egito por parte do herói, Breogán. Procurando por mais fontes, tivemos contato com outras narrativas que também fazem algum tipo de ligação dos povos ibéricos pré-romanos com povos orientais, entre eles o povo egípcio, ou pelo menos nos permitem essa inferência. Entre tais obras encontramos os clássicos Heródoto e Estrabão, além de outros menos conhecidos, como Diodoro da Sicília (ou Sículo). Assim, voltamos à ideia original, com singelas variações, optando por, agora, pesquisar se houve, de fato, algum tipo de contato com a Península seja por parte dos povos que ali habitavam ou por parte dos egípcios.

Ainda em nossa pesquisa mais ampla, esbarramos com relatos da existência de um herói que pode ter uma origem egípcia. Filho do deus Osíris e chamado, pelos especialistas, de Hércules Líbico (a fim de diferenciá-lo do Hércules grego), mostrando, novamente, um possível vestígio da presença egípcia na Península em algum momento da Antiguidade. Este herói, inclusive, teria uma representação que ainda se encontra no Monastério de Monjas Dominicanas de Santo Domingo el Real de Segovia.

Desta maneira, achávamos (e ainda achamos, na verdade) que seria válida uma pesquisa que tivesse como norte a investigação da relação entre a Península Ibérica e o Egito, sem, contudo, se desviar das fontes literárias.

Já sobre o segundo fator, o período denominado costumeiramente como préRomano da Península Ibérica não é um dos temas mais debatidos pela historiografia brasileira. Pretendemos então com esta pesquisa abrir algumas portas a fim de demonstrar o material que pode ser explorado para estudos destas populações. Abordaremos as fontes clássicas que discorrem sobre Tartessos, a fim de comparar seus relatos e encontrar, se houver, os denominadores comuns da natureza de Tartessos presentes naqueles relatos.

A opção por Tartessos, além da própria problemática que já elucidamos e que nos despertou curiosidade, deve-se ao fato de alguns autores afirmarem que há

vestígios egípcios, ou, melhor dizendo, de contato com a cultura egípcia, nas fontes materiais encontradas na região tartéssica, porém, por motivos que iremos elucidar no próximo subcapítulo, optamos por iniciar o trabalho abordando apenas as fontes escritas.

Quanto mais nos aproximávamos do tema, contudo, percebemos que essa relação não seria tão fácil de ser feita apenas com base nas fontes escritas, nossas principais fontes, mas também na relação com a Arqueologia. Porém, para uma pesquisa dessa magnitude, pensando que tínhamos ainda o desenvolvimento de um Objeto de Aprendizagem, seria necessário mais tempo do o que dispomos no programa. Sendo assim, optamos pela divisão da pesquisa em partes, isso é: a pesquisa iniciou-se com este trabalho: a natureza da presença de Tartessos e Argantônio nas fontes escritas. Num futuro próximo esperamos que ela possa ser aprofundada, analisando a presença dos mesmos nas fontes materiais e, por fim, a relação destas (fontes escritas e materiais) com o povo egípcio.

Vale, contudo, lembrar que a escolha pela investigação do rei Argantônio também não é ao léu. Trata-se do único personagem de Tartessos citado nas fontes de que dispomos. Alguns autores, entre eles Pedro Albuquerque, que será apresentado mais a frente, analisa a presença do personagem Argantônio como sendo, na verdade, um personagem mítico. Segundo o autor, a presença de personagens que tem determinadas características nas fontes antigas (longevidade, riqueza, prestar auxílio aos viajantes, entre outras) é recorrente. Isso nos chamou a atenção para o fato de que, se quisermos analisar Tartessos, teremos que nos embrenhar não somente nos campos historiográficos, mas também míticos e, por que não, literários, se quisermos traçar, ainda que minimamente, uma essência para Tartessos.

O leitor perceberá que, quando especificamos algumas datações, as fazemos utilizando a.E.C. (antes da Era Comum) ao invés do comum a.C. (antes de Cristo) e também esta escolha não é por acaso. Acompanhando o modo como muitos de nossos textos se referem aos referidos períodos, percebemos que parece haver, em muitos casos este mesmo distanciamento de uma datação ligada a um evento religioso. Sendo assim, optamos por também acompanhar a tendência da academia, embora os usemos tão pouco que mais se aproxime de uma questão estilística que, propriamente, uma questão profundamente teórica.

1.2 A ESCOLHA DAS FONTES: OPÇÃO OU IMPOSIÇÃO?

Como citamos acima, Tartessos tem uma ligação muito forte com a pesquisa Arqueológica. Por que não escolher então uma pesquisa voltada para as fontes materiais? A resposta tem dois motivos que nos fizeram perceber como o alcance deste trabalho poderia ser expandido se assim não a fizéssemos.

O contato com as fontes materiais que se relacionam com a temática escolhida não é dos mais fáceis. E tendo em mente o que desejávamos apresentar como Objeto de Aprendizagem (um Jogo de RPG, que discutiremos na sequência), percebemos que se para nós dentro da Academia esse contato já tem grandes empecilhos, para os professores da rede básica de ensino, a quem a pesquisa e o objeto também são direcionados, este contato é ainda mais difícil. Então, como fazer com que o trabalho que desenvolvemos aqui pudesse ser reproduzido dentro de uma sala de aula?

A escolha óbvia era o trabalho com as fontes escritas, já que com o advento da internet o acesso a elas ficou muito mais fácil. Assim, os professores poderiam utilizar as mesmas fontes que nós para o trabalho dentro de sala de aula. Mas havia ainda um outro empecilho: *Historias*, de Heródoto e *Teogonia* e *Trabalhos e Dias*, de Hesíodo foram originalmente escritas em Grego, *Geografia de Ibéria*, de Estrabão, e *Orla Marítima*, de Avieno, em Latim. Mesmo se usássemos estas fontes em língua original, o professor não poderia trabalha-las com seus alunos se não através de traduções.

E como saber se as traduções que eles utilizariam seriam das mais próximas do texto original, sendo que algumas destas obras possuem inúmeras versões traduzidas? Ora, a resposta era simples: o problema seria resolvido se nós mesmos trabalhássemos com as traduções e apontássemos alguns trechos em específico para o uso deste trabalho em sala de aula. Assim, tanto a Dissertação quanto o Objeto teriam um uso mais abrangente.

Sacrificamos o uso dos vestígios arqueológicos neste primeiro momento, já que a pesquisa tinha este viés, mas num futuro próximo devemos voltar a eles, pois, como veremos, muitos dos apontamentos das fontes escritas não coincidem com os apontamentos das fontes materiais.

1.3 A DIVISÃO DO TRABALHO: POR QUE ABORDAR ESTE OU AQUELE VIÉS?

O leitor perceberá que dividimos o trabalho em três amplos temas: a natureza Geográfica, a Mítica e a Histórica de Tartessos. Todas são indissociáveis. Falar de uma, necessariamente, é falar da outra. Então, porque essa divisão existe?

Quando iniciamos a pesquisa, percebemos que o entendimento de alguém leigo ao tema e, em alguns casos, à pesquisa histórica poderia ser comprometido drasticamente se apresentássemos todos essas naturezas ao mesmo tempo, ainda que se tratassem do mesmo assunto.

Além disso, dentro das próprias fontes de que dispomos, percebemos que os autores, muitas vezes, pareciam apontar para uma divisão similar. A título de exemplo: quando Avieno apresenta a ilha de Ofiússa, ele apresenta as características do local e depois a “origem mítica” do nome; Estrabão apresenta as riquezas da Turdetânia e depois sua descendência Tartéssica, histórica e mitológica; Heródoto, que dos três citados é o que menos faz isso por motivos que acreditamos ser da natureza de sua obra, quando cita Tartessos também fala um pouco sobre sua política e recursos naturais em momentos distintos.

Assim, além de separar as características que apontam para uma ou outra natureza, percebemos que o entendimento da “essência geral” tartéssica seria muito melhor compreendida se assim também o fizéssemos. Vale lembrar também que as comparações entre os pontos apresentados pelas fontes que tinham similaridades seriam muito mais fáceis de serem notados quando aproximados dessa maneira.

1.4 O OBJETO DE APRENDIZAGEM: UMA UTOPIA POSSÍVEL

Dentro dos materiais didáticos que tivemos contato durante nosso trabalho em sala de aula em anos anteriores, ministrando aulas de História, percebemos que Tartessos sequer era citado neles. Como então abordar um tema que não se encontra presente nas discussões corriqueiras dos professores de história da rede básica de ensino?

É notável a fragilidade do sistema educacional atual, cujas novas diretrizes e reformas tem sido apresentadas a fim de tentar recuperá-lo. Especificamente dentro do ensino de História, percebemos que a maioria das aulas ainda segue o modelo tradicional de ensino, com longas aulas expositivas e raramente o uso de outras ferramentas no ensino. Vale deixar claro, contudo, que o modelo tradicional de ensino não é, em si, o problema, mas o fato de ele ser usado à exaustão. Ora, existem certos temas dentro do estudo da História que necessitam de uma exposição um pouco mais longa devido à complexidade do tema. Mas utilizar-se dele sempre é o que acaba desmotivando os alunos no estudo desta disciplina.

Apenas a título de exemplo, vale o relato de uma experiência nossa. É provável que toda ela tenha desencadeado uma série de atividades que aplicamos nas escolas em que tivemos contato desde o início de nossa formação. Essa série de atividades nos trouxe ao desenvolvimento de jogos digitais. Esperamos que ela, contudo, não pare por aí.

Desde que iniciamos nosso trabalho no PIBID – História da Unifal (ainda em meados de 2011), percebemos que seria interessante desenvolver um trabalho que buscasse outras ferramentas para ensino ou mesmo um melhor uso das que dispomos. Quando ouvíamos professores que, para eles, parecia que os alunos não conseguiam reter informações, ficávamos incomodados. Aquilo não soava certo. Será que realmente os alunos tinham essa dificuldade e, se tinham, qual era a causa? Nossa primeira pesquisa envolveu, então, usar a mesma abordagem utilizadas nas avaliações mensais e bimestrais da escola que acompanhávamos: perguntas e respostas puramente factuais. Porém, daríamos a essa avaliação uma roupagem mais tecnológica. Se o problema estivesse realmente no “reter informação”, os alunos não se sairiam bem na atividade.

Imitando um game-show de perguntas e respostas, em que os alunos, em grupo, decidir sobre o que responder, começamos a atividade. A primeira coisa que percebemos foi que aqueles alunos considerados “ruins” tiveram um bom desempenho. Ora, eles sabiam responder oralmente aquelas mesmas coisas que eram perguntadas nas provas. O problema estaria então na escrita? Com base em outras atividades, agora envolvendo a escrita, percebemos que sim.

No ano seguinte, mais uma vez, em outro nível letivo, os professores reclamavam das mesmas coisas. Aplicamos as mesmas atividades com resultados

muito semelhantes. Porém, ao final daquele ano, tivemos uma surpresa: ao desenvolvermos uma atividade que envolvia a confecção de uma história em quadrinhos baseada em mitos gregos (o tema estudado pelos alunos naquele momento), percebemos uma ligeira melhora na compreensão dos alunos.

O que nos chamou a atenção foi que nos dois casos, o do game-show e o das HQs, havia uma mesma variável: o entretenimento. Todos eles envolviam, de alguma forma, elementos que também divertiam os alunos enquanto eles aprendiam. Talvez essa fosse a resposta que procurávamos.

O que procuramos desenvolver neste trabalho, portanto, como Objeto de Aprendizagem é o que chamamos de Ensino-Entretenimento: uma forma de se ensinar em que use elementos do dia-a-dia dos alunos que os entretenha enquanto ensina. O jogo que desenvolvemos é o primeiro teste. Outros virão até que possamos afirmar o que este Ensino-Entretenimento define, exatamente, na relação de Aprendizagem dos alunos. Parece utópico, mas é possível.

2 ABORDANDO TARTESSOS: COMO PROCEDER NA BUSCA PELO HOMEM DE PRATA?

Antes de iniciarmos nossa pesquisa, convém recuarmos um pouco a discussão para algumas questões mais básicas e que dizem respeito a qualquer trabalho empreendido por qualquer historiador: em qual metodologia e em quais conceitos iremos nos apoiar para chegarmos às nossas conclusões.

Como vimos na Introdução, Tartessos não se apresenta a nós de maneira muito clara. É por isso que cada parte deste trabalho tem um motivo específico de ser a fim de melhor elucidar tanto os nossos questionamentos quanto, ao fim, nossos resultados.

2.1 PARA INÍCIO DE CONVERSA

O recuo supracitado tem por fim, como dito, discutir algumas questões metodológicas. Debater questões de “o que estuda a História? ”, ou mesmo “até que ponto a narrativa histórica tem fundamento como ciência? ”, são pontos chave para uma pesquisa robusta. Porém,

No geral, os historiadores vigorosamente práticos demais ainda fogem de discursos teóricos, e decerto os textos ocasionais sobre teoria da história não exercem pressão com o mesmo grau de intensidade que muitos textos de teoria literária, por exemplo, têm sobre o estudo da literatura. (JENKINS, 2011, p. 19)

Talvez seja um pecado afastar-se da teoria, mas existem pesquisas em que tal afastamento se torna um tanto necessário. Não no sentido de esquecer-lo, mas de não trazer à tona tais discussões no texto final. Em nossa pesquisa, porém, por ter um caráter ainda introdutório, ou ainda, melhor dizendo, um escopo mais amplo, percebemos ser válido ter em mente os ensinamentos da teoria para não mergulharmos num mar de informações, conexas e/ou desconexas, e não sermos capazes de voltar à superfície de tempos em tempos para um novo fôlego. Cada vez

que nos emergimos, é, na verdade, a fundação de um porto seguro ou o deparar com uma rocha firme o suficiente para nos apoiarmos, descansar, e continuar a jornada.

Em suma, a teoria e a metodologia são os nossos faróis. São nossas escalas de comparação. São as palavras que, como diz Marc Bloch, resumem o trabalho do historiador que é olhar para o Passado e para a História e “compreender” o que tudo aquilo significa (BLOCH, 2001, p. 128).

Diferente de outras ciências, a História trabalha de maneiras e em meios que lhes são próprios e garantem a ela um status que esbarra, como mostra Keith Jenkins em *A História Repensada*, nas artes, por sua característica narrativa/literária; e nas ciências, por seus métodos, fazendo dela uma coisa diferente, uma coisa *sui generis* (JENKINS, 2011, p. 90). E é devidamente por este fato que a discussão da metodologia empregada em qualquer trabalho que se diga histórico se faz necessária.

Começamos com um questionamento e vamos retomá-lo aqui: “o que estuda a História?”. E acrescentaremos outro: “como se estuda a História?”. Para isso, temos de deixar claros alguns conceitos, como Discurso, Passado e História. Estes três conceitos são fundamentais para toda a discussão que se fará nos capítulos subsequentes desta pesquisa, afinal, discutir as questões, principalmente, míticas e históricas sobre Tartessos sem estes conceitos bem fundamentados se torna impossível.

2.2 DISCURSO, PASSADO, HISTÓRIA: A INTERPRETAÇÃO DOS VESTÍGIOS

Como toda ciência, a História, por ter esse fim, teve de construir um arcabouço teórico e metodológico para chamar de seu. Desde os primeiros textos que tiveram esse intuito de narrar sobre o Passado com fins científicos (a título de exemplo, *História*, de Heródoto, ou *Guerra do Peloponeso*, de Tucídides) até o tempo atual, muito se discute sobre o seu papel e seu status científico.

Não vamos aqui nos demorar nas discussões que levaram a História começar a ser pensada como ciência, ou mesmo assumir um caráter positivista, no século XIX, ou ainda da sua renovação no início do século XX com a Movimento dos Annales, por

exemplo. Nosso intuito é o de demonstrar como é possível enxergar a História em vista de discussões mais atuais.

Diferente de outras ciências,

A especificidade da história, dentro das ciências humanas e sociais, é sua capacidade de distinguir e articular os diferentes tempos que se acham superpostos em cada momento histórico. (CHARTIER, 2009, p. 65)

Hoje, mais do que nunca, é possível perceber como estes diferentes tempos se sobrepõem ao nosso com mais ou menos força. Principalmente no âmbito da produção dos meios de entretenimento, filmes e seriados, em grande maioria, se apoderam de conceitos, ideias e arquétipos de outros tempos e dão nova roupagem a eles. Dão a personagens históricos papéis, participações e discursos que não correspondem ao seu tempo original.

Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo? (FOULCAULT, 2009, p. 8)

Para fins de entretenimento, este tipo de abordagem é deveras interessante, pois permite ao espectador o contato com partes de outras realidades e a possibilidade de discutir e comparar seu tempo e suas preocupações com o tempo e as preocupações de outrem. Mas é em um patamar mais subterrâneo que reside nosso impasse.

Apropriar-se do passado a fim de legitimar, em grande parte, um argumento não é algo novo, mas extremamente recorrente. O problema reside no fato de que, no nosso tempo (não de maneira exclusiva, é verdade, mas extremamente presente), várias instituições e pessoas tentam se apoderar de certos discursos e vender outros tantos em uma rede caótica de informações. E em uma sociedade acrílica ou minimamente crítica ao que consome, assumir que esses personagens com roupagem moderna são o que foram aquilo que representam leva a erros de julgamento que comprometem o próprio entendimento do mundo, da Ciência Histórica

e, por que não, do papel da História em nossa sociedade. Esse se torna o maior problema: “[...] textos maiores se confundem e desaparecem, e, por vezes, comentários vêm tomar o primeiro lugar (FOULCAULT, 2009, p. 23).

Como esta pesquisa também busca apresentar o conceito de um Objeto de Aprendizagem, não podemos deixar de lado este tipo de questionamento e de discussão, afinal

Essas questões, que alguns historiadores consideram inúteis, acarretam um desafio essencial. Numa época em que nossa relação com o passado está ameaçada pela forte tentação de criar histórias imaginadas ou imaginárias, é fundamental e urgente a reflexão sobre as condições que permitem sustentar um discurso histórico como representação e explicação adequadas da realidade que foi. (CHARTIER, 2009, p. 31)

Para isso, precisamos nos aproximar dos relatos do Passado para termos com o que trabalhar e como trabalhar. E é nesse ponto que reside o caráter indiciário do trabalho do historiador que Marc Bloch e Carlo Ginzburg fazem referência.

Nosso problema primeiro, quando nos aventuramos na Ciência Histórica, é o de não cometer alguns dos sete pecados do Historiador, como presente na obra de Carlos Aguirre Rojas, *O Antimanual do Mau Historiador ou como se fazer uma boa história crítica?*, que são os pecados de sermos anacrônicos e reduzirmos a Ciência Histórica, de modo exclusivo, à “[...] sua dimensão narrativa ou discursiva, omitindo por completo o referente extralinguístico dos próprios fatos históricos reais [...]” (ROJAS, 2007, p. 31). Isto é, devemos perceber que, assim como a supracitada produção da indústria do entretenimento ou da produção de narrativas sobre os confins do mundo habitado na Antiguidade, existe um olhar que se volta para elas. E se isso se faz é porque esse tipo de discurso ou de narrativa, seja ela oral, visual ou escrita, tem seus motivos para ser criada e difundida.

Outro fator que costuma interferir de maneira impactante nos textos de fins históricos é o caráter teleologista, isto é, dão a certas ações e acontecimentos motivos que não são seus. Esse tipo de discurso só nos é possível porque, tendo visto o decorrer do processo, percebemos a que fins aquelas determinadas ações levaram e o que causaram. Aqueles que as viveram, contudo, muitas vezes não teriam como

imaginar o curso que seria tomado a partir daquele momento e, portanto, direcionar de maneira tão efetiva suas ações para tal fim.

Mas ao mesmo tempo em que isso nos prejudica, no âmbito do discurso da ciência com fim histórico, nos permite perceber que:

Ao traduzir o passado em termos modernos e usar conhecimentos que talvez não estivessem disponíveis antes, o historiador descobre não só o que foi esquecido sobre o passado, mas também “reconstitui” coisas que, antes, nunca estiveram constituídas como tal. Assim, pessoas [como Argantônio]¹ e formações sociais [como Tartessos] são captadas em processos que só podem ser vistos retrospectivamente, enquanto documentos e outros vestígios do passado são tirados de seus propósitos e funções originais para ilustrar, por exemplo, um padrão que nem remotamente tinham significado para seus autores. (JENKINS, 2011, p. 34)

Na verdade, esse reconhecimento de padrões é um dos pontos fortes do discurso histórico. Com base nos vestígios e indícios deixados nos e pelos relatos, nos é permitido, por exemplo, investigar o “Caso Tartessos”. Estes relatos que se comprimem e que se adaptam à necessidade de se transmitir uma mensagem num certo contexto de maneira compreensível (ALBUQUERQUE, 2010, p. 40) e rigorosa é o que torna o discurso histórico possível.

Mas pode um paradigma indiciário ser rigoroso? A orientação quantitativa e antiantropocêntrica das ciências da natureza a partir de Galileu colocou as ciências humanas num desagradável dilema: ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância. (GINZBURG, 1989, p. 178)

Esse é embate constante do historiador. Até que ponto devemos nos guiar e nos afastar do método para que nossas conclusões e descobertas não sejam, na verdade, fruto de um intrincado arcabouço léxico e discursivo com pouco ou sem qualquer respaldo histórico e, sim, uma possível interpretação, com base em

¹ Exceto nos textos de Marc Bloch em que as chaves estão presentes no próprio texto, em todas as outras citações, as chaves indicam complementos nossos a fim de melhor elucidar algumas questões que não estão presentes no trecho citado ou sua relação com assuntos de nossa pesquisa.

determinados dados? É aqui o ponto em que a diferenciação primeira entre Passado e História se faz necessária.

Como primeira característica, o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser, [segundo a feliz expressão de François Simiand,] um conhecimento através de vestígios. [...] O que entendemos efetivamente por documentos senão um “vestígio”, quer dizer, a marca, perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar? (BLOCH, 2001, p. 73)

Concordar neste quesito, isso é, que a Ciência Histórica se fundamenta em um “[...] conhecimento através de vestígios [...]” (BLOCH, 2001, p. 73), é perceber que nosso conhecimento do passado é, na verdade, totalmente fragmentado. Para compor então nossa argumentação necessitamos da busca de um sem-número destes vestígios a fim de garantir certa credibilidade ao que pretendemos investigar e comunicar. Se o reconhecimento de padrões, como supracitado, é um ponto forte da Ciência Histórica, essa sua característica de não-totalidade é uma de suas fragilidades.

Não é possível relatar mais do que uma fração do que já ocorreu, e o relato de um historiador nunca corresponde exatamente ao passado: o simples volume deste último inviabiliza a história total. A maior parte das informações sobre o passado nunca foi registrada, e a maior parte do que permaneceu é fugaz. (JENKINS, 2011, p. 31)

Debruçando sobre essa questão, percebemos que estes vestígios que nós analisamos não são, na realidade, o Passado. Mas sim fragmentos dele que chegaram até nós. O Passado, em si, ou seja, aquilo que realmente aconteceu, não nos é acessível. Em outras palavras, não conhecemos (e, talvez, nunca conheceremos) o Passado como um todo, mas sim os discursos sobre ele. São estes discursos sobre o Passado que chamamos de História.

Assim sendo,

[...] a história constitui um dentre uma série de discursos a respeito do mundo. Embora esses discursos não criem o mundo (aquela coisa

física na qual aparentemente vivemos), eles se apropriam do mundo e lhe dão todos os significados que têm. (JENKINS, 2011, p. 23)

Neste quesito, é inteiramente compreensível, como dito, o fato de que a contemporaneidade se apropria de arquétipos ou personagens da Antiguidade, ou do Medievo, por exemplo, a fim de construir seus argumentos. Resignificar o passado para entender o presente (e, por que não, vice-versa) parece ser um movimento comum do pensamento humano, de forma que “[...] o passado que ‘conhecemos’ é sempre condicionado por nossas próprias visões, nosso próprio ‘presente’ [...].” (JENKINS, 2011, p. 33).

Levando para o lado das discussões acadêmicas sobre este ponto em específico, assim como hoje nós utilizamos do que nos é comunicado e ensinado sobre o Passado a fim de construir nossas próprias construções mentais do que é o mundo, é possível que naquele tempo tal movimento também ocorresse.

Vale lembrar que Heródoto cita Homero e Hesíodo em alguns trechos e isso nos mostra que o contato com o Passado e os discursos sobre ele é quase constante, mesmo na Antiguidade.

Mas voltando à questão de não sermos capazes de um contato direto com o Passado, o que resta ao historiador? A investigação proposta por ele necessita o contato com o maior número de vestígios a fim de compor o argumento com base nestes relatos e indícios, já que

[...] nenhum relato consegue recuperar o passado tal qual ele era, porque o passado são acontecimentos, situações etc., e não um relato. Já que o passado passou, relatos só poderão ser confrontados com outros relatos, nunca com o passado. (JENKINS, 2011, p. 31)

Mesmo nessa comparação com outros relatos, coetâneos ou não, essa investigação só se torna possível pela busca dos padrões presentes nesta ou naquela fonte. De modo que o uníssono (ou pouca divergência) entre os historiadores em determinados aspectos dos resultados obtidos com a pesquisa reside na obtenção dessas mesmas conclusões com base nos mesmo documentos. É um padrão

reconhecível por uma parcela da comunidade acadêmica, ao menos, que garante a cientificidade do discurso histórico.

Nesse ponto, novamente, Bloch nos apresenta um bom resumo dessa discussão no trecho que se segue:

Suponhamos que, de uma civilização desaparecida, subsista um único objeto; que, além disso, as condições de sua descoberta impeçam até de relacioná-lo com características alheias ao homem, tais como sedimentações geológicas (pois, nessa busca das ligações, a natureza inanimada também pode ter sua participação). Será completamente impossível tanto datar esse vestígio único como se pronunciar sobre sua autenticidade. Só se estabelece, de fato, uma data, só se controla e, em suma, só se interpreta um documento por sua inserção em uma série cronológica ou um conjunto sincrônico. (BLOCH, 2001, p. 109)

Dentro deste mesmo conjunto sincrônico, ou daquela mesma “sequência estável” das narrativas (ALBUQUERQUE, 2010) de que falamos na introdução, contudo, existem elementos notadamente divergentes quanto a este ou aquele ponto quando são comparados com outros relatos. Como então devemos proceder? Devemos julgar os autores e atribuir valores de mais ou menos credibilidade da sua obra?

Neste ponto, uma vez mais, Bloch nos dá a resposta. Ele exemplifica uma situação em que um soberano do período medieval possuía vários diplomas que, devido aos dos maneirismos presentes neles, percebeu-se que eles poderiam ter sido escritos pela mesma pessoa, apesar de perceberem também que a linguística poderia ser comum da profissão naquele momento. Diferenciar entre os autores dos diplomas seria um caso de análise daquilo que escapa ao usual e tal análise só se torna possível ao percebermos que cada parte do discurso traz consigo um peso e que é um “[...] erro aqui atribuir a todos os elementos do discurso um peso igual.” (BLOCH, 2001, p.119).

Mais que isso, também é praticamente impossível com vista nas questões que já discutimos sermos categóricos e maniqueístas em assumir que uma fonte ou documento tem presente em si um elemento que ao analisarmos nos indica que tudo o que está presente em seu discurso é verdadeiro ou falso. A linha entre o que é verdadeiro e o que é falso dentro da Ciência Histórica é muito mais tênue que isso.

Quando analisamos uma fonte, por exemplo, indubitavelmente nos veremos de frente a um texto que comenta sobre ela e que nos apresenta pontos que o escrito original não nos é capaz de mostrar explicitamente. Esse segundo texto é, então, falso por isso? Aqui já entramos no âmbito da discussão sobre o próprio Discurso. E, para elucidarmos este quesito, teremos que apresentar o pensamento de Foucault.

Vamos primeiro fundamentar o que o texto original, isto é, o que chamamos de Fonte, carrega em si. A fonte, no nosso caso, nos permite

[...] construir (e indefinidamente) novos discursos: [...] sua permanência, seu estatuto de discurso sempre reatualizável, o sentido múltiplo ou oculto de que passa por ser detentor, a reticência e a riqueza essenciais que lhe atribuímos, tudo isso funda uma possibilidade aberta de falar. Mas por outro lado, o comentário [, em nosso caso, Avieno e sua reutilização do Périplo Massaliota,] não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*. (FOULCAULT, 2009, p. 25)

Assim como Heródoto citou Hesíodo, Estrabão posteriormente cita Heródoto quando fala da região de Tartessos, e hoje citamos os dois, por exemplo. Trazer à tona os elementos “escondidos” no discurso é parte do trabalho do historiador. Em outras palavras, é compreender porque o autor disse o que disse em sua obra, que tipo de razão o levou a escrever deste ou daquele jeito, com esta ou com outra expressão. Esse acaba sendo um dos papéis do comentário.

A Fonte, no entanto, é o que é: um vestígio que nos chegou do Passado e com base nele construímos nossa visão sobre aquele período. Utilizando do mesmo pensamento: Heródoto é Fonte nossa e de Estrabão, por exemplo.

Em nosso caso, de maneira mais clara, esse comentário (aqui no sentido de parcela de texto presente na obra) é um vestígio de que havia alguma preocupação em narrar a história de um lugar chamado Tartessos, que ficava para além das Colunas de Hércules e era governado por um rei de nome Argantônio, e assim sucessivamente. Fosse para deixar o texto mais interessante à plateia, já que *Historia* tinha o intuito de ser lido em praça pública, fosse para legitimar algum outro argumento, a questão é que a narrativa sobre Tartessos se insere de maneira peculiar na obra de Heródoto, como veremos nos capítulos 3 e 4.

Apesar de tanto, não devemos

[...] transformar o discurso em um jogo de significações prévias; não imaginar que o mundo nos apresenta uma face legível que teríamos de decifrar apenas; ele não é cúmplice de nosso conhecimento; não há providência pré-discursiva que o disponha a nosso favor. Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo caso [...]. (FOUCAULT, 2009, p. 53)

Ou seja, do mesmo modo que existem elementos discursivos que lá estão por livre e espontânea vontade do seu autor, que conscientemente os coloca em seu texto final, existem aqueles elementos que lhe escapam e, inconscientemente, entram no discurso último sem que se perceba. Esse ato é uma violência porque em todo caso, como já dito, o que o discurso apresenta não é a realidade em si, mas uma parcela dela interpretada por um olhar direcionado.

Dentro do discurso, contudo, “[...] a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. [...]” (FOUCAULT, 2009, p. 14). Parece contraditório em relação ao parágrafo anterior, mas entendamos que o ato de construir o discurso é em si violento, pois transforma a realidade em outra coisa, em uma representação dela; mas dentro do discurso, ou seja, na análise dele, não conseguimos, com precisão absoluta, diferenciar com boa acurácia as duas coisas.

É este o tipo de fator que nos mostra como o trabalho dos historiadores se insere em um cenário que permite essa constante discussão sobre a escritura da história. E como nos mostra Roger Chartier,

Só o questionamento dessa epistemologia da coincidência e a tomada de consciência sobre a brecha existente entre o passado e sua representação, entre o que foi e o que não é mais e as construções narrativas que se propõem ocupar o lugar desse passado permitiram o desenvolvimento de uma reflexão sobre a história, entendida como uma escritura sempre construída a partir de figuras retóricas e de estruturas narrativas que também são as da ficção. (CHARTIER, 2009, p. 12)

Daí voltamos ao questionamento do que então é verdadeiro ou deve ser tomado como tal dentro da História. Como dissemos, essa sua característica de não-totalidade atenta contra a Ciência Histórica, de modo à irrepetibilidade dos acontecimentos. Porém, mesmo dentro desse ambiente supostamente caótico, é possível estabelecer certos parâmetros norteadores para fins de pesquisa. Desta forma,

[...] reconhecer as dimensões retórica ou narrativa da escritura da história não implica, de modo algum, negar-lhe sua condição de conhecimento verdadeiro, construído a partir de provas e de controles. (CHARTIER, 2009, p 13)

Esses controles se dão de maneira a limitar a “quantidade de não-totalidades” presentes no objeto a ser investigado. Para ficar mais claro, vamos a um exemplo. Suponhamos que temos uma fonte que foi escrita em um certo período, digamos no século VI a.E.C., e outra escrita um século depois. Obviamente que muito aconteceu neste intervalo de tempo, porém é mais fácil notar as similaridades entre os dois primeiros discursos, dada a velocidade com que o pensamento se alterava àquela época, que entre o primeiro, por exemplo, e um escrito no século I. d. E.C.

Esse exemplo não está distante do nosso trabalho. Hesíodo escreve mais de três séculos antes de Heródoto, ainda assim o pensamento daquele (chamaremos aqui de mitológico) se mantém ainda presente nos escritos do Historiador de Halicarnasso. O Périplo Massaliota utilizado como base para o texto de Avieno e Heródoto tem apenas um século de diferença entre si. Enquanto isso, outro grande autor da antiguidade que utilizamos neste trabalho, Estrabão, escreve quase seis séculos depois. Avieno é ainda posterior, sendo seu texto datado do século IV d. E. C. Apesar de narrarem quase a mesma coisa, pois o que Heródoto narra é utilizado por Estrabão e Avieno em suas obras, os textos, mesmo retratando a mesma região, a apresentam de maneira tão diferente que é quase impossível dizer que as relações daquela região se mantiveram as mesmas por todo esse tempo.

Sendo assim, é preciso estabelecer um mínimo de controle sobre o nosso material de estudo, assim não há como descartar Estrabão e aproximarmos apenas de Avieno e Heródoto. Com que fim? Garantir certa estabilidade à nossa narrativa, em

vista do discutido logo acima. Que narrativa é essa? Investigar o papel de Tartessos e de Argantônio nas fontes da Antiguidade.

Fica claro, então, que “[...] é enganoso falar do método como caminho para a verdade. ” (JENKINS, 2011, p. 37). O Método é apenas uma ferramenta para um devido fim que nem sempre se mostra correto. Definimos como verdadeiro então, nós historiadores, aquilo que é, em certa medida, um consenso. Ou seja,

É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma “polícia” discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos (FOULCAULT, 2009, p. 35)

O modo como nos relacionamos socialmente pela construção de nossos discursos, sejam eles acadêmicos ou “populares”, é extremamente bem regrada. Seja em nossos tempos, seja nos tempos de Heródoto,

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOULCAULT, 2009, p 8-9)

Assim sendo, em um bom resumo, o Discurso

[...] nada mais é do que um jogo, de escritura [...], de leitura [...], de troca [...], e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põe em jogo senão os signos. O discurso se anula, assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante. (FOUCAULT, 2009, p. 49)

Aquela “polícia discursiva” de que fala Foucault, contudo, não se mantém inerte. Dentro dos meios acadêmicos essa relação entre o discurso verdadeiro, signo e significante não é algo estabelecido e acabado. A Ciência é um organismo vivo. Assim sendo,

Em cada momento, a “instituição histórica” se organiza segundo hierarquias e convenções que traçam as fronteiras entre os objetos históricos legítimos e os que não o são e, portanto, são excluídos ou censurados. (CHARTIER, 2009, p. 18)

Contudo, como apresenta Bloch:

Uma ciência, entretanto, não se define apenas por seu objeto. Seus limites podem ser fixados, também, pela natureza própria de seus métodos. Resta portanto nos perguntarmos se, segundo nos aproximemos ou afastemos do momento presente, as próprias técnicas de investigação não deveriam ser tidas por essencialmente diferentes. Isto é colocar o problema da observação histórica. (BLOCH, 2001, p.68)

Aqui parece ficar muito mais clara aquela expressão que utilizamos no início desse capítulo: a metodologia e teoria são os nossos faróis, mas os caminhos que faremos até lá podem ser variados. Para isso, durante todo o texto apontaremos os trechos das Fontes que dispomos nos anexos para que o leitor possa acompanhar nosso raciocínio e perceber as mesmas nuances que nós percebemos, bem como imagens e mapas das regiões de que tratamos.

Por fim, vale lembrar que essa apresentação de trechos das Fontes é única e exclusivamente apontar quais os questionamentos que surgiram em nós com o decorrer da pesquisa e como eles foram sanados. Mesmo aquelas que parecem apresentar pouca informação relevante, num primeiro momento, se mostram essenciais para a compreensão da questão proposta, “[...] pois os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los. (BLOCH, 2001, p. 79).

[...] a partir do momento em que não nos resignamos mais a registrar [pura e] simplesmente as palavras de nossas testemunhas, a partir do momento em que tencionamos fazê-las falar [, mesmo a contragosto], mais do que nunca impõem-se um questionário. Esta é, com efeito, a primeira necessidade de qualquer pesquisa histórica bem conduzida. (BLOCH, 2001, p. 78)

O último ponto que gostaríamos de discutir sobre as questões metodológicas, ainda sobre o Discurso, é como analisaremos as Fontes, em quais pontos estarão o nosso foco. Vamos lembrar de como Heródoto compõe sua obra: é um relato daquilo que ele viu, ouviu e leu sobre todas essas regiões.

A construção do significado dessas e de outras manifestações nas fontes de que dispomos podem apresentar-se de várias maneiras. O que os textos (as Fontes) apresentam, como mostramos anteriormente, tem a sua parcela de participação na criação do que entendemos como realidade. O historiador, contudo, deve se distanciar em certos momentos de uma leitura extremamente técnica do documento, isto é, atentando-se apenas à linguagem e ao que é dito em si. É preciso ter mente os “porquês” do texto.

Chartier nos mostra a razão disso:

Enfoques similares fizeram com que se evitassem as leituras estruturalistas ou semióticas que relacionavam o sentido das obras com o mero funcionamento automático e impessoal da linguagem, mas, por sua vez, tornaram-se alvo das críticas da história cultural. Por outro lado, na maioria das vezes, consideram os textos como se existissem em si mesmos, fora dos objetos ou das vozes que os transmitem, enquanto que uma leitura cultural das obras lembra que as formas como são lidas, ouvidas ou vistas também participam da construção de seu significado. (CHARTIER, 2009, p. 36)

Esse é o tipo de leitura que nos propomos fazer, afinal, como também já apresentado, Tartessos não parece se apresentar apenas como um problema de caráter histórico, ou arqueológico, ou ainda literário. Ele parece mostrar-se de maneira muito mais individual.

Suponho, [...] que não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza. Em suma, pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que “se dizem” no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de um certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que,

indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer. (FOULCAULT, 2009, p. 21-22)

A sociedade grega na Antiguidade tem uma forma muito peculiar de narrativa, mitológica ou não. E dentro dessa sociedade existe todo um ritual de como e por que cada discurso é criado e transmitido, como veremos nos capítulos seguintes.

Para investigar Tartessos, temos de mergulhar fundo nessa questão da própria construção da sua narrativa e do seu aparecimento nas Fontes. É investigar o motivo de sua presença ali, em como ele é apresentado, o motivo. Afinal, qualquer historiador preocupado em compreender personagens históricos ou um motivo por trás das ações destes, tem de se banhar e se colocar na atmosfera mental deles, enfrentando, obviamente, problemas de consciência que não são exatamente aqueles que vivemos na atualidade. (BLOCH, 2001, p. 64)

Nossa pesquisa se propõe a averiguar esses indícios, assim como nossa própria Ciência. E esse grupo de disciplinas que podemos chamar de “indiciárias”:

[...] não entra absolutamente nos critérios de cientificidade deduzíveis do paradigma galileano. Trata-se, de fato, de disciplinas eminentemente qualitativas, que tem por objeto casos, situações e documentos individuais, *enquanto individuais*, e justamente por isso alcançam resultados que têm uma margem ineliminável de casualidade. (GINZBURG, 1989, p. 156).

Tartessos e Argantônio são alguns desses casos individuais. Apesar de significado e ressignificado através dos tempos, como veremos em um capítulo posterior, ele se faz presente de maneira icônica nas fontes e no pensamento dos autores que o citam.

Ginzburg nos fala que “[...] Quando as causas não são reproduzíveis, só resta inferi-las a partir dos efeitos.” (GINZBURG, 1989, p. 169). Sabemos um efeito: Tartessos teve parte nas narrativas da Antiguidade. Trataremos agora de investigar as causas.

3 TARTESSOS GEOGRÁFICO: O MISTÉRIO DA POSSÍVEL LOCALIZAÇÃO

Tartessos parece ser reino, parece ser rio, parece ser ilha, ser lugar mítico, ser lugar real. Independentemente de qualquer uma dessas atribuições, é possível, através das fontes, atribuir a Tartessos uma provável localização. Contudo, a identificação de Tartessos não parece refletir, como apontam vários autores, uma unidade étnica ou cultural bem delimitada, mas, na verdade, uma atribuição dos autores das fontes clássicas a uma região que, com o passar do tempo, assumiu tal caráter. (ALBELDA, 2012; ANDREOTTI, 2010; ARRUDA, 2011; CARRILLO, 2010).

O presente capítulo vai demonstrar, com base nos textos de Heródoto, Estrabão e Avieno, como é possível traçar toda uma região da Península Ibérica que, tendo Tartessos existido ou não, poderia ser o reino de Argantônio, quais são seus limites geográficos segundo tais fontes e sua relação com as regiões limítrofes. Dividimos esse capítulo em várias partes, cada um tratando de uma especificidade da natureza de Tartessos nas fontes.

3.1 A PROBLEMÁTICA DOS LIMITES GEOGRÁFICOS DE TARTESSOS

A comparação das fontes escritas que tratam de Tartessos e que aqui dispomos relaciona qualquer coisa ligada ao nome com base em dois principais pontos de referência: o primeiro ao atualmente chamado rio Guadalquivir, como veremos no subcapítulo a seguir; e, o segundo, à região que fica “além das Colunas de Hércules”, nosso atual Estreito de Gibraltar.

Ambas as referências estão presentes em todos os textos (Heródoto, Estrabão e Avieno), o que parece estabelecer um lugar específico para Tartessos, independentemente de sua existência concreta. Contudo, como veremos no próximo capítulo, o lugar onde estaria localizado Tartessos também assume um caráter mitológico e, por que não, escatológico, fazendo com que a localização de Tartessos no “além-Colunas” tenha outros intuitos além do de relacioná-lo a uma região específica da Península Ibérica.

Antes, porém, de adentrarmos à discussão de qual a natureza de Tartessos, temos de ter em mente algumas ideias ligadas à construção dos textos das Fontes. A relação de uma região e o povo que nela vive seguem certos moldes que, longe de existir como regra bem estabelecida, é seguido por vários autores no momento de nomear ou referenciar povos, culturas e lugares. Como aponta Martí-Aguilar:

[...] as formas em que se constroem os etnônimos nas fontes literárias antigas são múltiplas: um topônimo pode, por sua vez, ser a origem de um étnico, pois para o expectador externo, os que vivem em determinada região nas proximidades de um determinado acidente geográfico, podem ser nomeados através dessa referência, sem que nas comunidades descritas exista, no entanto, essa denominação. (MARTÍ-AGUILAR, 2009, p. 89, tradução nossa)².

Isso nos permite perceber que a apresentação e discussão que faremos nos subcapítulos subsequentes têm caráter de separar os modos como Tartessos é apresentado nas fontes, a fim de facilitar o entendimento. Para tal, apresentaremos uma macrorregião que está ligada a Tartessos e que nos auxilia a perceber como os autores e agentes da antiguidade tiveram contato com ela.

Mais especificamente, Tartessos está ligado ao Baixo Guadalquivir, ou seja, o encontro deste rio com o Oceano Atlântico. Essa região do Baixo Guadalquivir localiza-se no sudoeste da Península Ibérica, que corresponde às atuais províncias de Huelva, Sevilha e Cádiz, como mostram as imagens a seguir.

² No original: “[...] las formas en que se construyen los etnónimos en las fuentes literarias antiguas son múltiples: un topónimo puede, a su vez ser el origen de un étnico, pues para el espectador externo, los que viven en determinada región en las proximidades de un determinado accidente geográfico, pueden ser nombrados a través de esa referencia, sin que en las comunidades descritas exista, en cambio, esa denominación.”



Imagem 1 - Mapa Geral da Espanha com as localizações das cidades de Huelva, Sevilha e Cádiz.

Fonte: Do autor



Imagem 2 – Região do Baixo Guadalquivir entre as cidades de Huelva, Sevilha e Cádiz.

Fonte: Do Autor

O vale do Guadalquivir garante àquela região duas características importantes. A primeira delas é a fertilidade, diferenciando-a de outras regiões da Península. Estrabão cita que as regiões norte e sul da península têm biomas bem diferentes, sendo o sul muito mais fértil do que o norte (ESTRABÃO, III, 1, 2). O geógrafo ainda conta que essa fertilidade teria garantido aos habitantes da região uma agricultura estável, permitindo, inclusive, o mercado constante dos produtos ali produzidos. A segunda característica é a comunicação entre as diversas cidades situadas às margens do rio através de uma numerosa quantidade de afluentes, levando a uma possível prosperidade da região. Esses afluentes, sejam eles canais naturais ou criados pelos habitantes, apesar de variarem nas épocas de cheias e secas, garantem um comércio interno intenso (ESTRABÃO, III, 2, 4).

Essa região, na atualidade, é chamada de “Las Marismas del Guadalquivir”. Devido à sua dimensão plana, ela se alaga na época das chuvas, formando, em alguns anos, uma porção lacustre de boas proporções. No entanto, autores como Albelda apontam que a referência a um lago que existiria nessa região, o Lago Ligustino, ou Ligur, aparece somente na obra de Avieno. O autor aponta que a origem do nome Ligustino parece estar ligada a outra região e que sua atribuição à Península Ibérica trataria de um equívoco que vem sendo repetido desde a obra de Avieno. (ALBELDA, 2012).

A questão estratégica da região parece ter tal natureza por, como apontam algumas interpretações das fontes, como a de Carrillo, Tartessos apresentar-se como uma ilha na desembocadura do Guadalquivir, conforme mostram a figuras a seguir.

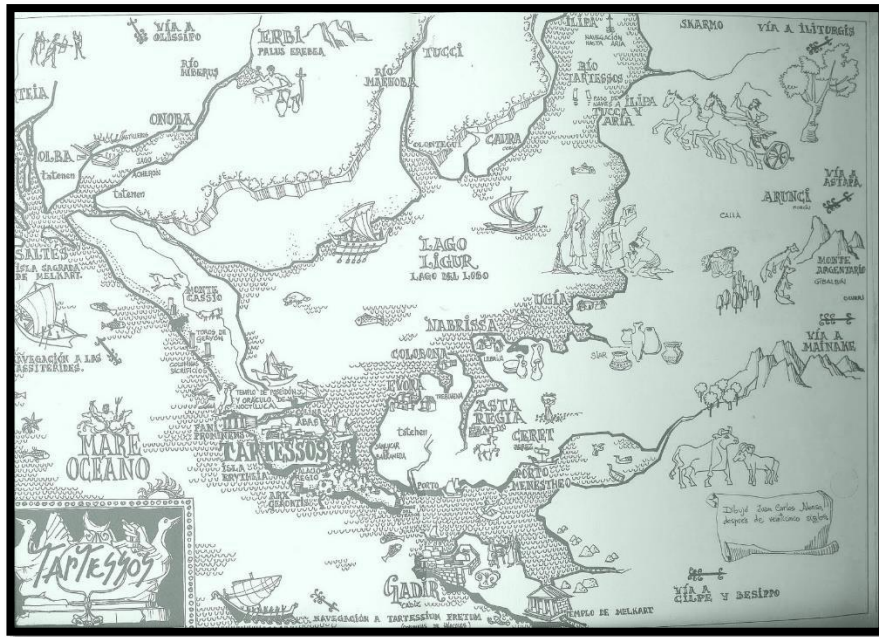


Imagem 3 – Representação Ilustrativa da Área ao entorno do Lago Ligustino
 Fonte: ALONSO, 1980

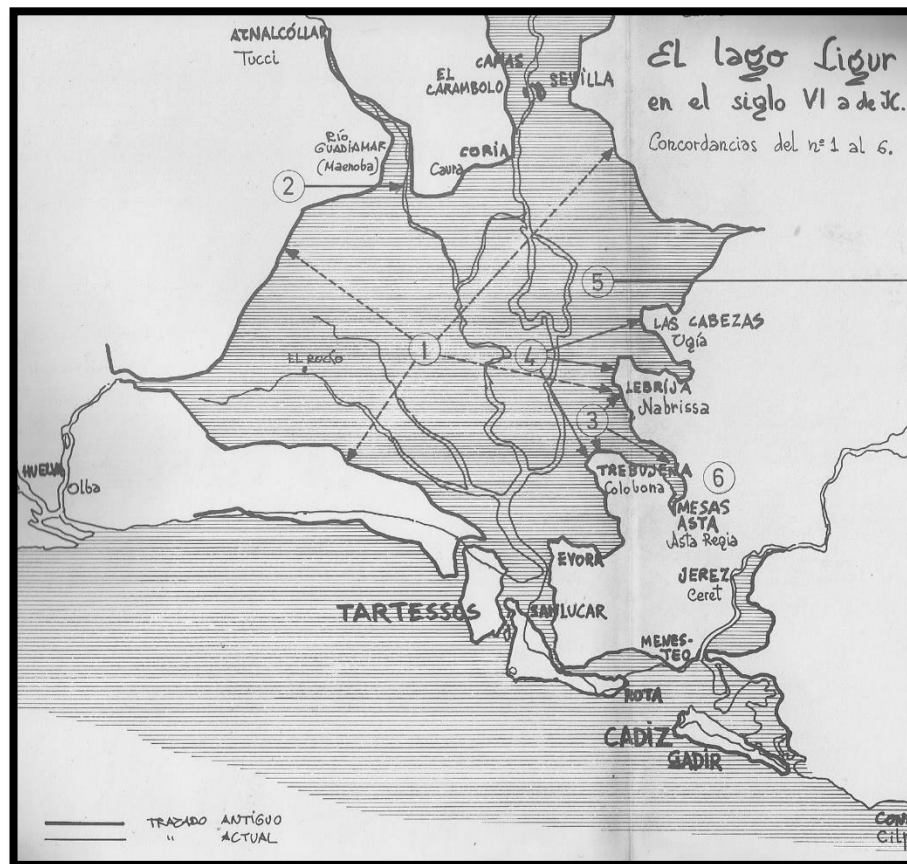


Imagem 4 – Representação da Região de Tartessos no século VI a.E.C.
 Fonte: ALONSO, 1980

Nesses desenhos temos uma representação do que poderia ser a área do Lago Ligustino e do Golfo Tartéssico, de que fala Avieno. O autor, Juan Carlos Alonso, com base nos escritos de Avieno, Estrabão e outros, criou essas duas representações.

Acredita-se que a região sofreu grandes variações daquele momento (séculos VII a V a.E.C., quando foram compostos os textos bases das obras de Heródoto e Avieno) até o tempo em que Estrabão e, posteriormente, Avieno escrevem. Essa modificação se deu por conta de fenômenos climáticos, como erosões e antropização (ALBELDA, 2012). Tanto Tartessos quanto outra cidade, Cória do Rio (atual), seriam, naquele momento, cidades costeiras, sendo assim, na região existiria o tal Lago chamado Ligustino, que abrangeria uma área que iria até próximo à atual Sevilha. (CARRILLO, 2011).

Com base nessas informações, parece fazer sentido a suposição de Carrillo e de outros autores como Schulten de que havia uma preferência por parte dos tartéssicos pelo transporte fluvial. Afinal, haveria uma quantidade considerável de cidades às margens do lago e do Guadalquivir, garantindo um meio mais prático de troca entre Tartessos e elas.

Não muito distante dali, entendendo que Tartessos podia abarcar toda uma região, ao norte do Vale do Guadalquivir, existe a Sierra Morena, lugar rico em prata e cobre que, segundo as fontes, eram mercadorias muito utilizadas pelos tartéssicos em seu comércio com outros povos (ESTRABÃO, III, 2, 11). Além disso, toda a região possuía uma importância estratégica, pois garantia o controle de tudo o que navegasse aquela região do Guadalquivir e da própria rota comercial no Oceano Atlântico (CARRILLO, 2011).

Essa confusão sobre a natureza de Tartessos, contudo, parece se arrastar desde a antiguidade e talvez seja esse o motivo de autores posteriores a Estrabão, com destaque para Avieno, ter identificado Gadir como Tartessos em sua obra. Heródoto e Estrabão destacam bem a diferença entre os dois lugares, o que não acontece na obra de Avieno. Na verdade, como vimos na introdução,

[...] as intenções de Avieno não foram refletir a geografia da Ibéria, nem de seu momento, nem da época do alto Império, pois em qualquer dos dois casos havia recorrido a autores gregos do passado como Estrabão e Ptolomeu, ou romanos como Mela ou Plínio. Para seus fins

poéticos e evocadores de tradições antigas, o autor de *Orla Marítima* reuniu material procedente de muitas fontes e de um arco temporal muito amplo, sem outro critério que não o da antiguidade e exotismo dos topônimos, e sem seguir com fidelidade um roteiro baseado em um hipotético périplo arcaico. (ALBELDA, 2012, p. 65, tradução nossa)³.

Albelda fala de um “hipotético périplo arcaico” porque ele acredita que Avieno não se baseou em um périplo massaliota do século VII a.E.C. para compor sua obra. Se pensarmos por esse lado, entendemos a problemática da discussão, já que, se Avieno usou tantas obras para compor seu poema, e muitas das obras se interligam, já que tratam dos mesmos assuntos de formas muito similares, como saber o que é de uma ou de outra com precisão?

Parece ficar um pouco mais claro que Avieno utiliza as informações das fontes sem um critério aparente quando comparamos a *Orla Marítima* com *Geografia de Ibéria* de Estrabão. Mesmo que o geógrafo romano destaque as dimensões e povos vizinhos aos tartéssicos, ou, melhor dizendo, aos turdetanos, Avieno não parece ter utilizado com afinco essas informações ao compor sua obra. Como o próprio Albelda aponta, e isso fica claro em alguns pontos do texto de Avieno, o texto deste parece um retalho de outros textos, sem qualquer critério aparente, que não o de narrar um périplo ligeiramente coeso.

Ainda sobre a problemática Cádiz e Tartesso, há autores, como Schulten, que apontam que a cidade de Cádiz teria sido fundada para facilitar o contato com Tartessos pelos Fenícios. O contato com essa informação coloca em cheque algumas de nossas suposições anteriores, como a de que Tartessos era uma colônia fenícia, afinal, se assim fosse, por que era necessária uma segunda cidade para tal contato?

Conseguimos pensar duas soluções para tal problemática. A primeira é a de que, realmente, Tartessos foi fundada como Colônia da Fenícia, assim como Gadir. E

³ No original: “Lógicamente las intenciones de Avieno no fueron reflejar la geografía de Iberia, ni de su momento ni de época altoimperial, pues en cualquiera de los dos casos hubiera recurrido a autores griegos del pasado como Estrabón y Ptolomeo, o romanos como Mela o Plinio. Para sus fines poéticos y evocadores de tradiciones antiguas, el autor de *Ora marítima* hizo acopio de material procedentes de muchas fuentes y de un arco temporal muy amplio, sin otro criterio que el de la antigüedad y el exotismo de los topónimos, y sin seguir con fidelidad un guión basado en un hipotético periplo arcaico.”

esse “contato facilitado” poderia ser um escoamento dos produtos de Tartessos para Gadir, com intuito de o tempo de viagem por parte fenícia.

A outra ideia é a de que os fenícios tiveram contato com os tartéssicos e fundaram Gadir como meio facilitador de contato e então os habitantes de Tartessos, pelo amplo e constante contato, foram assimilando, gradativamente, certas características culturais dos povos fenícios. Percebemos que, desse modo, o contrário também pode ter ocorrido, ou seja, Tartessos, tendo sido fundada pelos fenícios, gradativamente assimilou características culturais dos povos do entorno da região. Desse modo, a primeira suposição, ou seja, de que os tartéssicos gradativamente, no contato com os fenícios, foram assimilando características destes, nos parece mais plausível, pois sua origem parece ser anterior à chegada dos fenícios à Ibéria (ALBUQUERQUE, 2010).

Toda essa problemática surge, na verdade, pelo fato de que, como mostra Albuquerque, não parece existir uma “identidade” tartéssica, nem nas fontes escritas, nem nas fontes arqueológicas, o que torna a presença de um reino, enquanto unidade, e de um rei naquela região um tanto quanto obscuras. Afinal, não parece haver, como aponta Albuquerque (2013, p. 48), “[...] aspectos do comportamento determinado por relações de afirmação (identificação) e negação (identização) estabelecida consigo ou com outrem [...]” por parte dos tartéssicos, mas sim dos helenos e romanos quando tratam sobre eles. Aliada a isso temos a percepção de Arruda, que nos aponta que:

A existência de uma “consciência tartéssica”, ou seja, de um sentimento integrador numa determinada unidade geo-política, está, efectivamente, ainda em grande parte por provar, até porque a questão fulcral passa necessariamente por saber se esses tartéssicos tinham ou não uma consciência colectiva, que decorria do sentimento de pertença a uma comunidade linguística e cultural ampla, ou se, pelo contrário, se sentiam membros de uma cidade ou de um grupo de parentesco específico. (ARRUDA, 2011, p. 212).

Apesar de Schulten considerar Tartessos como o centro de um império, com leis, hierarquia e literatura próprias (SCHULTEN, 1945), elas não parecem existir. Wagner (1992) nos mostra que é um espírito (talvez) antissemita por parte de Schulten que faz com que ele veja os tartéssicos como filo-helenos, com características que nos aproximam dos escritores das fontes clássicas sobre o assunto.

O pesquisador português Carlos Fabião, de outro modo, percebe que o problema vai um pouco além de uma simples questão que dualiza fronteiras políticas e étnicas. Ele aponta que, se estivermos com foco nas fontes escritas, tanto o périplo massaliota quanto Heródoto apontam a fronteira de Tartessos com os Cinésios, ou Cunetas. Ou seja, eles são agrupados em uma região maior, mas são separados em relação a um ponto específico. Porém, se comparados pelos achados arqueológicos e com base em alguns mitos, que veremos no capítulo seguinte, apesar de os artefatos terem uma dispersão muito diferente, possuem características muito similares (FABIÃO, 1997). Assim:

Sob este ponto de vista, devemos considerar que Tartessos corresponde a uma unidade política, de fronteira definidas, é certo, mas que se destaca de uma entidade étnica que se estende por uma região mais vasta (FABIÃO, 1997, p. 116).

Sendo assim, parece-nos clara toda a problemática envolvida na localização de Tartessos. Desse modo, iniciaremos, agora, as apresentações e nossas conclusões sobre como Tartessos aparece nas fontes analisadas. Dividimos em três subcapítulos: um referente a Tartesso como hidrônimo; um referente a uma região ou cidade; e um subcapítulo com algumas conclusões.

3.2 TARTESSOS COMO RIO: TARTESSO, BÉTIS OU GUADALQUIVIR?

Como dito anteriormente, a natureza de Tartessos nas fontes parece ser mista. Nossa primeira investigação se dará por compreender as fontes que o colocam como um rio.

Na obra de Avieno, a primeira menção de Tartesso como um rio acontece quando o autor descreve as regiões do Rio Anas e o território dos povos Cinetes (AVIENO, linha 225). Porém, antes disso, outras atribuições a Tartesso já foram feitas como a um “golfo de Tartesso” (AVIENO, linha 55) e à cidade de Tartesso (AVIENO, linhas 85-86). A menção a um golfo nos parece, por sua vez, não se referenciar ao golfo do povo de Tartesso, mas sim, do Golfo do rio Tartesso. O rio é novamente

mencionado (AVIENO, linha 285), colocando-se em relação ao Lago Ligustino, supracitado.

Nesse momento nos parece clara a distinção que Avieno faz entre o Golfo e o Lago, mostrando serem duas regiões separadas, independentemente da existência delas. Contudo, na Orla Marítima, Avieno parece descrever apenas isso, sem mostrar qualquer relação do povo tartéssico (se assim podemos chamá-los) com o rio, diferente de Estrabão, como veremos.

Heródoto, por sua vez, na primeira aparição do termo em sua obra, parece fazer uma sequência lógica de descrição, como também percebe Albuquerque (ALBUQUERQUE, 2010). O trecho em si (HERÓDOTO, I, 163), ao mesmo tempo em que poderia identificar o rio, também pode identificar a região. Isso, no entanto, pouco mais à frente, no mesmo trecho, é diferenciado, já que os Fóscios chegaram “a Tartesso” (a cidade) e foram aconselhados a se estabelecer na região “do Tartesso” (o rio). Como vimos, o rio e a cidade têm o mesmo nome, mas são facilmente diferenciados.

O geógrafo Estrabão também aponta Tartesso como rio (ESTRABÃO, III, 2, 11). Assim como Avieno, que utiliza de vários adjetivos ao nomear os acidentes geográficos da região, Estrabão chama também a cidade de Tartesso. O autor, contudo, liga Tartesso a um rio chamado em sua época de Bétis. O mesmo rio que, séculos depois, os árabes, ao tomarem a Península, renomeiam para Guadalquivir, nome que mantém até os dias atuais.

Diferentemente dos outros dois, contudo, é a relação dos tartéssicos com o rio e a origem dele, já que é na montanha Argêntea que o rio nasce (ESTRABÃO, III, 2, 11) e que é um dos lugares de onde é proveniente grande parte da extração da prata da região. Outra relação imposta por Estrabão é a de que os rios da Turdetânia, a saber Anas, Tartesso e outros parecem ser navegáveis e garantem à região um amplo movimento comercial por eles (ESTRABÃO, III, 2, 4).

Todos esses trechos nos mostram que a denominação “Tartesso” se aplica ao rio que corta a região e, assim, foi seguida por vários autores que ou a utilizam como nomenclatura (os de tempos mais próximos, como Heródoto) ou como referência a como os antigos chamavam o rio (os de tempos mais distantes, como Estrabão).

Sendo assim, é impossível não afirmar que Tartesso é, nesses contextos, utilizado para designar o rio Guadalquivir. No entanto, podemos constatar que é mais do que isso.

3.3 TARTESSOS COMO REINO E CIDADE: CÁDIZ OU TARTESSOS?

Como vimos no subcapítulo anterior, assim como “Tartesso” está ligado ao rio, ele também está ligado nome de uma cidade. Porém, a sua relação nas fontes se dá de maneira diferente para cada um dos autores.

Quando Heródoto cita a cidade de Tartesso, ele parece inaugurar um elemento que será apresentado por todos os autores posteriores a ele, já que, ao que parece, nenhum outro havia citado o nome de alguém ligado a Tartessos. É o historiador de Halicarnasso que relaciona Tartesso com o rei Argantônio, citado em dois momentos (HERÓDOTO, I, 163 e HERÓDOTO, I, 165).

Porém, a aparição desse nome nos levou a perceber a semelhança entre o nome do monarca e o da montanha da região. Argantônio e a montanha Argêtea que narra Estrabão, ou o monte Argentário, de Avieno, parecem surgir todos de um mesmo prefixo, *Arg-*, ligado ao metal extraído na região, a prata. A relação entre esses pontos será explorada no Capítulo 4.

Porém, diferentemente do que veremos nos outros dois autores, as duas aparições de “Tartesso” na obra de Heródoto são bem diferentes uma da outra. Enquanto em uma a cidade parece ser integrada em sua relação com outro povo, na outra, ela assume quase que um caráter mitificado.

Na primeira aparição (HERÓDOTO, I, 163), o autor de Halicarnasso nos conta que os Fóscios foram os primeiros gregos a empreenderem viagens longas pelo mar e qual tipo de embarcação usavam. Em uma de suas viagens, eles, chegando a Tartesso, são recebidos por Argantônio, que os cede pouso e os auxilia com grande quantidade de recursos para a construção de uma muralha, para se protegerem dos Persas. Nesse trecho, Tartesso assume um caráter mais real, parecendo ser uma parada daqueles navegantes, já que a narração sobre os Fóscios se segue por vários

trechos seguintes, narrando, inclusive, a morte de Argantônio em outro (HERÓDOTO, I, 165).

A segunda aparição, no entanto (HERÓDOTO, IV, 152), narra a viagem de um navio de Samos, cujos tripulantes chegam a Tartessos “ [...] como guiados por algum deus.” A própria alusão a elementos divinos que levam esses homens a atravessarem as Colunas de Hércules torna a narrativa de Tartessos mitificada, como veremos no capítulo seguinte, se somada à quantidade de elementos que são comuns nos mitos gregos e aparecem nesse pequeno relato, como a riqueza e a hospitalidade.

Na obra de Estrabão, as duas aparições de Tartesso também possuem características próprias. Na primeira delas, Estrabão apenas cita que era o nome como os Turdetanos (ou Túrdulos) chamavam uma cidade que existia na desembocadura do rio (ESTRABÃO, III, 2, 11), sem muito mais informações, exceto da relação desses últimos com aqueles antigos.

A segunda aparição (ESTRABÃO, III, 2, 12), assim como na narrativa de Heródoto, aparece com ares mais mitificados, já que o geógrafo estabelece uma relação entre o nome da cidade e da região possuírem alguma ligação com o Tártaro, uma das porções mais profundas da Terra. A título de curiosidade, Hesíodo, em Teogonia, nos narra que são nove dias e noites inteiras caindo do ponto mais baixo da Terra para se chegar ao Tártaro (HESÍODO, Teogonia, 722-743)

Essa relação, conforme explica Estrabão, parece surgir na obra do poeta (aqui, uma referência a Homero, não a Hesíodo) e explica como os confins do mundo estão ligados ao Érebo, o reino de Hades; quanto mais distante dessas regiões, mais próximo ao Tártaro. Portanto, estando a região Tartéssida no “fim do mundo conhecido”, seu nome teria sido criado com tal propósito (ESTRABÃO, III, 2, 12).

Aliás, essa é outra definição presente na obra de Estrabão: a região que abrange o sudoeste da península Ibérica e, naquele momento habitada pelos Turdetanos, na antiguidade era chamada região, ou território, de Tartésside (ESTRABÃO, III, 2, 11). Nem Heródoto e nem Avieno fazem menção ao nome da região. As semelhanças entre Tártaro, Tartésside e Tartessos também não nos escaparam, de modo que exploraremos essas semelhanças no Capítulo 4.

Por último, quanto à cidade de Tartesso, Avieno nos traz, também, poucas referências. Porém, é na obra de Avieno que, como supracitado, parece surgir todo o

imbróglio entre Gadir e Tartesso. Em vários trechos (linhas 85-86, 268-272 e 297) o autor nos remete à cidade de Tartesso, mas em nenhum momento há uma descrição sobre ela. Na verdade, com raras exceções, Avieno não se prontifica a narrar detalhes mais específicos que não os geográficos.

O trecho problemático, contudo, se dá quando Avieno afirma que a cidade de Gadir foi chamada antes de Tartesso (linhas 85-86). Adolf Schulten nos mostra que essa não é a única incongruência na obra de Avieno, já que em outra de suas interpolações, mais precisamente sobre a Coluna Boreal, o autor a confunde com as colunas de Hércules (SCHULTEN, 1945). O próprio tradutor da obra que consta nos anexos, em duas notas, se refere a esses equívocos de Avieno (FERREIRA, 1985).

Um problema, contudo, como vimos, sobre a parte histórica de Tartesso, é a de que, se Avieno se baseou em um périplo massaliota do século VII a.E.C., aproximadamente, as poucas descrições da cidade ocorrem por conta desse périplo, que não se aprofunda nos temas tratados, ou por omissão de Avieno, que censurou partes do texto original?

Parece claro que, assim como Tartesso está ligado ao nome do rio, a cidade recebe um homônimo. Essa mesma cidade, no decorrer do tempo, e um pouco por contribuição do equívoco de Avieno e de historiadores posteriores que prosseguiram com a afirmação errônea de Avieno, migra para a cidade de Gadir.

3.4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como supracitado, Tartessos assume dois tipos de perfil quando tratado nas fontes: o nome é o designado para um rio e para uma cidade. Em nenhum dos casos, porém, as descrições nos apontam mais pistas para explorar que não as apresentadas. A discussão, portanto, da natureza de Tartessos deve seguir um segundo viés para que, unido às informações apresentadas, nos aponte informações mais concretas.

Heródoto, Estrabão e Avieno não nos apontam nenhuma informação que nos permita, apenas com as fontes, um maior aprofundamento, nos evidenciando que

[...] no momento contemporâneo Tartessos se constrói uma imagem claramente periférica no geográfico, no histórico e na recreação espacial do mito, sem que possamos dissociar nenhum destes elementos. (CRUZ ANDREOTTI, 1995, p. 44, tradução nossa)⁴.

O mesmo autor também nos apresenta que, não podendo ser de maneira diferente, nesse contexto,

[...] onde mito, geografia, poesia e prosa se mesclam [...], Tartesso nos aparece como um hidrônimo que muito certamente (em uma sequência bastante habitual) termina por definir um lugar e/ou uma região no entorno das Colunas e “mais além da Ibéria”, os únicos referentes geográficos incontestáveis; uma definição territorial que não entra na descrição cultural ou étnica que comumente se vem dando. (CRUZ ANDREOTTI, 2010, p. 36, tradução nossa)⁵.

Esse é outro ponto que abordaremos brevemente no Capítulo 4, ou seja, a questão de como o nome de Tartessos é utilizado para tentar se identificar uma cultura ou etnia que, no fundo, não parece ser fruto de uma unidade que se entenda como tal.

Na verdade, servindo de introdução ao próximo capítulo, inclusive, em que exploraremos a questão mítica de Tartessos, percebemos que alguns usos de certos termos, como o “golfo de Tartesso” (*sinus Tartesii*), nos apontam para um tipo de definição muito próxima daqueles que vão receber os textos, isto é, gregos (no caso de Heródoto) e romanos (nos casos de Estrabão e Avieno).

Sendo assim, como também aponta Cruz Andreotti, que cita ainda uma quarta fonte, Estesícoro, a função de Tartessos,

[...] partindo de um hidrônimo em um contexto mítico (Estesícoro), termina defendendo-se como uma monarquia filo-helena (Heródoto),

⁴ No original: “[...] en el momento contemporáneo a Tartesos se construye una imagen del mismo claramente periférica en lo geográfico, en lo histórico y en la recreación espacial del mito, sin que podamos disociar ninguno de los elementos.”

⁵ No original: “[...] donde mito, geografía, poesía y prosa se entremezclan [...], Tarteso se nos aparece como un hidrónimo que muy pronto (en una secuencia bastante habitual) termina por definir un lugar y/o una región en el entorno de las Columnas y “más allá de Iberia”, los únicos referentes geográficos incontestables; una definición territorial que no entra en la adscripción cultural o étnica que comúnmente se le viene dando.”

é dizer um espaço político reconhecível por um grego. (CRUZ ANDREOTTI, 2002, p. 165, tradução nossa)⁶

Esse espaço reconhecível por um grego não está somente ligado a questões políticas e geográficas, mas também de como os personagens dessas narrativas, como Argantônio, por exemplo, apresentam valores e ações que se assemelham aos bem vistos ou quistos pelos gregos, como prosperidade e hospitalidade presentes em obras como a *Ilíada* e na *Odisséia* de Homero, ou mesmo na *Teogonia* ou *Trabalhos e Dias*, de Hesíodo (ALBUQUERQUE, 2010). Vale ressaltar, contudo, que esses valores podem ter sido omitidos nas obras posteriores à de Heródoto, como na de Estrabão e de Avieno, por estes não serem valores que necessitam estar presentes no tipo de trabalho que está sendo feito, isto é, dois relatos de viagem que, em vários trechos, principalmente na de Estrabão, deixam bem clara a diferença entre os “bárbaros” e os romanos.

Portanto, concordando com Albelda, o uso de determinadas nomenclaturas como

[...] o *sinus Tartesii*, o golfo dos tartéssicos, é, segundo esse raciocínio, um produto “de quarta geração”, criado depois da aparição do hidrônimo, do corônimo e do etnônimo, ainda assim é difícil de precisar se é de época arcaica como seus antecedentes, ou é uma elaboração grega mais tardia, ou inclusive um arcaísmo idealizado por Avieno para seus fins poéticos [...] (ALBELDA, 2012, p. 60, tradução nossa)⁷.

Portanto, se quisermos entender a natureza de Tartessos, temos de dar um passo mais além e investigar de que maneira os elementos míticos foram usados na criação dessa narrativa (e se foram usados) e com que pretextos.

⁶ No original: “[...] partiendo de un hidrónimo en un contexto mítico (Estesícoro), termina definiéndose como una monarquía filohelena (Heródoto), es decir un espacio político reconocible por un griego.”

⁷ No original: “El *sinus Tartesii*, la bahía de los tartesios, es, según este razonamiento, un producto “de cuarta generación”, creado después de la aparición del hidrónimo, del corónimo y del etnónimo, aunque es difícil precisar si es de época arcaica como sus antecedentes, o es una elaboración griega más tardía, o incluso un arcaísmo ideado por Avieno para sus fines poéticos [...]”

4 TARTESSOS MÍTICO: ARGANTÔNIO COMO UM IDEAL GREGO?

Saindo do campo da geografia e partindo para uma análise um tanto mais abstrata do Caso Tartessos, vamos, no presente capítulo, investigar alguns aspectos sobre a narrativa de Tartessos e, por que não, sobre Argantônio que nos parecem ser enquadrados em um terreno muito mais mítico que real. Aqui, contudo, vale uma ressalva: quando adotamos essa dicotomia “real-mítico” estamos na verdade diferindo aquilo que se apresenta de maneira material, ou concreta (real), daquilo que se apresenta de maneira imaterial, ou abstrata (mítico).

Apesar de percebermos que as influências dos mitos extrapolam o ambiente da abstração, transformando a percepção da realidade daqueles inseridos nessa área de influência, temos de levar em conta que a aparição de certos elementos na narrativa sobre o reino de Argantônio nos colocam em uma posição defensiva quanto à afirmação de sua natureza. Como já destacamos, partes da obra de Heródoto foram compostas com fins de entretenimento à plateia, já que a obra seria lida em praça pública. Sendo assim, esses elementos se mesclam aos dados apresentados pelo historiador de maneira tão harmoniosa que é extremamente complexo, em alguns pontos, separar o real do mítico.

Na verdade, como percebe Dobroruka:

A história dos historiadores padeceu desde os princípios por conta de sua vinculação essencial e inextricável com o componente mítico que será o fio condutor de suas narrativas e que lhe dará uma substância na qual apóia os eventos que são narrados. (DOBRORUKA, 2006, p. 311).

E essa proximidade entre os dois campos

[...] colocou a atividade histórica no dilema que persiste até hoje: se pretender tratar apenas do particular aproxima-se da literatura e perde em cientificidade, se pretender elaborar leis gerais corre risco do descrédito [...] (DOBRORUKA, 2006, p. 310)

Abordar elementos míticos dentro de narrativas antigas não deve ser feito de maneira superficial, entendendo o mito apenas como um mecanismo religioso de controle e/ou transmissão de valores, mas sim uma investigação minuciosa, averiguando o porquê de tais elementos e narrativas se inserirem em uma obra como a de Heródoto.

4.1 AFINAL, O QUE É MITO?

Assim como em nosso primeiro capítulo tratamos de diferenciar Passado, História e Discurso, temos que novamente recuar um pouco e definir o conceito de Mito que temos em mente. Como apresenta Dobrouka,

Com frequência “mito” é entendido por oposição a “história” (ou como oposto de “ciência”). Nesse sentido mais restrito, mito é algo visto como essencialmente religioso, atuante na esfera do sagrado e, portanto, impossível de se confundir com algo que se pretende científico como a atividade historiográfica ou uma dada filosofia especulativa da história como, digamos, o positivismo comtiano. Mas um olhar mais cauteloso sobre o assunto basta, mesmo na Antiguidade e entre os primeiros historiadores, para mostrar a falácia dessa clivagem: ao pretender explicar as causas “verdadeiras” da guerra entre Atenas e Esparta o sisudo Tucídites já introduz em seu texto algo que não se encontra de modo algum nos testemunhos que recolhe, muito menos nos (pouquíssimos) documentos escritos com que se deparou: algo que evoca ainda outra semelhança entre o conteúdo mítico, ou metahistórico, com que *a narrativa é dotada de sentido*, e o método hipocrático – nos dois casos trata-se de remeter causas aparentes e externas até explicações não-aparentes e internas as origens dos eventos. (DOBROUKA, 2006, p. 308-309, grifo nosso).

O destaque que fizemos acima vai ao encontro do que apresentamos na introdução deste trabalho: que o texto é dotado de um sentido que é construído por meio da narrativa do autor e que esse sentido pode e tende a mudar de acordo com o nosso olhar ou, nas palavras de Maalouf (1998, p. 59 apud ALBUQUERQUE, 2010, p. 14), “[...] olhar que em cada época se demora sobre certas frases e desliza por outras sem as ver.” Nesse ponto, como nos mostra Vernant,

Quer se trate de fatos religiosos – mitos, rituais, representações figuradas –, de filosofia, de ciência, de arte, de instituições sociais, de fatos técnicos ou econômicos, nós os consideramos sempre na qualidade de obras criadas pelos homens, como expressão de uma atividade mental organizada. Por meio dessas obras, buscamos aquilo que o homem foi, este homem grego antigo que não se pode separar do quadro social e cultural do qual ele é, ao mesmo tempo, criador e produto. (VERNANT, 1990, p. 15).

Aqui reside uma característica interessante do mito: o homem é, ao mesmo tempo, criador e produto dele. Isso implica dizer que, em uma sociedade como a grega clássica, momento em que obras como a de Hesíodo e de Heródoto, que aqui daremos mais destaque, foram construídas, é impossível separar uma coisa da outra. Utilizar uma fonte produzida por um homem grego da antiguidade é trabalhar com o real e o mítico ao mesmo tempo, de maneira indissociável.

Isso parecerá ainda mais claro quando abordarmos, em um dos subcapítulos subsequentes a questão de como a própria concepção de espaço geográfico reflete os ideais gregos e seus mitos.

Torrano nos apresenta, não obstante, uma outra característica do mito grego:

Poderíamos ler, se quiséssemos, implícito nos versos de Homero e Hesíodo, o imaginário conceito de mito resultante da experiência grega da linguagem de que esses versos se tornaram os tradicionais documentos literários. (TORRANO, 1997, p. 27).

Em outras palavras, os versos de Hesíodo no Mito das Idades, isto é, nas narrativas das Raças de Ouro, de Prata, de Bronze, dos Heróis e de Ferro, por exemplo,

[...] descrevem e documentam uma experiência da linguagem na qual a linguagem é concebida como um aspecto fundamental do mundo que nos interpela apresentando-se como a verdade do mundo sob esse aspecto. Para maior comodidade e correndo o risco, um saudável risco de equívoco, chamaremos “mito” a essa experiência da linguagem e definamo-la como uma experiência da linguagem em que uma forma divina de mundo nos interpela, a nós, mortais, e assim desvenda a verdade de acontecimentos passados, presentes e futuros. Nessa experiência, a linguagem serve de suporte a uma hierofania, i. é, uma manifestação divina.

O mito, enquanto forma de linguagem, instaura o seu próprio sentido de verdade e o sentido das palavras com que falar a verdade e com que falar da verdade. (TORRANO, 1997, pp. 29-30, grifo nosso).

Cabe lembrar ao leitor que estamos falando de um momento em que *Mýthos* e *Logos* ainda não estão inteiramente associados a ideias diametralmente opostas:

Na época clássica, no século V, as palavras *mýthos* e *lógos*, ainda que sempre designem o ato e produto de fala, especializam-se com nuances de sentido e passam a ser associadas por oposição. *Mýthos* então designa a palavra narrativa das lendas e da tradição épica, e *Lógos* o enunciado ou argumento filosófico. (TORRANO, 1997, p. 33).

Essa linguagem utilizada para se falar da “verdade” é construída gradativamente com o passar do tempo e, na verdade, as obras que analisamos foram produzidas em um momento de ápice desse tipo de linguagem. Quando Hesíodo invoca as Musas, por exemplo, não o faz à toa. Trata-se de uma própria “regra” desse tipo de produção.

É por esse e outros motivos que percebemos que estudar o mito e, porque não, o homem grego da Antiguidade se trata de um exercício constante de pensamento, se não quisermos ser anacrônicos em nossas conclusões. E é aí também que percebemos que

O homem grego, bastante afastado de nós para que seja possível estudá-lo como um objeto, e como um objeto diverso, ao qual se aplicam exatamente as nossas categorias psicológicas de hoje, é, entretanto, bastante próximo para que possamos sem muitos obstáculos entrar em comunicação com ele, compreender a linguagem que fala em suas obras, atingir, além dos textos e documentos, os conteúdos mentais, as formas de pensamento e de sensibilidade, os modos de organização do querer e dos atos, em resumo, uma arquitetura do espírito. (VERNANT, 1990, p. 16-17).

Ligando essa valiosa percepção de Vernant a Tartessos e à nossa pesquisa, vemos que a presença de Tartessos nas fontes não se trata apenas de um caráter descritivo geográfico, mas também mitológico e histórico. Outro ponto a se ressaltar: é dessa proximidade entre literatura, mitologia e ciência dentro do Discurso Histórico

que nascem certos elementos, como o reino de Argantônio, que não podem ser estudados se não pensarmos em seu meio de produção. Com isso,

[...] conclui-se que a localização de Tartessos (território, rio ou cidade) corresponde a um exercício, não poucas vezes individual, de *interpretatio*, tanto por parte dos autores antigos como da investigação mais recente, dependendo, essencialmente, do que cada olhar valoriza nos textos e no registo arqueológico. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 88).

Esse olhar que é valorizado no texto de que fala Albuquerque, na verdade, vale tanto para aquele que produziu a obra quanto para aquele que a consome. Assim sendo, como apresentamos na introdução, se existe uma narrativa sobre Tartessos é porque existe a necessidade de se voltar o olhar para esse tipo de elemento narrativo, independentemente de sua natureza real ou mítica.

Acentuamos, ao contrário, em nossas últimas linhas, que os gregos não inventaram a razão, mas *uma* razão, ligada a um contexto histórico, diferente daquela do homem de hoje. Existem mesmo, acreditamos, nisso que se chama o pensamento mítico, formas diversas, níveis múltiplos, modos de organização e, como que tipos de lógica diferentes. (VERNANT, 1990, p. 18).

Tendo esse tipo de pensamento e essa discussão em mente, convém apresentar algumas semelhanças e o que nos parecem resquícios ou ecos dessa linguagem que é o mito para os gregos ainda presente nas narrativas de Tartessos e que foram legadas a elas em obras posteriores, como Estrabão e Avieno.

4.2 TARTESSOS E O MITO DAS IDADES DE HESÍODO: UM ECO AINDA PRESENTE EM HERÓDOTO?

Convém primeiro analisar o mito de Hesíodo ao invés da narrativa de Heródoto. Não por capricho cronológico, mas porque os elementos presentes no primeiro nos ajudarão a compreender melhor a presença de Tartessos no segundo.

Dispomos nos anexos a narração de Hesíodo sobre as cinco raças de homens que existiram sobre a terra. Cada uma delas, exceto a dos Heróis, é ligada a um metal. A ordem das raças segue também a ordem com que os gregos viam esses metais em questão de valor, ou seja, a raça de Ouro é seguida pela de Prata, pela de Bronze e, por fim, pela de Ferro. As próprias características dos metais estão presentes, de alguma forma, nas características dos homens dessas raças (VERNANT, 1990).

Como nos aponta Vernant, essas raças estão ligadas, na própria narrativa, de maneira a se oporem: a raça de Ouro (HESÍODO, 109-126) e a raça de Prata (HESÍODO, 127-142) são opostas entre si. Enquanto a primeira parece possuir elementos praticamente divinos em suas práticas e vivências, obedecendo aos deuses e às tradições, os homens da raça de prata desprezam esses valores sem o menor remorso (VERNANT, 1990).

Se olharmos com mais atenção esses elementos, principalmente a narrativa da Raça de Ouro, vemos que uma personagem como Argantônio se encaixaria perfeitamente a um homem dessa raça: longevo, hospitaleiro, benevolente, entre outras qualidades. Albuquerque ainda nos aponta, em alguns trechos de sua dissertação, que a semelhança entre Argantônio e Alcino, presente na *Odisseia*, de Homero, são praticamente as mesmas personagens (ALBUQUERQUE, 2010).

Na verdade, o autor vai mais além, apontando que, como Heródoto não conheceu o Ocidente, ele poderia ter ouvido um relato da *Odisseia*, com alguns elementos diferentes, e achar que ouvira um novo relato, incorporando-o à sua obra (ALBUQUERQUE, 2010).

Tartessos surge em contextos de acontecimentos e processos históricos, ao mesmo tempo que resulta de um desinteresse pelo Extremo Ocidente por parte de Heródoto. O autor parece cingir-se a informações construídas do mesmo modo que a Tragédia e os relatos de viagens heróicas como *Odisséia*, e que circulariam como tradições orais. Como tal, estas podem reger-se por sequências estáveis (Propp, 2006; Bremond, 1966) que permitem a perduração de um relato. O conteúdo destas narrativas, por sua vez, pode ser composto, recomposto, criado e acrescentado sem, necessariamente, alterar a *forma* e as *funções* dos personagens que o tornam inteligível. (ALBUQUERQUE, 2010 p. 39).

Para os fins desta pesquisa, no entanto, não nos aprofundaremos nessa questão, pois se trata mais de uma problemática literária que histórica, no sentido de que, para analisarmos essa questão, seriam necessários conceitos que fazem parte de outra área do conhecimento que não a Ciência Histórica, além de nos desviar um pouco de nosso objeto de pesquisa.

Contudo, Albuquerque também nos aponta que

A valorização de Hesíodo reside na sua importância para a compreensão da representação de personagens com Gérion e Argantónio. A relação cronológica entre esta obra e a fundação do templo de Gadir é importante, na medida em que pode já conter alguns ecos de transmissões que voltaremos a encontrar em Homero. Estas, por seu turno, podem reflectir uma concepção criada em torno do conhecimento fenício do Extremo Ocidente e dos contactos estabelecidos por todo o Mediterrâneo. Neste sentido, a circulação de informações (sobretudo, senão exclusivamente, orais) seriam um ponto de partida para a construção de paisagens imaginárias, idílicas e distantes que são utilizadas como contra-partida dos lugares onde estes textos são criados. Note-se que estas descrições enquadram contextos onde as sociedades sentem bastantes dificuldades para sobreviver ou mesmo em contextos de violência (saques, invasões, etc.), como seria o mundo próximo de Hesíodo. E, por definição, não é necessário que as “utopias” (ou o “mito da cidade ideal”) criadas nestes contextos tenham uma localização geográfica (LENS TUERO; CAMPOS DAROCA, 2000; PINHEIRO, 2006 apud ALBUQUERQUE, 2010, p. 32).

E é exatamente por conta desse ponto que optamos por apresentar, primeiro, as questões geográficas sobre Tartessos, pois, ao que tudo indica, a sua localização no “além-Colunas” tem um significado muito mais profundo. Quase todo elemento apresentado como existente nessa região padece do mesmo mal: um amálgama entre o real e o mítico tão indissociável que torna extremamente difícil uma análise de sua natureza.

As citações dos autores gregos devem ser entendidas como um mero reflexo de sua geografia mítica, que concebia um mundo finito, balizado por um conjunto de referências. O limite ocidental situava-se, naturalmente, nas imediações deste reino [Tartessos] de que muito se falava, mas pouco se conhecia. Neste âmbito cultural, tudo o que se queria mencionar como decorrente no extremo ocidental do mundo teria de se localizar forçosamente junto ao reino de Tartessos. Deste modo, estas indicações são muito mais úteis para o conhecimento das

concepções de Mundo, no âmbito da cultura Helênica, do que para o estudo das realidades peninsulares nos alvares da história. (FABIÃO, 1997, p. 113).

Mas por que e como são representadas essas regiões nas fontes? Ora, elas quase sempre são apresentadas como cenários quase diametralmente opostos aos gregos, isto é, como a região balcânica, pedregosa, possui grandes problemas com a agricultura, cenários como Tartessos são apresentados como amplas regiões de terra fértil e rica em metais considerados preciosos (ESTRABÃO, III, 2, 3-4). Além disso, contamos com personagens que demonstram características sobre-humanas, como Gerião (HESÍODO, *Teogonia*, 287-294) e Argantônio (HERÓDOTO, I, 163). Esses dois personagens, em certa medida, nada se assemelham aos gregos, exceto, talvez, o segundo, que parece se apresentar como um homem grego perfeito, o que nos chamou atenção, pois Gerião é mostrado de maneira quase monstruosa.

Essa é outra característica dos confins do mundo nas obras gregas: trata-se de um ambiente com características escatológicas e monstruosas, isto é, se o centro (onde habita o povo heleno) é sinônimo de ordem e “normalidade”, os confins do mundo estão reservados ao caos e a criaturas que não se enquadram nos padrões de ideal grego.

Na opinião de Janni (s.d. apud Cruz Andreotti, 1990, p. 53), a geografia antiga vive os espaços em termos míticos e religiosos, tornando o desconhecido inteligível a partir do centro. O que significa que os textos poéticos não apresentam a preocupação pela descrição de espaços reais. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 45).

É interessante notar que Gerião é tido como um dos ancestrais de Argantônio (FABIÃO, 1997; CARRILLO, 2011; ALBUQUERQUE, 2010). Isso nos chamou a atenção quando analisamos as fontes e a bibliografia e nos pareceu formar, também, uma sequência narrativa que atua de maneira inversa à de Hesíodo: se o poeta apresenta a decadência do mundo com a passagem das eras e das raças, em que os Homens de Ouro⁸, quase perfeitos, são substituídos pelos Homens de Ferro,

⁸ Aqui convém uma observação que nos surgiu e que vale o lembrete: quando falamos no título de nossa dissertação, “Homem de Prata”, nos referindo à Argantônio, essa ligação está associada à

beirando a destruição; a narrativa de Gerião a Argantônio se movimenta de maneira diferente, com um ser monstruoso, já que Gerião possui três cabeças (três corpos unidos pela cintura, em algumas narrativas) e é dono de um cachorro semelhante ao cão Cérbero, de Hades, até chegar a Argantônio, quase um sinônimo de governante ideal.

Voltando à questão do mito das Idades em Hesíodo, há outro ponto a ser destacado: a questão da concepção de tempo no mundo grego. Essa discussão se dá pelo fato de que, à primeira vista, a narrativa de Hesíodo rompe com os ideais de circularidade do tempo gregos, isto é, ele enumera a decadência do homem com o passar das eras, sem possibilidade de se voltar ao estado anterior (VERNANT, 1990). Porém, o próprio Vernant nos aponta que

Hesíodo não tem noção de um tempo único e homogêneo, no qual as diversas raças viriam fixar-se em um lugar definitivo. Cada raça possui uma temporalidade própria, uma idade, que exprime sua natureza particular e que, do mesmo modo que seu gênero de vida, suas atividades, suas qualidades e defeitos, define o seu *status* e a contrapõe às outras raças. Se a raça de ouro é denominada “a primeira”, não é porque tenha aparecido, um belo dia, antes das outras, em um tempo linear e irreversível. Ao contrário, se Hesíodo a faz figurar no início de sua narrativa, é porque ela encarna as virtudes – simbolizadas pelo ouro – que ocupam o cume de uma escala de valores intemporais. A sucessão das raças no tempo reproduz uma ordem hierárquica permanente do universo. (VERNANT, 1990, p. 31).

Há outro ponto que reforça essa ideia de Vernant, como ele mesmo aponta. Se lermos, atentamente, o trecho em que Hesíodo narra sobre os Homens de Ferro

(HESÍODO, 174-179), vemos que o poeta lamenta de não ter “*morrido antes ou nascido depois*”. Em linhas gerais, essa lamentação aponta que a existência das raças, além de ser circular, aponta os dois extremos da existência: de um lado o homem ideal (de Ouro) e de outro o homem de natureza mais corrompida (de Ferro). O poeta ter morrido antes ou ter nascido depois indica que é possível um retorno aos outros estados humanos, já que o tempo é circular e as raças parecem coexistir em alguns casos.

grafia de seu nome, com o prefixo Arg-, ligado à prata, e não sua ligação com a raça de Prata de que fala Hesíodo.

Assim, o mito [das Idades, de Hesíodo] parece querer opor a um mundo divino, em que a ordem é imutavelmente fixada desde a vitória de Zeus, um mundo humano no qual a desordem se instala pouco a pouco e que deve acabar virando inteiramente para o lado da injustiça, da desgraça e da morte. (VERNANT, 1990, p. 28).

Nos parece claro que essas concepções estão presentes nas descrições de Heródoto, no tom de sua narrativa e descrições geográficas. O historiador de Halicarnasso, porém, não recheia sua obra com esses componentes míticos de maneira aleatória. E é por isso que vamos, agora, perceber como o espaço é entendido dentro dessas produções.

4.3 TARTESSOS COMO ESPAÇO LIMÍTROFE: A CONCEPÇÃO GREGA DOS CONFINS DO MUNDO

Como falamos anteriormente, a concepção de mundo (no quesito geográfico) dos gregos não parece, em grande medida, localizar apenas os elementos reais e descrevê-los como tal. E é nesse sentido que a localização de Tartessos se mostra um verdadeiro dilema que é investigado por muitos.

O primeiro ponto, já bem salientado, mas que vale lembrar é que

Na medida em que concepções metahistóricas são necessárias para a conformação de toda prática e narrativa historiográficas contemporâneas, o mito mostra-se também importante entre os historiadores antigos como Heródoto (HERÓDOTO, I, 95-130) [...] (DOBRORUKA, 2006, p. 316).

Na verdade, não apenas em Heródoto, mas o próprio Dobroruka nos aponta uma série de outros relatos em que o elemento mítico se mostra presente de maneira muito forte nas descrições e relatos de viagem.

A valorização da viagem como modo de conhecer o mundo e os costumes – nómoi – das comunidades com as quais contactou, directa

ou indirectamente, reflectem-se na construção da sua obra [de Heródoto], dedicando os quatro primeiros livros à descrição etnográfica dos povos conquistados pelo imperialismo medo-persa. Esta tendência parece urgir a partir do aumento do conhecimento directo das paisagens ocidentais entre os séculos VIII e VI a. C., parecendo adaptar-se à curiosidade e interesse da audiência. É neste contexto que pode incluir-se o surgimento de dois géneros literários (*Periegesis* e *Logós*), destacando-se Hecateu de Mileto entre os autores anteriores a Heródoto. Estes discursos caracterizam, de acordo com as referências culturais do autor e da audiência a geografia, a natureza, as comunidades que habitam as regiões e, no caso particular de Hecateu, a explicação etmológica dos etnónimos. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 36-37).

Se notarmos com atenção, esse tipo de narrativa está presente nas fontes de que dispomos, com mais ou menos ênfase em elementos míticos ou descrições dos espaços. O que percebemos com isso, contudo, é que, apesar das diferenças entre os povos (já que Hesíodo e Heródoto eram gregos, Estrabão e Avieno, romanos), as narrativas não notadamente se modificam. Ora, os valores de gregos e romanos tem suas similaridades, porém, a narrativa dos espaços deveria ter se alterado a nosso ver, já que esse espaço, apesar de “bárbaro” para o mundo romano, já é bem conhecido.

Com isso, uma questão surgiu em nossa mente: as narrativas não se alteram porque os valores de um homem grego para um homem romano também pouco mudaram ou não se tem mais informações sobre Tartessos que não aquelas presentes nessas fontes, como Heródoto? Para nós, o segundo ponto é muito mais plausível. Seguindo esse raciocínio, perguntamo-nos se falar desse reino é repetir o que se disse o historiador de Halicarnasso, por exemplo, pois qualquer informação além dessa é especulação, mesmo para um homem daquele momento?

É esse um dos principais vestígios que encontramos de que a narrativa sobre Tartessos, pelo menos nas fontes escritas, tem carácter muito mais mitológico que real e que, talvez, uma estrutura política e social como a descrita por Heródoto não tenha existido. Em outras palavras, é até possível que tal organização exista, mas não com tamanha complexidade e sentimento identitário como se acredita.

O primeiro ponto a ser levantado sobre essa nossa afirmação trata-se do simbolismo ligado às Colunas de Hércules. Apresentadas como umas das referências para se localizar Tartessos, essas colunas:

[...] são elementos que derivam da percepção do mundo, sustentando o céu [...] (HESÍODO, Teogonia, 517-518), tal como Atlas (Heródoto, IV, 184). Estes espaços, associados a acidentes geográficos, são símbolos utilizados no sentido de «porta» ou «fronteira» [...], daí a importância das Colunas de Melqart [ou Hércules] [...] ou das «portas gadiritas» (Estreito de Gibraltar) como elementos inibidores e, ao mesmo tempo, legitimadores. Ultrapassando estas fronteiras, o relato entra no espaço heróico, visto que aquelas marcam o *terminus* das viagens dos mortais. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 49).

O passar dessas fronteiras indica a entrada em um ambiente que, em teoria, os homens comuns não têm acesso. Isso fica claro na obra de Heródoto quando este narra a viagem do navio de Samos (HERÓDOTO, IV, 152), já que o navio chega a Tartessos “*como guiados por algum deus*”. Porém, o mesmo parece não se aplicar quando Heródoto narra o contato dos Fóscios com Tartessos (HERÓDOTO, I, 163). Por que duas visões diferentes sobre esse mesmo local?

Aqui, novamente, percebemos que a resposta pode estar em uma ou outra hipótese: ou Heródoto, por não conhecer a região, coloca ela ora em ambiente “mítico”, ora em ambiente real; ou, o que consideramos mais provável, o relato ouvido por Heródoto sobre o navio de Samos tinha elementos muito mais mitológicos que o relato que ele ouvira dos Fóscios e isso ficou refletido em sua narrativa.

A transmissão destes tópicos esbarra, porém, na selecção que Heródoto faz das suas informações no conjunto dos interesses da sua obra, o que se reflecte no seu discurso, ou melhor, no seu modo de transmitir um relato. Tomando em linha de conta o suposto objectivo da introdução de duas referências que faz a Tartessos ao longo da sua obra, parece possível afirmar que o autor terá seleccionado, a partir de conjuntos mais vastos, as partes que mereceram mais o seu interesse para explicar o que pretendia. Isto é: a amizade entre Samos, Tera e Cirene (IV, 152), e a construção de uma estrutura defensiva entre os Foceenses (I, 163). No entanto, como também tivemos oportunidade de apontar, Heródoto parece não saber, ao certo, onde ficaria Tartessos, uma vez que não relaciona este território com Gadir (geográfica ou politicamente), e não o menciona quando teria tido oportunidade de fazê-lo (nas viagens circum-navegatórias). Este espaço é integrado pelo autor no mais além das Colunas de Hércules. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 96).

Em todo caso, em Estrabão ou em Avieno, esta mesma característica não se repete: Tartessos é retratado como espaço real, na visão daqueles autores, porém, no caso de Estrabão, em específico, as características míticas são atribuídas ao reino por ser como os Turdetanos, os atuais habitantes, narraram ao geógrafo romano. Em Avieno, os relatos míticos são escassos, quase sempre se ligando aos nomes dados às regiões, como Ofiúsa, por exemplo.

Outro ponto a ser levantado para entender-se a questão do mundo visto a partir do centro para o grego é o de que narrativas do embate entre heróis e outros seres se dão em espaços que nas narrativas se apresentam próximos a Tartessos. Aqui destacamos o Décimo Trabalho de Hércules: o embate entre o filho de Zeus e o guardião dos bois de Erítia, Gerião, acontece nessa região.

Aqui, Albuquerque (2010, p. 48) nos dá mais uma pista de como proceder:

As Ilhas Ocidentais caracterizam-se pela sua produtividade agrícola e pastoril, associando-se também a entidades semi-divinas, que ora são integradas no mundo do ideal da hospitalidade, ora estão representadas por monstros que guardam as riquezas que a cobiça dos heróis procura. Localizando-se no Ocidente, associam-se ao Abismo, ao Sol Poente e ao mundo dos mortos [...], daí a representação de espaços como Erítia, Hespérides, Atlântida, Gorgonas [...], Ilhas de Eumeu, Calipso e Circe, Ηλύσιον, Esquéria [...] e o Tártaro.

Lembremos, aqui, de como Argantônio é apresentado em Heródoto: um rei longevo, governante de uma região próspera e extremamente benevolente. Não seriam esses, entre outros, os ideais de inúmeros heróis gregos? Se ligarmos isso à região, descrita de maneira idílica, quase utópica para os padrões gregos, é realmente difícil não considerar que toda a narrativa ao redor de Tartessos, se só tivermos como base as fontes escritas, em especial Heródoto e Estrabão, é puramente mítica.

Prosperidade, justiça, longevidade e imortalidade são três dos elementos que parecem caracterizar o Ocidente nos textos analisados, e que também estão associados uma imagem mais humana dos «últimos dos homens». Neste sentido, a representação (não menos fantasiosa) destas comunidades parece aproximá-las dos imortais, tanto nos territórios que habitam como no seu comportamento. Na narrativa, a sua presença parece fundamental, uma vez que permitem reflectir a idealização de uma vida feliz e auto-

suficiente, condição que, com a degeneração da espécie humana, se foi perdendo. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 61).

O próprio Albuquerque aponta outros, se assim podemos chamar, “arquetipos” ou “esteriótipos” dessas regiões, como a atividade pastoril (presente, por exemplo, na narrativa sobre Gerião), metalúrgica (como narrado no encontro com os Fóscios, já que Argantônio dispõe a estes uma grande quantidade de donativos para que se protejam) e agrícola (não apenas Tartessos, mas Erítia, ou Eriteia, entre outras regiões nos arredores do reino de Argantônio, parecem férteis nos relatos de Heródoto, Estrabão e Avieno).

Mais que isso, se pudermos destacar, nesses ambientes de prosperidade, parece haver um sentimento de paz e tranquilidade que dicotomiza com as invasões e saques enfrentados pelas regiões do entorno.

Apesar destes sugestivos indicadores, Olmos assinala que «muchas de estas narraciones coloniales o comerciales tienen en común un telón de fondo, muy vivo, de utopía. Al marino o al colono le mueve la búsqueda de una tierra feliz, paradisíaca» (1989, p. 503). É esse ideal de felicidade que parece brotar das palavras de Heródoto quando refere um monarca tão longevo e generoso que proporciona aos protagonistas da viagem um regresso glorioso, configurando o aparente carácter épico da memória que preservou estas viagens a um território até então desconhecido, que ficou conhecido pela sua abundância em metais. Surge um problema incontornável: palavras, gestos e significados não se fossilizam: é, essencialmente, o nosso olhar que procura dar a estes objectos um conteúdo histórico, bem como uma dimensão social quase imperceptível num registo arqueológico (necessariamente) parcial e dependente do que chamamos de processos pós-deposicionais. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 73).

Esse nosso olhar direcionado nos permite destacar essas aparições nas fontes de maneira mais clara, porém, indica também como acabamos por enxergar nesses escritos antigos certos elementos e conceitos que poderiam não estar conscientemente na mente de seu autor. Contudo, não tomemos isso como uma fragilidade de nossa ciência ou ainda de nossas hipóteses, afinal, esses mesmos elementos se repetem, com maior ou menor proximidade, em um sem-número de outras fontes, com temas mitológicos ou não, para que seja apenas uma “coincidência”.

Então, em resumo, é perceptível a uma análise ainda que não tão aprofundada, que

[...] os confins do mundo são marcados por fronteiras simbólicas, associadas a acidentes geográficos e ao Oceano, a partir das quais se desenvolvem relatos heróicos que representam espaços monstruosos, escatológicos ou humanos divinizados. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 50).

Isso está presente nos escritos de Heródoto, Estrabão e Avieno e, por isso, como destacamos acima, apesar das também já destacadas similaridades e diferenças e seus motivos nos relatos, Tartessos se apresenta muito mais próximo do mítico que do real. Uma ressalva: se tivermos como base apenas as fontes escritas, é muito provável que essa seja a conclusão. Por isso, como destacamos na introdução, esta pesquisa, de caráter introdutório, não teve contato com as fontes materiais (arqueológicas) que especialistas atestam estar ligadas a Tartessos. Em nossa bibliografia, contudo, os autores (aqui destacamos Albuquerque, Fabião, Cruz Andreotti e Álmagro-Gorbea, além do próprio Schulten) mostraram que tiveram um amplo contato também com essas fontes, apresentando, assim, contrapontos deveras interessantes, mas que, para apresentarmos neste texto, teríamos de fugir do nosso escopo, tendo de trabalhar com uma gama de conceitos que, devido a nosso reduzido tempo, seria impossível abarcar em nosso estudo.

4.4 A ORIGEM MÍTICA DE TARTESSOS: DO MONSTRUOSO AO GOVERNANTE IDEAL

Para terminarmos este capítulo e antes de adentrarmos a parte histórica de Tartessos, isto é, como as narrativas sobre esse reino foram usadas ao longo do tempo, convém narrar a origem mítica desse reino que investigamos. Tomando por base os escritos de Fabião e Carrillo, que dedicam um pequeno espaço a essa narrativa em suas obras, veremos como o que apresentamos acima, isto é, que Argantônio aparenta ser o governante ideal se comparado a Gerião, parece ainda mais claro.

O primeiro personagem que destacamos é Gerião, por ser, talvez, a referência mais antiga a um personagem Ibérico. Sua primeira aparição é na obra Teogonia, de Hesíodo, e, desde então, tem sido referenciado quando se relata sobre a região Ibérica. Gerião é filho de Crisaor, ligado diretamente a Poseidon. Sua forma é monstruosa, em certa medida, pois é descrito como um ser gigante de três cabeças (ou três corpos ligados pela cintura, em outros relatos). Hesíodo destaca o personagem em dois momentos (287-294 e 979-983).

É notável a ligação desse personagem com os mitos gregos, como Hércules e o seu Décimo Trabalho, o que nos faz acreditar que, muito provavelmente, Gerião não tenha origem Ibérica, mas sim que tenha sido criado devido ao amplo contato entre as civilizações do Mediterrâneo.

O segundo personagem trata-se de Habis. Fabião nos conta que é um historiador do século II d.E.C., Justino, quem nos

[...] narra um antigo mito fundador do reino de Tartessos, ao que parece transcrevendo um texto anterior, transmitido pelo gaulês Trogo Pompeio. Nele se narram as desventuras de Habis, neto de Gágoris, o primeiro rei tartéssico. A narrativa, de caráter mítico, é muito interessante e merece a nossa atenção. (FABIÃO, 1997, p. 113).

A narrativa de Habis nos conta que o menino nasceu como fruto de um relacionamento incestuoso da filha de Gágoris. O rei tartéssico, então, tentando esconder esse delito, já que ele não era bem aceito naquela sociedade, pede que a criança seja deixada em algum lugar ermo para que as criaturas o devorassem. Porém, os animais que a encontraram amamentaram-na.

Aqui já se estabelece a primeira semelhança entre este e outros mitos da Antiguidade, mais uma vez demonstrando que as narrativas parecem seguir uma sequência sempre estável de elementos que diferenciam os personagens principais delas do homem comum. Poderíamos citar, apesar de não tão ligados a Tartessos ou à Península Ibérica, Rômulo e Remo, Sargão da Acádia, Moisés, entre outros. Esses elementos são comuns nessas narrativas, o que não nos causa nenhuma surpresa.

Descobrimo que as feras não mataram o pequeno Habis, Gágoris pede que ele seja jogado em meio a cães esfomeados para que seja devorado, porém, mais

uma vez, os animais não o atacaram. Já em desespero, o menino é colocado no mar, mas

[...] flutuando, deu à costa, num lugar onde uma corça o recolheu e amamentou. Habis cresceu entre os animais selvagens, até que um dia foi apanhado no decurso de uma caçada. Conduzido ao velho rei, foi reconhecido e respeitado, porque se viu, na sua sobrevivência, um sinal de protecção dos deuses. (FABIÃO, 1997, p. 113).

Quando Habis se torna o rei de Tartessos, segundo o relato, ele ensina seu povo a lavrar os campos com arados de tração animal (FABIÃO, 1997; CARRILLO, 2011), mais uma vez, mostrando um caráter “civilizador” por parte desses homens que se destacam dos comuns. É Habis também quem divide o povo em dois estamentos: aristocracia e plebe. Pelas leis, outro fator importante do reinado de Habis, o primeiro estamento fica impedido de trabalhar e o segundo é espalhado pela região e viria a constituir sete cidades.

Aqui, Fabião nos aponta que:

Alguns autores julgam que a menção às cidades é um erro de copista e que, em vez delas, se deverá entender que dividiu a plebe em sete classes sociais. No entanto, é difícil perceber que fundamento teria esta repartição social; por outro lado, a leitura das sete cidades, submetidas a um centro único de poder, parece ser consentânea com as realidades políticas da zona meridional da Península Ibérica [...] (FABIÃO, 1997, p. 113).

Outro personagem que Carrillo destaca é Nórax. Segundo a autora, este também aparece no século II d. E. C., no décimo livro da obra de Pausânidas, *Descrição da Grécia*. Ela nos conta que, de acordo com Pausânidas, Nórax era filho de Eriteia, filha de Gerião e de Hermes (CARRILLO, 2010). Aqui vale um adendo: parece-nos que, quando se fala que Nórax era filho de Eriteia, refere-se ao fato de o personagem ser da ilha próxima à região, já que ele parece fundar uma cidade, a primeira da ilha, chamada Nora.

Por fim, se ligarmos esses três personagens, Gerião, Habis e Argantônio, temos uma transformação dos personagens e do espaço em que estão inseridos, que

vai de um lugar dominado por seres monstruosos, como o gigante de três cabeças, ao governante ideal, Argantônio, passando por outra personagem que parece se enquadrar em um híbrido dos dois.

Se também ligarmos essas três narrativas ao mito de Hesíodo, teremos o movimento inverso à degeneração das raças, já que um ser como Gerião, que, apesar de tudo, se enquadraria com certa facilidade na raça de Bronze, leva a um homem que facilmente se enquadraria na raça de Ouro, que é o caso de Argantônio.

Isso é notável, porém, o que fica ainda mais claro é que todos os três estão intrincados em narrativas de caráter mítico e, portanto, não enquadrar todas as narrativas de Tartessos – com base em fontes escritas – nessa mesma categoria é extremamente difícil.

Se até aqui pareceu ao leitor que o rei de Tartessos teve pouca participação, não é por oblvio ou descuido de nossa parte. Mesmo quando referente a um tema como o deste capítulo, isto é, às questões míticas da natureza de Tartessos, temos muito pouco a apresentar além do que já foi falado: a longevidade do rei tartéssico e as suas características como um possível ideal grego.

Porém, no capítulo seguinte, veremos que os usos que se deram a Argantônio e, conseqüentemente, ao reino de Tartessos são mais tangíveis que a própria essência dessas duas entidades.

5 TARTESSOS HISTÓRICO: A LONGA INFLUÊNCIA DE ARGANTÔNIO E SEU REINO NA HISTÓRIA IBÉRICA

Investigar as características de Tartessos em um contexto puramente histórico, isto é, que estuda as transformações do reino através do Tempo, suas continuidades e rupturas, não é uma tarefa simples. Há de se perceber, como vamos explorar, que as informações que temos nas fontes escritas sobre o reino de Argantônio e do próprio rei não nos permitiram uma análise muito profunda.

Dessa maneira, Tartessos e Argantônio compõem um campo de exploração bem reduzido. Porém, para melhor elucidar as questões que apresentaremos, dividiremos este capítulo em três momentos: no primeiro faremos algumas considerações sobre o desenvolvimento da investigação sobre o nosso principal tema (Tartessos), já que a investigação deste e de Argantônio não necessariamente caminharam juntas; em seguida, um interstício sobre o nome Argantônio e a discussão de seu significado; e, por fim, um terceiro momento em que trataremos sobre as aparições de Tartessos e Argantônio no decorrer da História, algumas como uma representação remodelada de acordo com os costumes e necessidades de certos períodos da história Ibérica .

Antes de iniciarmos, porém, essas discussões, convém lembrar que

[...] o contexto político e a necessidade de justificar o presente com base no passado influem directamente sobre a forma como interpretamos, o que afasta definitivamente a visão utópica de uma Historiografia imparcial na qual não tem influência a ideologia do investigador. A investigação, tanto historiográfica como arqueológica, é um reflexo daquilo que somos, do que pensamos, e do que queremos ser; é neste sentido que a interpretação histórica se confunde com a interpretação dos mitos [...]. (ALBUQUERQUE, 2003, p. 160).

Como falamos no capítulo anterior, como os elementos que compõem a narrativa de Tartessos e de Argantônio possuem caracteres muito próximos de narrativas mitológicas, muito presentes e fortes no contexto em que as fontes que analisamos foram criadas, essa dissociação é ainda mais trabalhosa. Como veremos na primeira parte do capítulo, o próprio surgimento de Tartessos na História, no

sentido de sua primeira menção em fontes, ou melhor dizendo, a menção mais antiga, é permeada de elementos que dificultam uma análise com mais acurácia em determinados momentos.

5.1 PROCURANDO TARTESSOS: UMA CRONOLOGIA DA PESQUISA SOBRE O REINO DE ARGANTÔNIO

Nesta primeira parte do capítulo, faremos uma pequena cronologia sobre a pesquisa sobre Tartessos nos últimos séculos. A ideia é mostrar como, desde as primeiras pesquisas, essa relação mito-realidade é extremamente forte tanto na pesquisa histórica quanto arqueológica de Tartessos.

Como vamos notar, grande parte dos nomes que citaremos está ligada a trabalhos da chamada “Arqueologia Tartéssica”. Esses trabalhos, apesar de também contarem com embasamento histórico, isto é, o trabalho com fontes escritas, têm uma relação estreita com os restos materiais encontrados no sudoeste peninsular, não apenas à região de Tartessos, já que, como apontamos, não parece existir uma identidade bem estabelecida no que diz respeito ao reino de Argantônio.

O primeiro nome que vale a pena mencionar é Edward Bonsor. Seus trabalhos começaram a ser desenvolvidos no século XIX até as primeiras décadas do século XX. O autor defendia a tese de uma etnia celto-púnica para Tartessos e, com base na Orla Marítima de Avieno, tentou localizar Tartessos. Suas principais obras, em que Bonsor investigava essas hipóteses, foram *As colônias agrícolas pré-romanas do vale do Bétis* (1889) e *Tartessos* (1921) (ALBUQUERQUE, 2010).

O segundo nome que destacaremos, Adolf Schulten, lança três anos depois uma obra de mesmo nome, que será reeditada em 1945. Diferente de Bonsor, Schulten dá um protagonismo maior às fontes escritas e, numa clara inspiração em Schliemann e na descoberta de Troia, procurava encontrar o local exato da cidade presente nas obras de Heródoto, Estrabão e Avieno, utilizando, principalmente, o último como base para sua procura. Também como Bonsor, Schulten investigou a etnicidade tartéssica e afirmava que Tartessos possuía uma sociedade hierarquizada,

com um conjunto de leis próprio, literatura, entre outros aspectos que a tornavam um modelo de civilização (ALMAGRO-GORBEA, 2005; ALBUQUERQUE, 2010).

Nas décadas seguintes, 1950 e 1960, o papel da Arqueologia dentro da investigação de Tartessos tornou-se ainda mais forte, em vista das constantes descobertas e achados materiais na Península. Um trabalho que vale a pena mencionar, neste quesito, é o de Blázquez, chamado *Tartessos e o início da Colonização fenícia no Ocidente*, de 1968. Esse trabalho marca “[...] a predominância da análise do registro arqueológico e o abandono do método positivista.” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 15). Blázquez compõe sua tese com base em estudos de necrópoles e povoados próximos à área onde acredita-se que estava localizada a cidade de Tartessos.

Os anos 1970 não trouxeram bons frutos, já que a arqueologia centrava sua imagem de Tartessos com base nos agentes externos. Seja em sua gênese, seja em seu ocaso (WAGNER, 1992; ALBUQUERQUE 2010), em nossa visão isso parece demonstrar que, já praticamente há meio século, as discussões acerca da etnicidade Tartéssica se mostram como um emaranhado de fontes que não parecem convergir fortemente a um único povo. Um dos motivos que se apresentam como causa, a nosso ver, está ligado a uma assimilação seletiva (ALBUQUERQUE, 2010), ou, em outras palavras, uma hibridização cultural (BURKE, 2003) por parte dos habitantes do sudoeste peninsular, pelo constante fluxo comercial e cultural da região, mostrando, como aponta Wagner, “[...] a capacidade de troca que emanaria da própria dinâmica interna das comunidades tartéssicas.” (WAGNER, 1992, p. 8).

É nos anos 1980 que uma nova quebra de modelo acontece nos estudos tartéssicos. A aproximação das áreas dos estudos já realizados com a Antropologia e com bases Interdisciplinares trazem alguns novos vislumbres para a investigação do tema. Apesar de não apresentar muitas conclusões, mas com ecos que ainda persistem, os estudos que relacionavam Tartessos com a Tarsis bíblica despontaram nessa época. Além disso, uma outra vertente que surgiu nessa década foram os estudos que buscavam compreender o objetivo dos contatos entre Tartessos e outras regiões às margens do Mediterrâneo. Autores como Jaime Alvar, por exemplo, no final da década de 1980 e no início da década seguinte, apontavam que os fatores econômicos justificavam o contato, com níveis de intensidade diversos (ALVAR, 1990, p. 11-12; ALBUQUERQUE, 2010).

Ainda na década de 1990, novos achados gregos em Huelva e Málaga modificaram o panorama que se tinha sobre a região (ALBUQUERQUE, 2010, p. 17), resgatando, além dos registros arqueológicos, os registros escritos para compor a base de estudos. Esses trabalhos refletem na década seguinte, assim como no trabalho de Ortiz, por exemplo, no fato de colocar Tartessos como uma Longa Duração, isto é, considerar todo o contato desse reino com outros povos como parte de um processo muito mais amplo, que teria, inclusive, se iniciado antes mesmo da presença Fenícia na Península Ibérica (TORRES ORTIZ, 2002; 2005).

5.2 UM PEQUENO INTERSTÍCIO: A (POSSÍVEL) ORIGEM DO NOME

ARGANTÔNIO

Apenas para completar alguns pontos já iniciados nos outros capítulos, optamos por apresentar algumas considerações sobre o nome do rei tartéssico. É perceptível a relação com a prata, mas um dos pontos nos mostra que essa possibilidade ainda é passível de certa discussão, à luz de uma outra origem linguística.

Olmos nos mostra que a raiz do nome Argantônio pode estar relacionada à raiz indo-europeia *Arg-*, que tem significado próximo a brilhante ou resplandecente (OLMOS, 1986, p. 591) e que surge de um significado aproximado a “o [homem] da prata”. Como vimos anteriormente e como nossa bibliografia sugere, a extração de prata na Península Ibérica é considerável e o nome, na verdade, poderia significar como aquele de quem provém a prata. Mais um motivo que nos faz acreditar, novamente, se levarmos em conta apenas as fontes escritas, que Argantônio e Tartessos assumem caráter muito mais mitológico que real.

Aurélio Monge também nos aponta a possibilidade, com base no trabalho de Hoz, de que a gênese desse nome provém do grego *-on-yos*. Unido ao termo grego para prata (*árgyros*), teria resultado no antropônimo usado para o rei tartéssico por aproximar-se do que um falante do grego seria capaz de pronunciar (HOZ, 1993, p. 366 apud MONGE, 2014, p. 9).

Monge nos aponta também outros trabalhos que nos ocasionaram certa estranheza, mas que poderiam apontar para, novamente, um caráter mitológico mais forte da narrativa de Tartessos e Argantônio. Segundo ele, com base no trabalho de Pailler, *argant-*, ou ainda, *arca(n)-t* designa um termo utilizado pelos Celtas Ibéricos, por povos do norte da atual Itália, Gália e da Irlanda (nesse caso, especificamente, *argat*), uma relação com o ouro, e não a prata (PAILLER, 2006, 2007: 37, 45 apud MONGE, 2014, p. 9).

Essa estranheza é causada por relacionarmos, se é que existe algum paralelo para o uso do nome, a origem do nome de Argantônio com o mito das idades de Hesíodo, conforme apresentamos. Ora, todas as características do rei tartéssico se assemelham àqueles Homens de Ouro e, se essa for a origem etimológica do nome, mais um ponto em favor da hipótese de a narrativa sobre o rei tartéssico ser um mito⁹.

Na verdade, o próprio trabalho de Olmos infere que na figura de Argantônio foram inseridos ideais gregos de longevidade e riqueza principalmente se considerado o fato de que o comércio existente entre gregos e o ocidente peninsular ibérico garantia um enriquecimento e felicidade relativamente altos à época pelo constante e rentável contato (OLMOS, 1986, p. 592). Outro pesquisador, Plácido, por sua vez, afirma que essa relação com o Ocidente significaria uma fonte de riqueza longínqua e misteriosa, relacionada a mitos como Hércules, o Jardim das Hésperides, entre outros, todos personagens e lugares localizados nas narrativas a Ocidente da Grécia, para além das Colunas de Hércules (PLÁCIDO, 1989, p. 46).

5.3 UMA EPOPEIA TARTÉSSICA: AS APARIÇÕES DE TARTESSOS E ARGANTÔNIO NO DECORRER DA HISTÓRIA

As fontes da Antiguidade que fazem referências a Tartessos datam do século V a.E.C., sendo que as primeiras referências ocorrem na obra de Estesícoro de Himera e de Anacreonte de Teos. É Estrabão quem cita as duas fontes, sendo o primeiro mencionado em (III, 2, 11) e o segundo em (III, 2, 14). Estesícoro cita

⁹ Há de se dizer, contudo, que Argantônio se enquadraria mais na Era dos Heróis que, propriamente, na dos Homens de Ouro, por questões cronológicas. Porém, isso não impede que a origem do nome do rei de Tartessos não seja uma referência à raça mais antiga narrada por Hesíodo.

Tartessos na sua obra *Gerioneida* ao narrar o local de nascimento de Gerião, “[...] quase em frente à ilustre Eriteia, junto às fontes inesgotáveis do rio Tartesso de raiz argêntea, numa caverna nas rochas” (ESTRABÃO, III, 2, 11). Vale destacar que aqui Tartesso é tido como um rio, e não uma cidade ou reino, diferente da frase contida na obra do poeta da cidade de Teos que dizia “Eu não quereria a cornucópia de Amalteia, nem século e meio ser rei de Tartessos”. Como o próprio geógrafo romano aponta, é muito provável que o sentido da frase seja o de “reinar por muito tempo em Tartessos” (ESTRABÃO, III, 2, 14). Dessa forma, aquele embate que já elucidamos, as questões em nosso primeiro capítulo, ainda se mostra pertinente e presente, inclusive em fontes mais antigas quando comparadas.

Anacreonte teria sido, portanto, o primeiro autor a atribuir aos homens e chefes de Tartessos uma grande longevidade sem, contudo, se referir a um rei específico; originalmente, os homens deste reino viviam durante cento e cinquenta anos ou, se considerarmos Estrabão, viviam apenas durante muito tempo e não tem grande sentido a atribuição dessa idade; com Heródoto, a idade da morte desta gente desce aos cento e vinte anos, o que poderá significar uma nova interpretação desta questão e, desta forma, uma aproximação a outro tipo de universo de pensamento [...]. Os autores posteriores não fazem mais do que citar Anacreonte e Heródoto, não introduzindo praticamente nenhuma novidade, o que torna desnecessária uma análise mais detida de cada um deles. (ALBUQUERQUE, 2003, p. 161).

Esse ponto levantado por Albuquerque também foi notado por nós. É estranho que um reino como Tartessos, apresentado de maneira tão espetacular nas fontes, em especial em Estrabão, onde é tido como um reino rico e com certa influência política na região em que está, ao mesmo tempo, não recebeu observações mais detalhadas. Nem mesmo o rei tem algum tipo de descrição mais detalhada. Nenhum outro rei é citado, nada de sua história é contada. Tartessos parece existir como se alheio ao mundo e ao tempo, preso no momento em que Anacreonte ou Heródoto relataram sobre ele.

Ainda sobre o rei tartéssico, segundo Martí-Aguilar, Argantônio se torna rei em 622 a.E.C., liberando a região do controle fenício, que ocorria desde 822 a.E.C., trazendo paz e prosperidade para a região. Quando o monarca falece, em 542 a.E.C. (o que coincide com o tempo de reinado descrito por Heródoto, em que o Monarca de

Prata teria reinado 80 anos), a falta de uma unidade da região em termos políticos e, porque não, identitários, abre espaço para que os cartagineses dominem a região (MARTÍ-AGUILAR, 2000, p. 8).

Argantônio, no entanto, parece ganhar força em momentos posteriores, pois sua figura acaba por ser utilizada em narrativas que viriam a construir um imaginário e um sentido identitário para a Península Ibérica. Como, novamente, Albuquerque aponta, supõe-se que “[...] a figura de proa da historiografia tartéssica acompanha o conceito que as várias épocas têm de Nação.” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 161).

A ideia de um reino que organiza a resistência contra as ameaças à unidade nacional encontra uma certa continuidade no século XVII, durante o qual se procura, essencialmente, glorificar as histórias locais e, como seria de esperar, a exacta localização do “trono” de Argantônio, o que, de certa forma será, já no século XX, retomado por Schülten e continuado pelos seus sucessores [...], desta vez com base nos achados arqueológicos que tentam provar a existência deste rei [...] (ALBUQUERQUE, 2003, p. 162).

Este é o ponto forte que destacaremos na segunda parte deste capítulo, pois, com o avanço das pesquisas arqueológicas, criou-se, em muitos casos, como apontam Albuquerque (2010) e Carrillo (2011), duas visões de Tartessos que não parecem se ligar uma à outra. Os achados arqueológicos colocam em xeque alguns dizeres das fontes. As fontes, contudo, não são passivas na história, pois historiadores, ao compará-las entre si e com os achados, percebem similaridades dos discursos que não podem ser meras referências, apropriações ou cópias. Apenas a título de exemplo (pois para essa análise precisaríamos de um contato mais aprofundado com as fontes arqueológicas, o que não se fez neste trabalho), enquanto os resquícios arqueológicos não apontam uma unidade em termos políticos e identitários (ALBUQUERQUE, 2010), as fontes escritas (essas que analisamos) parecem apontar para uma região cujas relações se davam com mercadores através do comando do rei Argantônio. Aqui citamos a viagem dos Fóscios, narrada por Heródoto. Contudo,

Heródoto menciona a existência de, pelo menos, duas realidades que dificultam a análise, chegando mesmo a fazer-nos duvidar da existência de uma entidade política como um Basileus ou, se

preferirmos, um rei à imagem da Grécia Arcaica, ao qual se junta o epíteto de Tirano. Alguns investigadores crêem peremptoriamente na existência de um reinado com estas características numa realidade do Bronze Final Peninsular (ALBUQUERQUE, 2003, p. 163).

Voltando às narrativas sobre Tartessos, é no século XVIII que Argantônio e as narrativas sobre fenícios e fócios ganham força, como percussores da Civilização na Península Ibérica. Aqui vale o destaque que, nesse momento, para todos os efeitos, o povo Celta e outros povos nativos não assumem tal patamar, sendo considerados bárbaros.

No século XVIII, procurava-se, sobretudo, compreender o papel dos espanhóis na ocupação progressiva do Continente Americano, o que justifica, de certo modo, a nova importância que os fenícios e focenses ganham neste contexto, como percussores de um renovado conceito de Civilização e, conseqüentemente, de Argantônio que, como líder prudente e sábio, permite a entrada dos benefícios que a civilização oriental trazia ao seu povo por intermédio do comércio, sem sequer recorrer à violência. Com o desenvolvimento do comércio e da expansão de um ideal de Civilização e Progresso difundido pela mentalidade de uma burguesia ascendente, Argantônio seria o perfeito arquétipo do Rei Nacional que, à semelhança do que deveria ser um homem do século XVIII, era aberto a esses ideais, criando-se assim à sua volta um ideal de um comércio benéfico e progressista. (ALBUQUERQUE, 2003, p. 162).

Como aponta o mesmo autor, “Argantônio faz, desta forma, parte de um sistema que visa sobretudo o desenvolvimento económico.” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 164). Vamos lembrar: é o rei tartéssico quem garante meios de os Fócios construir uma muralha para se protegerem dos Persas, lembrando que, como fala o historiador de Halicarnasso, não era qualquer muralha, mas “um círculo de muralhas de grande amplitude, todas de pedras enormes e agregadas com arte.” (HERÓDOTO, I, 163). Martí-Aguilar diz que esse fator, ou seja, a participação de Tartessos no jogo diplomático, garante um fim honroso ao reino de Tartessos (MARTÍ-AGUILAR, 2000, p. 56-57).

Por outro lado, outros investigadores preferem ver na amizade entre Argantônio e os focenses um indício de um sistema de alianças comerciais e políticas que, certamente, teriam influído nas mudanças culturais registadas em ambiente autóctone, levando mesmo aos

elementos que caracterizam a “cultura tartéssica” (TEJERA GASPAR, 1993, p. 553-554).

Se tivermos em mente as duas citações, a Tartessos na obra de Heródoto (I, 163) e (IV, 152), percebemos que a relação de Argantônio com os Fócios e com o navio vindo de Samos se dá de maneira relativamente diplomática, no sentido de que parece não haver um embate e que o rei tartéssico poderia estar acostumado a esse tipo de relação com povos do Oriente. Como aponta Albuquerque,

No caso de Argantônio poderíamos pensar num “comércio aristocrático”, que geralmente é entendido como uma aliança comercial e política, levando isto a uma ulterior “esfera de intercâmbio” com territórios mais afastados da área especificamente tartéssica. (ALBUQUERQUE, 2003, p. 165).

Grande parte dessas informações surgem quando comparadas com as fontes que não nos dispomos a analisar neste trabalho: as fontes arqueológicas. Apenas para ilustrar um pouco do assunto, que também terá uma pequena participação na história da investigação de Tartessos na parte seguinte do capítulo, é com base nas pesquisas arqueológicas que o tema em Tartessos se desenvolve atualmente com mais força que as pesquisas em fontes escritas. Parte considerável se dá pela vasta quantidade de materiais encontrados em regiões próximas à possível localização de Tartessos. Ânforas, materiais em cerâmica, em bronze (como armas e joias), além de vestígios funerários e necrópoles, entre outros materiais, indicam uma vasta produção e contato com variadas técnicas que, muito provavelmente, só se desenvolveram por conta do forte comércio tartéssico.

Nesse quesito,

[...] há quem queira relacionar a imagem de Argantônio com o comércio focense na Península Ibérica, devido à presença de ânforas ródias, quiotas ou chipriotas, transportando provavelmente vinho e azeite, encontradas em escavações em povoados tartéssicos (Blázquez, 1992; Presedo, 1997; Ruiz Mata, 2001); esta teoria pode ser, de facto, um sustento para as viagens focenses como a de Colaios de Samos (Heródoto IV, 152) à região tartéssica, mas, no nosso ponto de vista, parece insuficiente para provar a existência deste rei, uma vez que a validade de um dado não implica a veracidade do outro,

agindo como dois elementos independentes. (ALBUQUERQUE, 2003, p. 165-166).

Existindo ou não, Argantônio apresenta certas características que o diferem de outros personagens presentes nas narrativas gregas, como já apontamos no segundo capítulo. Uma coisa que nos saltou aos olhos, contudo, é que a semelhança com o ideal grego é muito presente e, como também observa Albuquerque,

[...] nenhum dos autores clássicos refere Argantônio como um rei indígena, dando-se aqui um caso de uma possível apropriação histórica ao longo de vários séculos de investigação que reivindica a existência de Tartessos como uma realidade indígena com elementos orientalizantes. (ALBUQUERQUE, 2003, p. 171).

Essas características orientalizantes ficam ainda mais fortes se comparadas aos resquícios arqueológicos, como mostram os trabalhos de Blázquez, Martí-Aguilar, Cruz Andreotti, Olmos, Albuquerque, entre outros.

Dessa maneira, percebemos que a investigação de Tartessos tendo como base apenas as fontes escritas está relacionada muito mais a trabalhos de caráter quase filológico, isto é, que se relacionam com a própria criação do documento em si, sua escrita, datação (deste e daqueles relacionados a ele) etc., ou ainda, linguístico, buscando a gênese de certos povos e palavras relacionadas ao tema. Não aliar a pesquisa sobre Tartessos com a equivalente na Arqueologia é deveras inusual, já que o segundo campo, na atualidade, parece oferecer mais caminhos e fontes para investigação.

Por fim, esperamos que o próximo capítulo possa iluminar ao leitor algumas das questões que nos acompanharam durante o processo de elaboração desta pesquisa e o motivo de termos feito algumas escolhas em detrimento de outras.

6 TARTESSOS PEDAGÓGICO: O OBJETO DE APRENDIZAGEM E A UTILIZAÇÃO DE JOGOS DIGITAIS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

O capítulo que se segue foi produzido de uma maneira diferente dos anteriores. Desse modo, achamos válido destacar essas suas especificidades a fim de um melhor aproveitamento. Como apontamos na introdução, o desenvolvimento do Objeto de Aprendizagem que ora apresentamos, parte integrante do trabalho de conclusão do Mestrado, juntamente com a dissertação, não foi trabalho de uma única pessoa.

Assim, tanto este capítulo quanto o próprio Objeto foi um trabalho “a seis mãos”, entre os colegas do programa Crosley Rodrigues Gomes, Júlio César do Carmo de Sá e eu.

Tanto o capítulo quanto o Objeto foram pensados e desenvolvidos dessa maneira pela complexidade do processo, já que optamos pela fabricação de um jogo digital do estilo RPG (Role-play Game), a fim de disponibilizarmos os conhecimentos da pesquisa em um material didático que possa ser usado por professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, mantendo a integridade da parte escrita e do Objeto, que estará presente nos três trabalhos, optamos por apresentar as três partes do referido Objeto de Aprendizagem neste capítulo, a saber, Emporion, Tartessos e Toledo, bem como as diretrizes que envolveram o desenvolvimento de todos eles.

6.1 DESENVOLVENDO UM JOGO PEDAGÓGICO: COMO ALIAR ENTRETENIMENTO E ENSINO?

O uso de jogos no ensino básico é uma discussão que vem tomando espaço importante nos meios acadêmicos e pedagógicos. Com relação às disciplinas em que eles podem se encaixar, não há limites para suas possibilidades. Nesse sentido, observamos que existe um movimento que demonstra certa preocupação por parte de muitos pesquisadores na abertura dessas possibilidades de utilização de variadas linguagens para tornar a compreensão do processo histórico mais pertinente e significativo para o aluno.

Tem sido feita uma série de estudos sobre o uso de diversas mídias, combinando livro didático, imagens, televisão, cinema, jogos eletrônicos etc., o que demonstra a preocupação de que o professor de História possa ensinar o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias tanto para o mercado de trabalho quanto para o desenvolvimento cognitivo pessoal. Esses estudos têm por intuito possibilitar uma visão mais ampla por parte dos alunos, na intenção de que estes possam aprender a problematizar situações, constituir todo um processo histórico garantindo a construção de sentidos dentro e fora do espaço escolar. Mais que isso, tendo em vista as necessidades contemporâneas, é notável que o ensino precisa repensar algumas de suas diretrizes, pois

A contemporaneidade demanda capacitar os indivíduos para lidarem, de forma assertiva, com as exigências atuais, bem como dar-lhes as condições de permanência ou mesmo sobrevivência numa sociedade em constante estado de transformação, na qual as organizações públicas e privadas se diferenciam pelo capital humano e por aquilo que esse capital humano é capaz de produzir e inovar com seu conhecimento. (MATTA; LIMA, 2013, p. 111).

Se pensarmos o jogo digital como uma ferramenta que possibilita, também, o ensino em história, estaremos estabelecendo um trabalho ligado ao ponto de vista do aluno, às estratégias pedagógicas e ao conhecimento. Ao ponto de vista do aluno por ser algo que está próximo de seu cotidiano; às estratégias pedagógicas por perceber as possibilidades que as novas tecnologias nos permitem explorar; e ao conhecimento por permitir o contato com pesquisas recentes dentro da Academia.

Numa tentativa de resumir as características formais do jogo, poderíamos considerá-lo uma atividade livre, conscientemente tomada como “não-séria” e exterior à vida habitual, mas ao mesmo tempo capaz de absorver o jogador de maneira intensa e total. (HUIZINGA, 2014, p. 16).

Huizinga explora, em sua obra, *Homo Ludens*, o papel do jogo na sociedade, em vários âmbitos. Com base nesse seu trabalho, percebemos que a presença do jogo em variadas formas e usos nos permite explorá-lo em vias educacionais, afinal, o uso de jogos como uma ferramenta para o ensino parece não ser uma prática

recente. Platão, que viveu em Atenas na Grécia Antiga entre os anos de 427 a.C. e 347 a.C., já se beneficiava do uso de jogos para ensinar seus alunos em sua Academia. O uso de jogos também esteve presente na Idade Média e mesmo na Renascença. Talvez, por isso, muitos educadores observaram nos jogos uma ferramenta eficiente para se propor o ensino e, com isso, auxiliar no crescimento cognitivo dos alunos. Vygotsky argumenta que o jogo é um instrumento mediador de relações sociais, potencializando interações entre os sujeitos. Neste nosso caso, permite-se aos alunos uma melhor construção da existência, chamando a atenção para o uso dos jogos como um estímulo à interação entre os alunos durante o processo de aprendizagem (VYGOTSKY, 1998). Os trabalhos de Vygotsky discorrem, em grande parte, em como a troca de ideias entre os alunos é uma ferramenta muito eficiente para se transmitir conhecimento e, com isso, alcançar um avanço cognitivo.

Essa interação, ainda segundo o autor, é criada entre os indivíduos com o auxílio dos jogos ajudando no desenvolvimento do que ele chama de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Para o autor é necessário que tanto o educador como os educandos com mais experiência auxiliem os menos experientes no processo de aprendizagem, afinal, este só se dá em comparação à distância

[...] entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução independente de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (VYGOTSKY, 1998, p. 112).

A aplicação de jogos na educação se faz importante, nesse sentido, para que ocorra o desenvolvimento físico, intelectual e social do aluno.

As técnicas de Dinâmica de Grupo, em qualquer de suas especificações, não devem ser aplicadas apenas para criar um modelo novo ou diferenciado de ensino. Devem ser aplicadas quando se busca estabelecer em bases definitivas uma filosofia formativa que se pretende imprimir na escola ou empresa; quando se descobre, nas pessoas envolvidas no processo, um estado de espírito para aceitarem uma inovação como resposta a necessidade e ao desejo de se conhecerem melhor; e finalmente, quando se acredita que uma técnica, seja ela qual for, não representa uma “opção mágica” capaz de educar e alterar comportamentos, mas somente de estratégia

educacional válida na medida em que se insere em todo o processo, com uma filosofia amplamente discutida e objetivos claramente delineados (ANTUNES, 2002, p. 17).

É preciso que o aluno perceba o objeto de seu estudo de uma forma mais ampla que apenas o contexto da sala de aula. Com base nesse exercício, existe uma possibilidade de se entender melhor onde o aluno está inserido, dentro de um processo de desenvolvimento cognitivo e de interação social.

O percurso que fizemos até aqui nos aponta para a maneira como, com a evolução das tecnologias, os audiovisuais passaram a ser opções de lazer, cultura e informação. Tendo inicialmente uma dimensão pública, eles acabaram sendo incorporados aos nossos lares e hoje fazem parte do nosso cotidiano, medindo nossa relação com o mundo. Os aperfeiçoamentos técnicos permitiram o surgimento de novas linguagens, novas formas de compor os signos e produzir significados, e alteraram a recepção das informações ao dar ao espectador o controle sobre o que vê, e, cada vez mais, sobre aquilo que deseja ver. Recepção e interatividade passam a redefinir as teorias da comunicação, na medida em que a linguagem, diferentemente daquilo que pensavam estruturalistas, vem se tornando cada vez mais múltipla e instável. (HAGEMEYER, 2012, p. 104).

A disciplina História é costumeiramente taxada como cansativa e maçante pelos estudantes, no sentido de leituras excessivas e conteúdo aparentemente pouco atraente, ficando as disciplinas de Exatas ou Biológicas como as disciplinas que trabalham o lúdico com mais facilidade e de forma mais entusiástica. Nesse sentido, a integração do ensino de história com uma mídia digital faz com que aquele esteja mais próximo da realidade dos estudantes, deixando a disciplina mais dinâmica e acessível, levando o aluno à compreensão dos temas abordados nos estudos, ligando-os com suas relações no presente e possibilitando a aproximação acadêmica com o ensino básico.

Considerando essa ideia, que caminha em parceria com os pensamentos pedagógicos atuais, percebemos a importância da utilização do jogo como instrumento de solicitação para o desenvolvimento do raciocínio lógico e como atividade eficiente para trabalhos psicopedagógicos.

Nos games, em vez de ser um mero espectador, o usuário tem diante de si uma narrativa que dependerá dos comandos que ele realizar, das decisões que ele tomar. [...] é preciso enfatizar que um game é, sim, um gênero de caráter narrativo: os mundos ficcionais fornecidos por um programa, apresentando-se como cenários exibidos na tela, desempenham a função de espaço, no qual são dispostos personagens (em alguns simuladores, o próprio usuário pode elaborá-los, assim como os cenários), ou, para usarmos um termo mais apropriado da teoria narrativa, actantes. Esses, por sua vez, desempenham uma ação que se desenvolve ao longo de um tempo, no qual ocorrem transformações de estado ou de situações. Eis, pois, as condições fundamentais e inegáveis da narratividade. (BULHÕES, 2009, p. 73-74).

Esse talvez tenha sido o principal motivo por termos pensado no desenvolvimento de um jogo como Objeto de Aprendizagem: colocar o aluno como ser ativo dentro do processo de ensino-aprendizagem. Como Bulhões aponta, em consonância com a nossa experiência dentro de sala de aula, grande parte do ensino de História coloca o aluno como um observador dos processos. Ainda que existam estratégias que busquem quebrar esse ciclo, a maioria das interações dentro de sala de aula ainda não ocorrem dessa maneira.

Vale lembrar que

[...] uma das características primárias dos jogos eletrônicos é tornar o jogador um agente responsável por tudo o que acontece (este é, aliás, o grande desafio dos educadores da História: conscientizar os alunos que estes são também agentes históricos, e, por isso, estudar História é estudar eles mesmos). (PEREIRA; ALVES, 2009, p. 200).

Indo, ainda, além desse patamar, percebemos que na atualidade uma grande parcela do que é produzido pela indústria cultural, principalmente jogos e filmes, passou a utilizar de narrativas históricas na criação de peças épicas.

Não são poucos os *games* com ambientação histórica; aliás, existem grandes sucessos comerciais que fogem do rótulo de “educativos” – tal como acontece também no cinema com os filmes históricos. Contudo, costuma-se discutir até onde vai o mero entretenimento e a partir de onde eles oferecem um potencial real de aprendizado histórico para os jogadores. (HAGEMeyer, 2012, p. 102).

É costumeiro o grande problema que ocorre quando os professores se utilizam desses produtos em sua aula de maneira equivocada ou relativamente acrítica: o filme ou jogo se torna uma “janela para o passado”, isto é, os profissionais do ensino dizem aos alunos que aquele momento histórico foi como o mostrado no filme ou jogo. Esquecem-se de que aquele produto foi feito tendo em mente uma narrativa que coloca para os personagens do passado histórico certos debates que são os dos nossos tempos, do discurso de seus autores, não os dos agentes a quem o filme ou jogo se referem. A título de exemplo, podemos citar filmes como *Coração Valente*, jogos como os da série *Assassin's Creed*, ou telenovelas como *Novo Mundo*.

No caso do primeiro, temos as inconsistências históricas que modificam datas, personagens e os motivos dos agentes históricos, a fim de criar uma narrativa que impacte o público atual nos cinemas. No caso do segundo, o jogo, temos um credo de assassinos que, em busca de proteger que certos artefatos mágicos caíam em “mãos erradas”, acabam se envolvendo em intrigas políticas medievais, renascentistas etc., dependendo do jogo, já que cada um se passa em uma época. Nesse ponto, a segunda trilogia do jogo, que se passa na península itálica renascentista, o jogador encontra personagens como Maquiavel, Leonardo da Vinci, a família Médici, a família dos Bórgias etc. Nem sempre eles representam e apresentam ideias que eram as deles, mas, muitas vezes, adaptações atuais de suas ideias. No terceiro caso, a telenovela *Novo Mundo*, produzida e transmitida pela Rede Globo, que se passa no período após a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, até a Independência, temos questões como o papel da cultura indígena brasileira e a destruição de suas reservas. Estas são preocupações do nosso tempo e não as daqueles períodos e personagens.

O uso desse tipo de mídia deve ser feito com cuidado, como bem mostramos, a fim de não induzir o aluno ao equívoco do anacronismo, o maior de todos os pecados do historiador. Se pensarmos todos os tempos como iguais, nosso entendimento da realidade histórica se torna frágil e não vemos a real importância de tentar compreendê-lo.

Ao desenvolvermos uma mídia como essa tomamos certos cuidados: como nem tudo o que está presente no jogo realmente pertenceu ao momento histórico retratado, pois utilizamos de muitos dos *presets* que o software nos disponibilizava, colocamos no jogo um pequeno guia para que o professor destaque aos alunos as

nossas inconsistências históricas e para que também chame a atenção de outras. Esse tipo de atitude, quando repetida e reafirmada, mostra ao aluno que, sempre que ele tiver contato com uma obra desse mesmo estilo, poderá fazer a mesma análise.

A escolha de um jogo e não de um vídeo está ligada à questão que já apontamos: colocar o aluno como ser ativo no processo, mas, principalmente em vista de uma das principais características de um jogo, que é “[...] uma atividade livre, conscientemente tomada como “não-séria” e exterior à vida habitual, mas ao mesmo tempo capaz de absorver o jogador de maneira intensa e total.” (HUIZINGA, 2014, p.16). Se o problema da disciplina de História para muitos é não ser cativante o suficiente, esperamos que o nosso objeto mostre que essa afirmação não se sustenta. Percebemos que no desenvolvimento de

[...] objetivos direcionados aos aspectos cognitivos decorrentes de sua aplicação, quer na aprendizagem de noções, quer como meio de favorecer os processos que intervêm no ato de aprender, não se ignora o aspecto afetivo que, por sua vez, se encontra implícito no próprio jeito de jogar. Como ensinam Piaget e Inhelder (1974), em toda conduta humana o aspecto cognitivo é inseparável do aspecto afetivo, compreendido como a energética da ação que permeia a motivação. (BRENELLI, 1996, p. 27).

Por esse motivo, entendemos a utilização do jogo digital no ensino de História como uma nova linguagem. Não só com o intuito de motivar os alunos, mas também de auxiliar no trabalho do ensino de História. Nesse sentido, esse não é um objeto de salvação da disciplina em um todo, mas sim um atrativo valioso para o ensino, partindo do pressuposto de que

[...] a construção da História é feita por diferentes sujeitos, dotados de vontade e situados em diferentes presentes. [...]. Concebendo a História como conhecimento e prática social, o futuro pode ser entendido como “vir a ser” construído pelos sujeitos, em suas várias dimensões do presente e num campo de múltiplas possibilidades. (BRASIL, 1997, p. 34).

As atividades do dia a dia, as novas mídias e a globalização fazem com que o jovem esteja conectado a essas tecnologias, o que possibilita uma ampla condição de

abordagens e a atualização do pensamento do professor por meio da utilização de novas plataformas que auxiliam nesse desenvolvimento.

Por isso, os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca [...]. Esse desafio se iguala àquele que nos propõe Koselleck 'conhecer um mundo histórico é responder a esta questão maior: como, em cada presente, as dimensões temporais do passado e do futuro foram postas em relação?' (SIMAN, 2003, p. 116).

É nesse sentido que pensamos o jogo digital como um instrumento de trabalho mais amplo no ensino de história, ampliando a compreensão interpessoal do que está à volta do aluno: uma realidade permeada de momentos do passado, do presente e do futuro.

6.2 DEUSES DO TEMPO: DIRETRIZES PARA O USO DO OBJETO DE APRENDIZAGEM

O jogo *Deuses do Tempo*, que apresentamos nesta dissertação, como explanado anteriormente, tem o objetivo de aproximar a realidade tecnológica vivida por muitos dos alunos com o ensino, auxiliando os professores nesse processo. Antes de iniciarmos a descrição, faremos algumas considerações e destacaremos algumas dicas que acreditamos serem fundamentais para um melhor aproveitamento do Objeto.

A primeira delas é a de que em cada uma das etapas o professor assume um papel, já que, como também já explanado, o jogo foi desenvolvido por três pessoas diferentes, cada uma com seus entendimentos sobre o processo ensino-aprendizagem (que divergiam em alguns pontos), com base em suas experiências dentro de sala de aula e seu modo de ensinar e, também, tendo como suporte três pesquisas com temas diferentes. Assim, *Deuses do Tempo – Parte 1: Emporion* tem características que diferem de *Deuses do Tempo – Parte 3: Toledo*, por exemplo, no que se refere ao modo como o aluno deve ser avaliado pelo professor que utilizar do Objeto.

A segunda consideração é voltada para a autonomia dos três jogos. Como a relação entre as três pesquisas é deveras frágil, optamos por permitir que o jogador tenha contato e o professor trabalhe apenas o tema que lhe interessa. Assim, se jogadas separadamente, as histórias possuem começo, meio e fim. Mas, apenas jogando as três partes é que se pode ter o completo entendimento do que ocorreu realmente com os personagens, já que a cada etapa eles fazem observações diferentes sobre o que aconteceu consigo que não necessariamente estão presentes nas outras etapas do jogo.

A terceira consideração é a de que o professor deve ser, no uso dessa ferramenta, um mediador. Ele não deve deixar o jogo por si só “ensinar” o aluno, já que a ferramenta não foi pensada com esse intuito. Ele deve apontar certas particularidades das situações para os alunos e, após o término do jogo, debater em sala sobre elas, desde as inconsistências históricas que apresentaremos, até os temas abordados.

Outro ponto importante é o de que, se o professor é o mediador, o jogo pode ser usado: como um ponto inicial de discussão ou abordagem do tema, em que o professor inicia a exposição apresentando o Objeto aos alunos e depois debate e apresenta outras informações; como meio de retenção de conhecimento e entendimento do tema por parte dos alunos, usando o Objeto após ter apresentado alguns conceitos sobre aquela temática; ou como de encerramento daquela abordagem, usando o jogo para que o aluno perceba as inconsistências em comparação com aquilo que foi apresentado durante as aulas. Pensamos o Objeto de forma que o professor se sinta livre a usá-lo da maneira que achar mais adequada à sua realidade escolar.

A história do jogo é bem simples: um grupo de arqueólogos encontra uma construção praticamente intacta em suas escavações na Península Ibérica. Ao adentrarem, percebem que aquela construção é, na verdade, um templo. Observando as estátuas do templo, desenhos nas paredes, entre outros aspectos, os três começam a discutir sobre a quem aquele templo seria destinado. As características são confusas, porque o templo é dedicado a Cronos, deus do tempo, misturando tempos, estilos artísticos e povos. Os três arqueólogos discutem em frente à estátua do deus e, por não conseguirem chegar a um acordo, a divindade se irrita e os envia em uma jornada através do tempo, para que conheçam melhor seus campos de

estudo. O personagem Richard Pappadopoulos, que estuda a presença grega na Península Ibérica, é enviado para resolver um problema em Emporion; David Carter, que estuda o rei Argantônio e o reino tartéssico, é enviado a Tartessos para ajudar a salvar o rei de um atentado; e Claudius Abreu, que estuda o processo de legitimação visigoda é enviado ao momento em que o rei Recareto deve escolher a qual vertente do cristianismo se converterá. Em todas as paradas, os personagens devem encontrar alguma relíquia ligada à sua pesquisa: Richard, a Lira de Apolo; David, uma joia tartéssica; e Claudius, objetos símbolos da vertente cristã a que se converteu Recareto.

Em cada um dos subcapítulos a seguir explicaremos as especificidades e usos de cada uma das etapas do jogo. A parte sobre Emporion foi escrita por Crosley Rodrigues Gomes; a segunda, Tartessos, foi escrita por mim; e a terceira, Toledo, por Júlio César do Carmo de Sá. Todos apresentamos as três etapas para um melhor entendimento de todo o processo de desenvolvimento dos jogos.

Outro ponto que vale destaque é o motivo da escolha de um jogo no estilo *Roleplaying Game* (RPG). Ela se deu por esse tipo de jogo ter como princípio, como o próprio nome sugere, ser um jogo de interpretação (*Role-playing*). Dessa forma, para resolver os problemas propostos pelo estilo de jogo, o participante deve assumir o papel do personagem e agir como ele agiria.

Além disso, optamos por um software chamado RPG Maker. Como o próprio slogan do software sugere, não é preciso conhecer vastamente as linguagens técnicas e programação para tal desenvolvimento, pois é “*Simples o suficiente para uma criança e poderosa o bastante para um desenvolvedor*”. Apesar de o programa ser pago, o que dificultaria a disponibilidade gratuita exigida pelo Programa, os jogos desenvolvidos com essa plataforma não necessitam, especificamente, do software para serem jogados, pois todo o material utilizado é instalado com o jogo.

Para finalizar este subcapítulo, devemos discutir que, dentro de todos os três jogos, de maneira praticamente escondida do jogador, damos algumas dicas de como ele deve proceder para resolver os desafios que propomos. Chamamos esse tipo de interação, escondida ou não, de *Tutorial*. Ele se dá de duas maneiras em *Deuses do Tempo*: ou mostramos em tela as instruções ao jogador (como: “Aperte o botão X para a ação Y.”) ou fazemos com que o aluno tenha de resolver um problema simples para que entenda a mecânica daquele tipo de desafio. Quando o desafio se repete, com

certas diferenças, por já ter tido o contato com outra situação semelhante, o jogador já “intuitivamente” saberá o que fazer. Isso é muito presente dentro do game design, principalmente em jogos que possuem muitos controles. O jogador tem uma curva de aprendizado de habilidades para que ele vá dominando-as pouco a pouco.

Um dos melhores exemplos da atualidade é a técnica utilizada por Koichi Hayashida, codiretor de Design de Níveis de jogos da série *Mario*, da Nintendo. Em muitas entrevistas dentro da área de jogos, o codiretor explica como criou a ideia por trás da técnica. Ele diz que baseou a sua filosofia de design em uma estrutura de poemas comum no Japão, chamada de *Kishōtenketsu*. O poema possui quatro linhas e é similar à estrutura usada por Hayashida, em que, em todos os níveis onde há um novo tipo de interação ou uma nova mecânica para o jogador, existe um tutorial em quatro partes: a primeira introduz o conceito em um ambiente seguro em que o jogador não é punido se errar; na segunda, o jogo retira as ajudas ao jogador gradativamente, para que esse entenda e aperfeiçoe a mecânica apresentada; a terceira parte é o ponto de virada e é nela que o jogador deve interagir com a nova mecânica em conjunto com outra mecânica apresentada anteriormente no jogo; a quarta e última permite que o jogador que entendeu completamente a mecânica ganhe um bônus no jogo, através de um desafio mais complexo.

Esse tipo de tutorial que acontece em meio ao jogo, sem que a ação ou o andamento da história seja interrompido para se explicar a nova mecânica, é costumeiramente tratado como *tutorial orgânico*. Tentamos colocar esse tipo de ideia no jogo sem interferir em seu andamento, de modo a torná-lo dinâmico e economizar tempo, já que, muitas vezes, o professor pode ter só 50 minutos de aula. Assim, cada parte do jogo é pensada para ter cerca de meia hora de duração, podendo ser utilizada em uma aula apenas.

Vejamos agora as especificidades de cada uma das partes do jogo *Deuses do Tempo*.

6.3 DEUSES DO TEMPO – PARTE 1 – EMPORION: O ENSINO DE MITOLOGIA E CULTURA GREGAS

Tendo como tema a Grécia Antiga, que é um conteúdo obrigatório tanto para o ensino fundamental como para o ensino médio, desenvolvemos a primeira parte do jogo *Deuses do Tempo*, que se passa, em grande medida, em Emporion. Optamos por abordar, assim como em nossa pesquisa, um tema que não estivesse diretamente ligado às *Pólis* mais conhecidas, como Atenas e Esparta, cuja abordagem nos materiais didáticos é sempre marcante.

O grande problema que encontramos ao analisar os currículos básicos de educação é que seu foco está mais voltado para o grande centro grego, ou seja, as *Pólis* que estavam situadas na Península Balcânica. Parece não existir uma preocupação em apresentar esse mundo grego mais periférico, que foi se formando ao longo da costa do Mar Mediterrâneo. Hoje sabemos que muitas colônias foram fundadas em regiões muito distantes da Península Balcânica.

Essas colônias eram formadas por pessoas que migravam para outras localidades em busca novas oportunidades. Devido ao aumento populacional e à escassez de recursos, causados pelo solo pobre em nutrientes da península, que não permitia um grande desenvolvimento agrícola, muitos gregos deixaram suas *Pólis* de origem e partiram para viver em outras localidades.

Dentre esses povos podemos citar os Foceus (ou Fóscios), que eram originários da Ásia Menor, onde fica a atual Turquia. Estes foram os primeiros a se aventurar por regiões mais distantes do Mar Mediterrâneo. Eram hábeis navegadores e tinham como sua principal atividade econômica o comércio. Em busca de novas mercadorias e de um maior centro de troca, os Foceus chegaram até a Península Ibérica e buscaram construir e manter uma relação de trocas com os povos da região. A partir do século VI a.C., os Foceus se instalaram na região nordeste da Península Ibérica, atual região da Catalunha, onde fundaram várias colônias, dentre as quais podemos destacar Emporion.

Emporion tinha uma posição estratégica importante para as atividades comerciais dos Foceus no Mar Mediterrâneo, pois havia ali uma rota importante de transição de mercadorias entre os grandes centros gregos com as regiões mais

periféricas e, por possuir um porto bem desenvolvido, Emporion era não só a porta de entrada de produtos que eram importados, como também era o centro de saída de muitas mercadorias produzidas nas colônias, como grãos e azeitonas cruas. A Península Ibérica também era muito rica em minerais como estanho, cobre e mesmo prata, amplamente explorados pelos Foceus. Estes também eram escoados para outras regiões através do porto de Emporion.

Como podemos observar, existiam atividades importantes acontecendo fora dos grandes centros gregos, processo que também ocorria em outras partes da costa do Mar Mediterrâneo. Nesse sentido, propomos a elaboração desse jogo para auxiliar a enriquecer os currículos básicos de educação, ajudando os professores a apresentar conteúdos que estejam mais próximos dos alunos, pois, não podemos deixar de levar em consideração que a origem do povo brasileiro está relacionada diretamente com a Península Ibérica.

O jogo que idealizamos tentará cumprir o papel de apresentar para os alunos um pouco de como seria esse mundo grego na Península Ibérica. Apresentando a eles algumas das colônias, suas atividades e seus costumes, além das inter-relações gregas com os outros povos da região.

Levando em consideração que a Península Ibérica na Antiguidade era uma zona de extensa confluência de povos devido à importância de seu comércio, é preciso dizer que na elaboração do jogo não apresentamos um cenário em que fica demonstrada a existência da superioridade de um povo sobre o outro. É claro que nosso foco maior está direcionado para os gregos, mas tentamos não apresentar estes como sendo totalmente superiores aos outros povos que ali viviam.

Após a apresentação de um pequeno resumo da pesquisa, podemos falar um pouco mais a respeito do jogo em si. Nossa ideia é apresentar um cenário de como seriam as colônias gregas na Península Ibérica da forma mais precisa possível, porém, mantendo certos elementos mais próximos do senso comum para que o professor os explore em sala de aula. Pretendemos apresentar alguns elementos importantes tanto para que o aluno possa adquirir conhecimento, intuito principal do jogo, quanto para que ele aprenda de uma forma mais prazerosa, fazendo com que a experiência de aprender sobre o conteúdo de Grécia Antiga se torne não só eficiente, mas também divertida.

Dentro do jogo vamos trabalhar alguns pontos específicos, dentre eles podemos citar a religião e o ambiente. Apresentaremos ao jogador/aluno um grande cenário, onde ele poderá explorar de forma livre, ter acesso a diálogos com personagens que por ventura encontre pelo caminho e, com isso, ir adquirindo conhecimentos sobre os costumes e a forma de pensar dos povos daquela região.

O primeiro ponto, a questão da religião e dos mitos, se dá pela religiosidade na Antiguidade ser muito arraigada dentro das sociedades, tornando sua dissociação com outras relações sociais, como a Política, praticamente impossível. Por essa razão, achamos que seria importante apresentar aos alunos um pouco de como seriam os santuários gregos e como estes estavam interligados no cotidiano dos habitantes da cidade.

Quando falamos sobre a região onde Emporion teria sido fundada, temos uma descrição que aponta

[...] formas de povoamento adaptadas a um marco geográfico de cursos hidráulicos e grandes zonas pantanosas que perduram até a atualidade. A população se concentrava nas elevações que, como ilhas, surgiam sobre a zona pantanosa ou inundada (CRESPO, 2006, p. 91).

Tentamos manter certa fidelidade nos ambientes para que o jogo seja uma ferramenta que possa auxiliar os alunos a entenderem melhor o espaço geográfico da região que estão estudando.

Ainda dentro da religiosidade e dos mitos, percebemos que essa abordagem é importante pela ampla atenção que a mitologia grega vem tendo dentro da indústria do entretenimento na atualidade. Muitos são hoje os filmes que trazem a mitologia grega como seus temas principais ou panos de fundo para compor suas narrativas. Além destes, também temos séries de TV e mesmo jogos de video games que têm trazido o tema da mitologia para os dias de hoje.

Nossa preocupação é apresentar qual seria o sentido dos mitos e como eles estavam enraizados dentro da cultura dos gregos. Como podemos ver nesta passagem de Marilena Chauí,

(...) [os gregos] retiraram os aspectos apavorantes e monstruosos dos deuses e do início do mundo; humanizaram os deuses; divinizaram os homens; deram racionalidade a narrativas sobre a origem das coisas, dos homens, das instituições humanas (como o trabalho, as leis, a moral). (CHAUÍ, 1999, p. 27).

Nessa passagem de Chauí podemos observar que os gregos foram os primeiros a buscar uma valorização do próprio homem, quando construíram deuses totalmente humanizados. Passaram, inclusive, a se ver como os próprios deuses. Isso auxiliou na construção das instituições humanas, ajudava na formação do caráter dos indivíduos, além, é claro, de criar toda uma estrutura moral que mantinha essas instituições humanas funcionando em harmonia, sem grandes conflitos.

Por essa razão achamos importante levar um pouco do tema religiosidade para o jogo, auxiliar os alunos a entenderem as complexidades que eram as relações entre os mitos e as sociedades. Os mitos que usaremos no jogo serão as divindades Cronos, Poseidon e Asclépio, além de um ser mitológico, o centauro. A escolha de Cronos se deu pelo tema do jogo que é viagem no tempo. Essa divindade era associada ao tempo e é ela que transporta os arqueólogos por diferentes tempos históricos. Poseidon era o deus dos mares e oceanos e sua escolha se deu pelo fato de as colônias gregas estarem em uma região litorânea da Península Ibérica. Era comum que as populações que habitavam as regiões mais próximas ao mar sempre prestassem homenagens a esse deus em particular. Já Asclépio, o deus da saúde e da purificação, era o deus de principal culto na cidade de Emporion. As escavações na cidade conseguiram encontrar o seu santuário quase que intacto, o que ajudou muito a entender melhor como seriam os rituais de cultos e as homenagens a essa divindade na colônia. Por fim, temos o centauro, um ser mitológico que era metade homem e metade cavalo. Sua imagem era muito associada à sabedoria, pois esses seres sempre eram descritos como tutores de grandes heróis. O mais famoso talvez teria sido Herácles, treinado por Quiron, um centauro.

Apresentando um pouco dos temas que o jogo pretende abordar para levar conhecimento aos alunos, podemos agora apresentar um pouco de como isso vai funcionar. Dentro dos jogos eletrônicos de RPG, como já tratamos anteriormente, os personagens têm total liberdade para explorar os muitos cenários que o jogo oferece,

o que o diferencia dos modelos de jogos de história puramente linear, em que todos os personagens do jogo têm de seguir uma linha já estabelecida pelo criador do game.

Com essa mobilidade, os alunos/jogadores poderão explorar os cenários em busca de informações e dados que deverão ser úteis para eles no decorrer do jogo. Muitas das informações colhidas durante sua jornada pelo ambiente do jogo serão de utilidade para resolver quebra-cabeças futuros. Esses desafios, ou quebra-cabeças, são, também, uma particularidade de jogos do estilo RPG.

Nos jogos de RPG, a cada fase do jogo, os personagens devem cumprir pequenas missões até que possam chegar na missão principal. No caso, em *Deuses do Tempo – Parte 1: Emporion*, a princípio, os personagens chegam à cidade de Ullastret. Como não sabem o que fazer, pois Cronos não lhes deu nenhuma pista, procuram o Oráculo local, num santuário de Poseidon, em busca de pistas para encontrar um jeito de voltar para sua linha temporal. No templo de Ullastret, a sacerdotisa os envia em uma missão para a cidade de Emporion.

Saindo de Ullastret, os personagens terão de percorrer todo um caminho até chegarem na cidade de Emporion. Nesse caminho o aluno/jogador pode conversar com outros personagens que dialogam com eles, apresentando informações sobre como seria a vida cotidiana das pessoas nas colônias.

A segunda missão do jogo estará na cidade de Emporion, onde novamente os personagens vão ao templo de Asclépio, conforme havia dito a sacerdotisa do templo de Ullastret. Ao perceberem muitas pessoas doentes, perguntam o que aconteceu e a sacerdotisa explica que um druida entrou no santuário, roubou o cajado de Asclépio e destruiu a estátua do deus. Eles, então, prontamente saem em busca de trazer de volta o cajado roubado.

No caminho, porém, como alertado pela sacerdotisa de Asclépio, os personagens entram em um território dominado por centauros. É nesse momento que enfrentarão o principal desafio do jogo: para deixá-los passar, os centauros decidem verificar se os personagens são dignos de passar por aquelas terras. Para isso, os jogadores devem responder a algumas perguntas. Todas as informações foram dadas conforme o jogador explorava os cenários e conversava com outros personagens, por isso, a importância de se explorar bem as diferentes localidades do jogo. Depois de acertar todas as questões, os jogadores terão permissão para seguir em frente.

Passando para o lado celta de Emporion, os personagens encontram uma caverna onde se esconde o druida. O druida, assim como os habitantes de Emporion, também foi acometido por alguma doença. Eles então recuperam o cajado de Asclépio e retornam a Emporion.

Para finalizar, devido a uma invasão dos fenícios, os jogadores precisam convencer os gregos e os indigentes que vivem em Emporion, separados por um muro, que derrubem o muro e convivam em harmonia, um defendendo o outro lado a lado contra a invasão fenícia. Assim que o muro é derrubado, Cronos se vê satisfeito e declara que aquela parte da missão foi cumprida e a primeira parte finda-se.

Acreditamos que esse jogo possa contribuir como uma ferramenta alternativa no auxílio dos professores na construção de uma aula mais dinâmica e divertida. Como percebemos, é de extrema importância que os docentes tenham uma participação ativa em todo processo, fazendo a mediação entre os alunos e o jogo.

Não é nosso interesse que o jogo seja um substituto do professor no processo de aprendizado dos alunos. Os alunos precisam contar com a ajuda do docente nos momentos de dúvida, pois é ele quem vai explicar os pontos abordados pelo jogo e compartilhar conhecimentos com os alunos.

6.4 DEUSES DO TEMPO – PARTE 2 – TARTESSOS: COMO ALIAR

INVESTIGAÇÃO DO PASSADO HISTÓRICO COM O ENTENDIMENTO DO PRESENTE?

Enquanto na primeira parte temos uma abordagem mais tradicional do processo ensino-aprendizagem, com o uso de perguntas e respostas dentro do jogo, para que o aluno retenha informações básicas sobre o tema tratado, isto é, a presença grega na Península Ibérica, *Deuses do Tempo – Parte 2: Tartessos* aposta em uma abordagem mais investigativa. Desta vez, os jogadores terão de interagir com o cenário e com os personagens de maneira a conseguir informações para solucionar um problema.

Essa escolha se deu numa tentativa de mostrar ao aluno que a mesma criticidade que devemos ter ao estudar a História, mas que poderia ser estendida a

outras ciências, pode ser usada no nosso cotidiano. Se quisermos entender o presente, é preciso, em alguns momentos, atentar-se para o passado e para aquilo que está à nossa volta. Se quisermos que o aluno realmente seja ativo no processo de aprendizagem, temos de lhe dar meios para isso.

Assim, pensamos em três desafios em que o aluno, interagindo com personagens e cenário consegue informações para resolver as perguntas direcionadas a eles. No primeiro desafio, que não está estritamente ligado à pesquisa, o jogador deve ajudar um pai a descobrir, com base na investigação do cenário e do contexto, qual dos dois filhos quebrou um objeto. Resolvendo esse desafio, no próximo cenário, o jogador deve ajudar um comerciante a decidir um presente para um conhecido que lhe visitará. Em meio aos diálogos com os artesões que produziram os presentes, eles começarão a ter informações sobre Tartessos. O terceiro desafio, já ao final do jogo, coloca os jogadores para descobrir qual dos três personagens apresentados tem o intuito de assassinar o rei Argantônio. Eles devem investigar os suspeitos e conseguir informações na biblioteca do palácio.

Aqui acontece uma das nossas inconsistências históricas que deve ser salientada pelo professor durante o uso dessa ferramenta: para não comprometer o andamento do jogo, optamos por colocar estantes com livros no cenário, coisa que não existia à época. A escrita que se acredita ser da região tartéssica (chamada de SW) ainda não foi decifrada e não era escrita em papel. Percebemos que os alunos poderiam não compreender esses conceitos dentro do jogo pelo pouco tempo de desenvolvimento, principalmente se o jogo fosse usado como uma introdução ao tema. Sendo assim, optamos pelas estantes de livros, presentes em outros games, por ser um recurso corriqueiro para se entender a ideia de “pesquisa”.

Especificamente sobre a história do jogo, *Deuses do Tempo – Parte 2: Tartessos* se inicia quando os jogadores acordam, após serem transportados por Cronos, nos arredores de uma cidade. David a reconhece como Tartessos e resolve rumar para lá, a fim de conhecê-la melhor. Enquanto descem a montanha onde foram deixados, eles enfrentam o primeiro e o segundo desafio supracitados. Quando entram em Tartessos, são recebidos por guardas ao tentar adentrar-se ao palácio do rei. Lembrando-se de que Argantônio é retratado como benevolente nas fontes que analisou, David resolve pedir pouso ao rei.

Contudo, quando o fazem, o rei, com medo das ameaças que vem sofrendo, ordena que os personagens sejam presos até que se descubra quem tentará matá-lo. Na sala onde são presos, os personagens enfrentam o terceiro desafio. Após resolvê-lo, o rei agradece a ajuda e dá a eles um presente: uma joia tartéssica. Cronos se vê satisfeito e traz os personagens de volta ao seu tempo original.

Como percebemos, as interações são simples, mas entendemos que com elas os professores podem explorar as características da sociedade Tartéssica. Pensamos que a segunda parte de *Deuses do Tempo* deve ser utilizada como uma introdução sobre Tartessos, pois essa temática raramente se encontra nos materiais didáticos. Nós mesmos não tivemos contato com nenhum que se referisse a Tartessos. Dessa forma, acreditamos que o professor, utilizando o jogo como uma introdução ao tema, terá mais sucesso. Caso queira trabalhar o jogo durante ou após a exposição em aula do tema, o professor pode utilizar das informações sobre Tartessos como reforço daquilo que ele apresentou.

6.5 DEUSES DO TEMPO – PARTE 3 – TOLEDO: A RELIGIÃO COMO UMA CONSTRUÇÃO

Com relação ao tema de *Deuses do Tempo – Parte 3: Toledo*, a utilização da civilização visigoda vem da necessidade de apresentar um tema muito desvalorizado e abandonado no ensino básico do Brasil. O ensino de História é fragmentado e certos temas ficam à deriva em sala de aula, sendo pouco trabalhados ou, em outras vezes, sequer citados. Quando abordamos os povos visigodos, especialmente se os relacionamos à Península Ibérica, a estranheza é generalizada por parte dos alunos e por colegas professores, sendo as abordagens sobre esse povo inexistentes em muitos planejamentos de aula. Por esse motivo, tratar sobre esse tema se faz tão necessário, mesmo que de forma mais sucinta. Assim, escolhemos uma possibilidade de trabalhá-lo dentro de um processo importante, em que ele teve protagonismo durante a Antiguidade Tardia.

O período em questão é relacionado à conversão do Reino Visigodo através do

III Concílio de Toledo, segunda metade do século VI, momento em que o processo de adaptação desse povo à Península Ibérica termina e a Religião Cristã Católica toma, basicamente, a forma que conhecemos hoje, ocupando seu lugar na realeza desse Reino.

Todos os personagens que serão apresentados e as atitudes tomadas por eles buscaram ser próximos do que as pesquisas acadêmicas apontam. A abordagem do assunto se fez de maneira simples para um melhor entendimento da história e de suas consequências para períodos posteriores.

O jogo propriamente dito tem o intuito de demonstrar aos alunos as principais mudanças que ocorreram do período denominado Clássico da Antiguidade para o século VI, mostrando uma cidade Ibérica após a divisão do Império Romano. Logo no início do Jogo, os personagens se encontraram na entrada da cidade de Toledo e perceberam que ela se parecia com uma cidade tradicionalmente romana, porém, com certas modificações. Isso se dá pelo fato de as cidades do período serem construídas em cidades romanas abandonadas ou tomadas por esses povos que se estabeleceram na Península.

Os personagens caminham pelas ruas e chegam em uma feira típica desse período, onde percebem mais uma característica que o povo visigodo mantinha em comum com os Romanos. Eles se deparam, então, com uma situação de embate entre opiniões religiosas e, ao solucionar a peleja, encontram nosso primeiro personagem do período: o diácono Isidoro de Sevilha. Ele é um dos grandes autores do período e Doutor da Igreja por suas contribuições e obras escritas.

Na praça da cidade eles se inteiram dos fatos e acontecimentos que abalam o reino, revoltas palacianas, duas religiões disputando a atenção do rei, um rei em dúvida de qual religião seguir, pressão da nobreza e dos clérigos, um período borbulhando em problemas e questões a serem resolvidos. Os três personagens e o diácono resolvem ir até o palácio para tentar encontrar uma solução para todas as questões que afligem o governante e o Reino.

Ao chegarem no palácio, os jogadores podem explorá-lo, encontrando um grande corredor com diversos quartos e cômodos simples, mas imponentes e a sala do trono. No trono se encontrava sentado o príncipe Recareto, filho de Leovigildo e atual monarca do recém unificado Reino Visigodo, e, ao seu lado, com uma longa

roupa similar à de Isidoro, mas na cor preta, o Bispo Leandro de Sevilha, irmão mais velho de Isidoro e bispo que participou efetivamente tanto do III Concílio de Toledo quanto de toda a vida e permanência do monarca no poder após a conversão deste.

A missão dos nossos personagens é plantar símbolos Cristãos Católicos nos aposentos do palácio a pedido de Isidoro, para que o rei entenda aquilo como um sinal divino para que se decida pelo Catolicismo. Os símbolos são: a Cruz, símbolo da penitência Cristã; o Pergaminho com o símbolo de Cristo (com o X e o P) que foi usado por Constantino em sua conversão; e um Cálice de madeira, símbolo dos cultos Cristãos primitivos de partilhar do Pão.

Por conta de uma comitiva que visitará a cidade, o rei e todos os trabalhadores do palácio vão ao encontro dela. Como deixaram as portas trancadas, os personagens devem encontrar passagens secretas para ir de um cômodo a outro plantando os símbolos.

Após plantarem os símbolos, nossos heróis vão para a sala de espera, onde, logo que se acomodam, chega Recareto, Leandro e Isidoro com a decisão que eles esperavam. Após esse momento, Cronos se vê satisfeito e traz os personagens de volta a seu tempo original.

6.6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Cada etapa do jogo possui, como pudemos notar, uma especificidade: um trabalha com perguntas e respostas; outro com a relação entre as informações obtidas durante o jogo; e um terceiro com o uso de imagens e símbolos. Como citamos anteriormente, optamos por esse tipo de desenvolvimento para ampliar as possibilidades de uso do Objeto.

Optamos, também, por não apresentar neste capítulo as informações mais técnicas sobre o desenvolvimento do jogo, bem como das nomenclaturas costumeiramente usadas nesse contexto. Esse tipo de abordagem deixaria nosso texto muito longo e pouco produtivo, no sentido de conter mais informações que interessariam a um designer de jogos educativos do que a um leitor puramente acadêmico ou o professor que utilizará de nossa pesquisa. Para aqueles leitores que

tenham o interesse, contudo, em aprofundar-se nessa área, todas as nossas bases se encontram nas referências, desde textos e livros sobre a parte teórica do desenvolvimento de jogos até a parte prática, com o uso da ferramenta RPG Maker.

Além disso, deixamos nas instruções básicas do jogo, como o processo de instalação e dicas de uso, um contato para que o professor ou mesmo o leitor possa falar conosco. A ideia é a de que, se o professor enfrentar qualquer dificuldade no uso da ferramenta, ele tenha um canal direto conosco, para que possamos ajudá-lo a utilizá-la de forma eficiente.

7 PARA MUITO ALÉM DAS COLUNAS DE HÉRCULES

Como apresentamos no decorrer do trabalho, percebemos que a natureza de Tartessos é fragmentada mesmo quando analisamos apenas as fontes escritas. Como cada autor analisado acaba por destacar características diferentes da Península Ibérica ou mesmo do entendimento do povo grego sobre aquela região ou seus mitos, apenas com base nessas fontes não é, muitas vezes, possível estabelecer definições mais precisas.

O lugar que Tartessos ocupava no espaço físico, no espaço imaterial (isto é, nos discursos em que ele era inserido), no campo histórico e agora ocupa na educação é bem diverso. Isso quando presente, em especial nesse último campo. O objetivo deste trabalho, portanto, é permitir o contato com essa temática, que pode nos revelar muito do modo como pensamos sobre ela e tantas outras na atualidade.

Sobre a questão geográfica, percebemos que nem mesmo os autores da antiguidade possuem uma identificação certa da região onde estaria Tartessos: Avieno, por supostamente usar um périplo que não era seu (embora, como apresentamos, pode haver controvérsias nesse ponto) para compor uma obra a um amigo; Heródoto, por sua vez, pelo fato de talvez nunca ter estado na Península Ibérica, relatando histórias sobre a região tartéssica conforme as ouvia em suas viagens; Estrabão por estar relativamente distante no tempo (assim como Avieno, diga-se de passagem) do apogeu de Tartessos e relatar o que ouviu dos supostos descendentes tartéssicos, os turdetanos. Sem falar que, mesmo quando delimitam um espaço mais preciso (como o caso de Gadir), a Arqueologia acaba por invalidar essa informação.

No campo do mítico/mitológico, percebemos que essas informações desconstruídas podem ter um motivo: na verdade, terem sido construções idealizadas de um espaço vinculado a mitos e deuses. Seja no caso de Tartessos ou no de seu rei, Argantônio, a presença de certas características nos permite supor que relatos e narrativas sobre ambos tinham o intuito de reforçar ideias e conceitos há muito existentes para aqueles povos. Como foi debatido anteriormente, e apenas retomando o exemplo, o caso de Argantônio ser retratado com mais características e

ideias que se assemelham aos valores gregos é notável e nos faz indagar sobre sua veracidade, no sentido de existência real.

Sobre seus usos na História, Tartessos é tido como um dos primeiros centros de destaque na Península Ibérica e, por isso, demonstram tanto empenho em procurar respostas que apontem o seu papel naquele período. Além disso, o reino e Argantônio foram usados em épocas posteriores para afirmar certos ideais de nação que emergiam nas discussões. Por fim, o próprio nome de Argantônio (Homem de Prata ou Homem de Ouro), mais uma vez, nos faz não ter um chão firme para erguer nossos alicerces e perceber semelhança com as narrativas de Hesíodo sobre os territórios e homens que viviam nos limites do mundo conhecido.

Na educação, esperamos que nosso Objeto de Aprendizagem sirva para instigar os alunos e professores a procurar mais informações sobre esse reino e utilizar das mesmas ideias de investigação em outros temas. Sem falar que exploramos, com o desenvolvimento desse Objeto, que o uso de algumas ferramentas dentro de sala de aula pode se aproximar do entretenimento e de ideias e valores dele, talvez, na ânsia de angariar ou resgatar o interesse dos alunos pelas discussões da História.

Contudo, se quisermos seguir nossas diretrizes de investigação, precisamos nos aventurar para além das Colunas de Hércules e nos aproximarmos das fontes materiais, complementando essa nossa pesquisa e, com certeza, ampliando nossas discussões e descobertas. E é exatamente o que pretendemos.

REFERÊNCIAS

ALBELDA, E. Confusiones contemporáneas sobre geografía antigua. A propósito del Sinus Tartesii y del Lacus Ligustinus. **SPAL: Revista de prehistoria y arqueología de la Universidad de Sevilla**, n. 21, 2012, p. 57-67.

AGUIRRE ROJAS, C. A. **Antimanual do mau historiador**: ou como se fazer uma boa história crítica. Trad. Jurandir Malerba. Londrina: EDUEL, 2007.

ALBUQUERQUE, P. Argantónio, um “guardião” da “Idade da Prata”? A possível estrutura mítica do rei tartéssico. **Revista Portuguesa de Arqueologia**, v. 6, n. 1, 2003, p. 159-173

_____. **Tartessos**: entre mitos e representações. Lisboa: UNIARQ. 2010.

_____. **Tartessos**: A construção de identidades através do registro escrito e da documentação arqueológica. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013.

ALMAGRO-GORBEA, M. La literatura tartésica: fuentes históricas y iconográficas. **Gerión**. Madrid, 23:1, p. 39-80, 2005.

ALONSO, J. C. **Tartessos**: ocaso de un día y una noche. Madrid: Asociación Independiente, 1980.

ALVAR, J. El contacto intercultural en los procesos de cambio. **Gerión**, Madrid, n. 8, 1990, p. 11-27.

ANTUNES, C. **Manual de Técnicas, de dinâmicas de grupo, de sensibilização de ludo pedagogia**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ARRUDA, A. M. Do que falamos quando falamos de Tartesso? IN: CAMPOS, J. M.; ALVAR, J. (eds.), **Tarteso**: el emporio del metal. Córdoba, 2013, p. 211-222.

AVIENO. **Orla Marítima**. Trad. José Ribeiro Ferreira. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985. n. 23. (Coleção Textos Clássicos).

BLÁZQUES MARTÍNEZ, J. M. Fuentes griegas y romanas sobre Tartessos. V SYMPOSIUM INTERNACIONAL DE PREHISTORIA PENINSULAR, 1969, Barcelona. Anais. Barcelona: Jerez de la Frontera: 1969, p. 91-110.

_____. El enigma de Tartesso em los escritores antigos y em la investigación moderna. IN: ALVAR, J.; BLÁZQUES, J. M^a. (Org.). **Los enigmas de Tartesso**. Madrid: Cátedra, p. 11-30, 1993.

_____. Gerión y otros mitos griegos de occidente. **Gerión**, n. 1, p. 21-38, 1983.

BLOCH, M. **Apologia da história**: ou o ofício do historiador. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONSOR, J. **Tartessos**. Andalucía: Junta de Andalucía, 2010. (Colección: Una Galería de Lecturas Pendientes).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRENELLI, R. P. **O jogo como espaço para pensar**. Campinas: Papyrus, 1996.

BURKE, P. **Hibridismo Cultural**. Trad. Leila Souza Mendes. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2003.

_____. **O que é História Cultural?** Tradução Sérgio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

CARRILLO, R. **Breve Historia de Tartessos**. Madrid: Ediciones Nowtilus, 2011.

CHARTIER, R. **A história ou a Leitura do Tempo**. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHAUÍ, M. **Convite a filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 1999.

CRESPO, J. C. M. **Um Estudo Comparativo dos contatos Estabelecidos entre Emporitanos e Indigetes**: o Caso Emporitano e o Oppidum de Ullastret (500-350 a.C.). Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006.

CRUZ ANDREOTTI, G. La península Ibérica em los limites de la Ecumene: el caso de Tartessos. **Polis**. Revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad Classica. Madrid, 1995, p. 39-75.

_____. Iberia e iberos en las fuentes histórico-geográficas griegas. **Mainake**, n. 24, 2002, p. 153-180.

_____. La geografía griega como espacio político. **Geographia Antiqua**, n. 13, 2004, p. 9-20.

_____. Tarteso-Turdetania o la reconstrucción de un mito identitario". IN: BANDERA, M^a L. de la; ALBELDA, E. (coords.). **El Carambolo: 50 años de un tesoro**. Sevilla, 2010, p. 17-52.

_____. Tarteso: reflexiones desde la literatura geo-etnográfica antigua. IN: CAMPOS, J. M.; ALVAR, J. (eds.), **Tarteso**. El emporio del metal. Córdoba, 2013, p. 247-260.

DE HOZ, J. Testimonios lingüísticos relativos al problema céltico en la Península Ibérica. IN: ALMAGRO, M.; RUIZ, G. (eds.). **Los celtas: Hispania y Europa**, Madrid, 1993, p. 257-408.

DOBRORUKA, V. Mito e História na antiguidade: esboço para um estudo de conjunto dos limites entre religiosidade e metahistória. **Boletim do CPA**, Campinas, Ano IX/X, nº 20/21, p. 307-352, jul. 2005/jun. 2006.

ESTRABON. **Geografía de Ibéria**. Trad. Javier Gómez Espelosín. Madri: Alianza Editorial, 2007.

FABIÃO, C. O passado Proto-Historico e Romano. IN: MATTOSO, J. (dir.) **Historia de Portugal**. Lisboa: Editorial. Estampa, 1997.

FERNANDES, J. S. M. Estrutura e função do mito de Hércules na Monarquia Lusitana de Bernardo de Brito. **Ágora**. Estudos Clássicos em Debate, v. 9, 2007, pp. 119-150.

FERREIRA, J. R. **Orla marítma**. Avieno. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985. (Coleção Textos Clássicos, n. 23).

FORTUNA, C. R. A. Prado. **O Ensino de História: uma narrativa aberta: uma possibilidade teórica-metodológica para a construção do conhecimento histórico escolar**. Campinas: [s.n.], 2001.

FOULCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura F. A. Sampaio. 19. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FUNARI, P. P. A. **Antiguidade Clássica**: a história e a cultura a partir dos documentos. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

_____; SILVA, G. J. **Teoria da História**. São Paulo: Brasiliense. 2008.

GALÁN, J. M. La Odisseia desde la Egiptologia. **Gerión**. Madrid, 19, 2001, p. 75 - 97.

GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas, Sinais**. Morfologia e História. 1ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HAGEMEYER, R. R. **História e Audiovisual**. Belo Horizonte: Autêntica. 2012.

HERÓDOTO. **História**. Trad. J. Brito Broca. Ediouro: Rio de Janeiro, s/d.

HESÍODO. **Teogonia**. Trad. Sueli Maria de Regino. São Paulo: Martin Claret, 2010.

_____. **Trabalho e Dias**. Trad. Sueli Maria de Regino. São Paulo: Martin Claret, 2010.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**: o jogo como elemento da cultura. Trad. João Paulo Monteiro. 8ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

JENKINS, K. **A História Repensada**. Trad. Mário Vilela. 3. ed. São Paulo: Contexto. 2011.

LE GOFF, J. **A história nova**. Trad. Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 318 p.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAALOUF, A. **Les identités meurtrières**. Paris: Gracet et Fasquelle, 1998.

MARTÍ-AGUILAR, M. Á. **La Imagen de Tartessos en la Historiografía Española (Siglos XVI-XX)**. Trabalho de investigação apresentado na Facultad de Filosofía y

Letras de la Universidad de Málaga, orientado por Wulff Alonso. Texto policopiado. 2000.

_____. Identidad y etnia em Tartessos. **Arqueologia Espacial**, n. 27, Zaragoza, 2009, p. 79-111.

MONGE, Aurelio. Algunas notas sobre la figura de Argantonio y sus elementos míticos. **Archivo Español de Arqueología**, n. 87, 2014, p. 7-20.

OLMOS, R. **Los griegos en Tarteso**: replanteamiento arqueológico-histórico del problema. Homenaje a Luis Siret (1934-1984). Sevilla, 1986, p. 584-600.

_____. Tras los pasos de Heracles: en los umbrales de la historia griega de Occidente. IN: CABRERA, P.; SÁNCHEZ, C. **Los griegos en España**. Tras las huellas de Heracles. Madrid, 2000, p. 27-38.

PAILLER, J. M. L'argant- suite: encore le lexique gaulois du métal. **Pallas**, n. 75, 2007, p. 37-48.

_____. Quand l'argent était d'or. Paroles de Gaulois. **Gallia**, n. 63, 2013, p. 211-241.

PLÁCIDO, D. Realidades arcaicas de los viajes griegos a Occidente. **Gerión**. Madrid. 7, 1989, p. 41-51.

_____. La imagen griega de Tarteso. In: ALVAR, J.; BLÁZQUEZ, J. M.^a. **Los enigmas de Tarteso**. Madrid: Cátedra, 1993, p. 81-90

_____. La Península Ibérica: Arqueología e imagen mítica. **AEspA**, Madrid, v. 75, 2002, p. 123 – 136.

SCHULTEN, A. **Tartessos**. 2. ed. Madrid: Espasa Calpe, 1945.

TEJERA GASPAS, A. Tartessos: economía y sociedad. In: **Tartessos - 25 años después (1968-1993)**. CONGRESO CONMEMORATIVO DEL V SYMPOSIUM INTERNACIONAL DE PREHISTORIA PENINSULAR, 1993. **Actas...** Jerez de la Frontera: Ayuntamiento, 1993. p. 549-559.

TORRANO, J. O (conceito de) mito em Homero e Hesíodo. **Boletim do CPA**, Campinas, Ano II, n. 4, p. 27-34, jul./dez., 1997.

TORRES ORTIZ, M. **Sociedad y mundo funerário em Tartessos**, Madrid: Real academia de la Historia, 1999

_____. **Tartessos**. Madrid: Real Academia de la Historia, 2002

_____. Uma colonização tartéssica en el interflúvio Tajo-Sado durante la Primera Edad de Hierro? **RPA**. Lisboa, n. 8, v. 2, p. 193-213, 2005.

VERNANT, J. **Mito e pensamento entre os gregos**: estudos de psicologia histórica. Tradução de Haiganuch Sarian. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **As Origens do Pensamento Grego**. Trad. Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: [s.n.], 2002.

VILLAR, F. Los nombres de Tartessos. **Habis**. Sevilla: [s.n.], 1995. v. 26. p. 243-270.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1988.

WAGNER, C. Aproximación al processo histórico de Tartessos. **AespA**, Madrid, v. 56, p. 3-36, 1983.

_____. Notas en torno a la aculturación de Tartessos. **Gérion**, v. 4, p. 129-160, 1986.

_____. La Historia Antigua y la Antropología: el caso de Tartessos. **Kolaios**, Sevilla, v. 1, p. 1-37, [s.d.].

WEST, M. L. The Rise of Greek Epic. In: JHS. v. 112, p. 151-172, 1988.

ANEXOS

ANEXO A - AVIENO – Orla Marítima

Convém, antes de apresentar a obra traduzida, fazer algumas considerações sobre o modo como ela está disponibilizada aqui. Seguindo o mesmo modelo do tradutor, José Ribeiro Ferreira, os números de linhas não correspondem, necessariamente aos mesmos da obra original em Latim. Assim como a contagem do autor que em alguns momentos pula algumas linhas ou conta-as duas vezes, nós repetimos os mesmos equívocos a fim de que esta ou aquela reprodução não tenham, entre si, nenhuma discrepância. Além disso, seguimos a mesma formatação do tradutor, que segue o mesmo molde dos textos de Adolf Schulten e J. P. Murphy, em que os *trechos em itálico* representam um interpolador grego do século I a.E.C. e Avieno; os em letra regular o Périplo Massaliota; e os trechos com letra reduzida representam um interpolador grego anterior ao século I a.E.C., possivelmente Éforo. (FERREIRA, 1985, p. 16).

A recordação do teu frequente pedido, Probo, feito de alma e coração, para que a situação do mar Táurico pudesse ser conhecida com certa segurança, mesmo por aqueles que os mais longínquos lugares da terra mantêm afastados, levou-me a empreender de bom grado este trabalho, para dar, com este poema, notoriedade ao teu desejo. 5

Pensei que não seria permitido, com tempo disponível, deixar de submeter ao teu pensamento a imagem dessa região que em antigas páginas e na mais recolhida leitura aprendera ao longo de toda a minha vida. De facto, negar a outro o que não custa dispêndio algum, considero-o grosseiro e cruel. A isto associo o facto de tu próprio, para mim, ocupares o lugar de filho pelo amor e pelo vínculo do sangue. Isso porém não seria suficiente, caso não soubesse que as obras e os escritos recônditos dos antigos sempre os tens bebida com boca sedenta. De espírito aberto e capaz de compreender, ocupa o teu coração uma contínua sede por tais matérias; mais do que os outros, prestas atenção ao que te dizem. Por isso, sem eficácia, havia eu de derramar os segredos das coisas nos incapazes? Quem atiraria profundo saber a quem o não segue? Muitos motivos, portanto, muitos me compelem, Probo, a satisfazer os teus pedidos instantes. Acreditei até que cumpriria o meu dever de parente, se a minha Musa te concedesse o que desejas com mais abundância e profusão. Dar o solicitado não é, de facto, de homem avaro, mas antes aumentar com novos 10 15 20 25 30

dons o todo da dádiva e de uma mente benigna e bastante liberal.

Perguntaste, se bem te lembras, qual seria a situação do mar Meótico. Sei que Salústio o descreveu e não ignoro que todos atribuem às suas afirmações uma autoridade indiscutível. À sua célebre descrição em que, hábil na expressão do estilo, deu a forma e a imagem dos lugares, com a mira quase sempre na verdade e com linguagem elegante, juntei muitos elementos, colhidos em comentários de numerosos autores. Aqui estarão presentes Hecateu de Mileto e Helânico de Lesbos; Fileu de Atenas e Cílix de Carianda, depois Pausímaco que a antiga Samos gerou. Estarão aqui ainda Damasto, oriundo da nobre Sige; Bácoris, natural de Rodes; Euctémon, da conhecida cidade da Ática; Cléon da Sicília; o próprio Heródoto de Túrios; e bem assim a glória suprema da arte de dizer, o ateniense Tucídides.

Aqui, Probo, parte do meu coração, encontrarás quantas ilhas se erguem pelo mar - ou seja, por aquele mar, o nosso mar que, depois da concavidade em que a terra se abre desde o golfo de Tartesso e as ondas atlânticas, se estende até longínquas regiões. Terás os golfos recurvos e os cabos - quando o litoral se alonga em reentrâncias e quando os montes penetram longamente as ondas. Verás como as altas cidades são banhadas pelo mar, de que nascentes brotam os grandes rios, como pressurosos atingem o abismo do mar e cingem ilhas a cada passo; como os portos amplamente encurvam os braços seguros. Serás informado de como se estendem os pântanos e jazem os lagos, como os altos montes erguem os cumes escarpados e como as brancas ondas do mar banham os bosques. Concluirá o nosso trabalho a descrição da cavidade cítica, da superfície do mar Euxino e das ilhas que o povoam. O resto já foi antes por nós sobejamente descrito no livro que compusemos sobre as costas e partes do Orbe. Para que tenhas consciência perfeita do meu suor e trabalho, começarei a narração do opúsculo remontando um pouco mais acima. Tu, no íntimo do coração, guarda o que é narrado, já que o apoiam testemunhos tomados de longe e retirados dos autores antigos.

O círculo da vasta terra jaz estendido e ao seu redor fluem de contínuo as ondas. No ponto do Oceano em que o mar profundo penetra tanto que o abismo do nosso mar se estende amplamente, abre-se o golfo atlântico. Aí fica a cidade de Gadir, chamada antes Tartesso, aí ficam as colunas do pertinaz Hércules, Ábila e Calpe, esta à esquerda da dita região

e *Ábila próxima da Líbia*. Ressoam fustigadas pelo
 duro setentrião, mas permanecem firmes no lugar. 90
 E aqui surge a cabeça de um cabo proeminente
 - *chamou-lhe a antiguidade Estrímnis* - e a ele-
 vada mole da saliência rochosa por inteiro converge
 toda para o tépido noto. Por baixo desta crista 95
 proeminente abre-se o golfo que os naturais apelidam
 de Estrímnico. Nele se estendem as ilhas Estrím-
 nides, que se encontram dispersas e são ricas nos
 metais de estanho e chumbo. Habita essa região um
 povo de grande força, de espírito altivo e eficaz
 habilidade. Dominados todos pela paixão do comér- 100
 cio, com barcos feitos de peles sulcam ao largo o
 mar túrbido e o abismo do Oceano povoado de
 monstros. Eles não sabem, de facto, fabricar os
 seus barcos com madeira de pinho e de bordo; não
 encurvam as embarcações, como é costume, com o 105
 abeto, mas sempre maravilhosamente constroem os
 barcos com peles unidas e a miúdo percorrem sobre
 esse couro vasto mar. Daqui à ilha Sagrada, como
 a designavam os antigos, calcula-se uma distância de
 dois sóis. De grande extensão, essa ilha fica no 110
 meio do mar e é densamente habitada pelo povo dos
 Hiernos. Emerge próxima a ilha dos Albíones.

Entre os Tartéssios havia o costume de negociar
 nos confins das Estrímnidas. Também os colonos cartagi- 115
 neses, e o povo que habitava junto às Colunas de Hércules, fre-
 quentavam estes mares que, no dizer do cartaginês Himílcon,
 apenas durante quatro meses como ele próprio afirma
 ter verificado, quando aí navegou - podem ser percorridos.
 Nenhum vento impele com força o barco e, preguiçosa, a água do 120
 mar calmo estagna. Acresce ainda que as algas proliferam em
 quantidade nos seus fundos e, frequentes vezes, com a ramagem
 retêm a embarcação. Diz também Himílcon que nesse ponto
 o mar não apresenta profundidade e que o solo se encontra 125
 coberto apenas por escassa espessura de água. Depara-se com
 frequência, aqui e ali, com animais marinhos e ao redor dos barcos
 que se arrastam lenta e vagarosamente nadam os monstros.
 Se alguém, daí, das ilhas Estrimnides, ousa o barco 130
 impelir nas ondas para os lados em que, devido ao
 eixo de Licáon, o ar enregela, penetra-se na terra
 dos Lígures, agora desabitada. Graças à acção dos
 Celtas e às numerosas lutas, as terras foram há muito
 evacuadas; e os Lígures expulsos, como faz o destino 135
 a cada passo a outros, chegaram à terra que habitam
 agora, quase sempre entre densas florestas. Nesses
 lugares são frequentes os recifes e rígidas as rochas;
 os cumes dos montes metem-se pelo céu. E foi
 assim que esta tribo, fugitiva por muito tempo, viveu 140
 entre desfiladeiros rochosos, afastada das ondas.
 Temia o mar em consequência dos perigos passados.
 Depois a tranquilidade e o repouso, robustecida a

audácia pela segurança, persuadiram-nos a sair dos elevados refúgios e a descer mesmo para os locais à borda do mar. 145

Depois de Estrímnis, de que falámos acima, patenteia-se um grande golfo de vasto mar até Ofiússa. Em seguida, desde este litoral até ao mar interno - *que penetra na terra, como antes disse,* e a que chamam Sardo -, estende-se ao caminhante uma jornada de sete dias. *Ofiússa apresenta tanta extensão quanta ouves atribuir à ilha de Pélops, no território dos Gregos.* Chamada primeiro Estrímnis, por os Estrímnios habitarem aí lugares e campos, posteriormente um sem-número de serpentes afugentou os moradores e deu o seu nome à terra deserta. 150 155

Em seguida avança no abismo o cabo de Vénus e o mar ruge em volta de duas ilhas, desabitadas devido à sua pobreza. Depois o Aruio emerge proeminente na direcção do áspero Setentrião. Daqui até às Colunas de Hércules vitorioso a viagem de barco demora cinco dias. Em seguida, encontra-se no meio do mar uma ilha abundante em ervas e consagrada a Saturno. Nela a força da natureza é tanta que, se alguém navegando se aproxima dela, de imediato em volta o mar se excita: a própria ilha se agita e a água revolta-se toda, fortemente embravecida, enquanto o resto do pélagos permanece silencioso como se fora um tanque. 160 165 170

Depois emerge nos ares o promontório de Ofiússa. Do cabo Aruio até estes locais dista uma viagem de dois dias. A baía, que então se abre amplamente, retrocede e não é de fácil navegação com um só vento: até meio chega-se impelido pelo vento oeste, a parte restante exige o vento sul. E, se alguém daí se dirige a pé para o litoral dos Tartéssios, com dificuldade vencerá o caminho em quatro dias. Se prolonga a viagem para o nosso mar e para o porto de Málaga, o caminho demora cinco dias. 175 180

Em seguida, sobressai o cabo Cêmpsico. Mais adiante e subjacente fica a ilha que os habitantes chamam Ácala. *É de difícil credibilidade a que se narra devido ao seu maravilhoso, embora não falte o testemunho dos autores a comprová-lo:* contam que, nos confins desta ilha, nunca o aspecto do mar é igual ao do restante. Em todos os lugares existe nas ondas um esplendor e um brilho cristalinos, sendo certo que nas profundidades do mar as águas apresentam uma imagem azulada. Ali porém o mar está sempre desfigurado por um lodo sujo, como lembram 185 190

os antigos, e com a sujidade as águas tornam-se espessas. Os Cempsos e os Sefes ocupam elevadas colinas do território de Ofiússa. Próximo destes, o ágil Lígur e a prole dos Dráganos fixaram os lares nas regiões do Norte, coberto de neves. No litoral dos Sefes encontra-se a ilha Petânion e um amplo porto. Depois, contíguas aos Cempsos, ficam as povoações dos Cinetes. Então, lá onde declina a luz sideral, emerge altaneiro o cabo Cinético, ponto extremo da rica Europa, e entra pelas águas salgadas do Oceano povoado de monstros. O rio Anas percorre a região dos Cinetes e sulca as suas terras. Abre-se de novo um golfo e, cavado, o litoral estende-se para sul.

O rio acabado de citar cinde-se, de repente, em dois braços e, por entre a água espessa do referido golfo - pois é rico em lodo todo este mar -, lança os lentos caudais.

Aqui ergue-se a grande altitude o cume de duas ilhas. A mais pequena não tem nome, à outra a tradição tenaz deu-lhe o de Agónis. Segue-se um promontório que assusta pelos seus rochedos, também ele consagrado a Saturno. Ferve o mar encrespado e, rochoso, o litoral estende-se ao largo. Aqui os habitantes criam cabras de longo pêlo e numerosos bodes que percorrem sem cessar os bosques da região, produzindo densa lã, *aproveitada nos acampamentos e nas velas dos marinheiros*. Deste ponto até ao referido rio dista a viagem de um sol. Situa-se aqui o limite do povo dos Cinetes. Contíguo fica o território dos Tartéssios, cuja terra é banhada pelo rio Tartesso. Em seguida estende-se o cabo consagrado a Zéfiro. Por fim, o cume da elevação chamada Zéfiris, cujas altas cristas sobressaem no cimo da montanha. Grande intumescência rasga os ares, envolvida sempre por uma espécie de névoa que lhe oculta o cume em nuvens. Toda a região que vem depois tem um solo rico em vegetação. Os habitantes contemplam um céu continuamente enevoadado, o ar é opaco e o dia pouco transparente; como se fora de noite. é frequente o orvalho. Não é usual soprar qualquer brisa, nem varrer superiormente a atmosfera uma aragem de vento; continua, a névoa encobre a terra e o solo apresenta forte humidade. Todo o que, de barco, ultrapassa a elevação de Zéfiris e penetra nas águas do nosso mar, de imediato é impelido pelo sopro do favónio.

Segue-se um cabo consagrado à deusa infernal e um rico santuário esconderijo de oculta gruta e escura cripta. Perto há um grande pântano cha-

mado Erébea. Conta-se também que a cidade de Herbo, *nos tempos primitivos, se erguia nestes lugares, mas, destruída pelas tempestades das guerras, apenas deixou a fama e o nome a esta região.* Corre depois o rio Hiberno, cujas águas fecundam estes lugares. *Afirmam muitos que dele retiram o nome os Hibernos e não do rio que banha os turbulentos Váscos.* E toda a região que confina o rio a ocidente é denominada Hibéria. Por seu lado, a parte oriental encerra os Tartéssios e os Cilbicenos. Depois aparece a ilha de Cartar que outrora, segundo uma tradição bastante espalhada, esteve na posse dos Cempsos. Expulsos depois, devido à guerra dos vizinhos, afastaram-se em busca de vários lugares.

Em seguida eleva-se o monte Cássio, *a partir do qual a língua grega chamou de início "cassíteron" ao estanho.*

Em seguida aparece o promontório do templo e mais longe *um lugar que tem um antigo nome grego, a cidadela de Géron. Sabemos, de facto, que Géron dela retirou outrora o nome.* Aqui estendem-se as costas do golfo tartéssio. Do referido rio Anas estes lugares, em barcos, gasta-se um dia de caminho. *Fica nesta zona a cidade de Gadir, pois em língua cartaginesa a um lugar fechado chamava-se Gadir. Antes, essa cidade foi denominada Tartesso. Grande e opulenta em épocas antigas, é agora pobre, pequena, abandonada - um campo de ruínas. Nestes lugares, com excepção das festas em honra de Hércules, não vimos nada de notável. Mas foi tal o seu poder e tanta a glória nos tempos primitivos, segundo a crença geral, que um rei soberbo e o mais poderoso de todos os que governavam na ocasião a Mauritânia, muito querido ao príncipe Octaviano e continuamente entregue ao estudo das letras, Juba, separado embora por um mar interposto, se considerava muito honrado com o duunvirato desta cidade.*

Mas a ilha cinge-a por todos os lados com sua corrente o rio Tartesso, que do lago Ligustino flui por campos abertos. Não corre, porém, em leito simples nem sulca, em caudal único, o solo subjacente: na parte oriental introduz três bocas nos campos e banha com quatro bocas a parte meridional da cidade. Ao pântano encosta-se o monte Argentário, *assim chamado pelos antigos em consequência do seu aspecto: as suas encostas brilham extensamente devido ao estanho e à distância reflecte nos ares maior esplendor, quando o sol bate com seus raios os elevados cumes.* O mesmo rio transporta nas águas aparas

do pesado estanho e traz até às muralhas de Tartesso o rico metal.

Em seguida, no lugar em que, pelo meio da terra, uma vasta região se afasta do mar salgado, habita a tribo dos Etmaneus. E daqui até às terras dos Cempsos estendem-se os campos férteis dos Ileates. Os Cilbicenos, por seu lado, possuem a zona marítima. *Um mar intermédio separa, como acima dissemos, a fortaleza de Géron e o promontório do Templo; e o golfo tartéssio fica entre cumes de escarpas. E junto ao cabo Géron que o largo rio deságua.* Em seguida ergue-se o monte dos Tartéssios, de espessos bosques. Vem depois a ilha Eritia, de campos extensos, outrora sob o domínio cartaginês, já que de início fora ocupada pelos colonos da antiga Cartago. A ilha encontra-se separada do continente por um mar intermédio de cinco estádios. Do lado da fortaleza de Gades em que o dia se põe, fica a ilha consagrada a Vénus Marinha, na qual existe um templo da deusa, um santuário subterrâneo e um oráculo.

Quando se vem desse monte, cujos bosques, como te disse, amedrontam, encontra-se espreado e suave litoral de areias, ao longo das quais os rios Besilo e Cilbo apressam seus cursos. Depois para ocidente o cabo Sacro ergue os soberbos rochedos. *Em outro tempo a Grécia chamou Herma a este lugar. Herma é, portanto, um baluarte de terra que, de um e outro lado, protege um lago interior. Outros, pelo contrário, designam-no por via de - Hércules, já que se conta ter o herói separado as águas, a fim de se dispor de um fácil caminho para o gado capturado. Muitos autores, por seu lado, referem que Herma esteve de início sob o domínio da Líbia, visto não ser Dionísio testemunha de desprezar quando informa que Tartesso se encontra nos confins da Líbia. Na orla da Europa eleva-se um promontório que indiquei receber dos naturais o nome de Sacro. Entre estes dois lugares corre um pequeno estreito. Chamado Herma ou caminho de Hércules, este lugar - diz Euctémon, natural da cidade de Anfípolis - não possui de longitude mais do que a extensão de cento e oito milhas e as terras encontram-se afastadas entre si umas três milhas. Aqui ficam as Colunas de Hércules que lemos serem consideradas o limite dos dois continentes. São elas um par de rochedos proeminentes, Abila e Calpe: este no solo da Hispânia e Ábila no dos Maurúsios. Os Cartagineses chamam em língua bárbara -- ou seja latina, como disse Plauto - Ábila a um monte elevado. Calpe, por seu lado, designa na Grécia uma espécie de vaso côncavo e arredondado. Em contrapartida, refere o ateniense Euctémon que não há rochedos nem se erguem cumes de um e outro lado. Recorda que*

entre a terra do país líbio e o litoral da Europa ficam duas ilhas e que essas é que são chamadas Colunas de Hércules. Informa que distam uma da outra trinta estádios, estão por toda a parte cobertas de bosques e são sempre inospitaleiras para os navegantes. Acrescenta, ainda, que nelas existem templos e altares de Hércules e que os barcos visitantes aportam, sacrificam ao deus e partem pressurosos, considerando sacrilégio permanecer nas ilhas. Conta que em volta e junto das ilhas, em grande extensão, o mar é bastante baixo, pelo que os barcos carregados não podem ir a esses lugares, devido à pouca fundura das águas e ao espesso lodo da costa. No entanto, se a vontade impele alguém fortemente a ir ao templo, apressa-se a levar o barco para a ilha de Luna, retira a carga da nau e assim, com a embarcação leve, desliza sobre as águas. O mar estuante que se estende entre as Colunas, segundo Damasto, apenas atinge sete estádios. Cílix de Carianda defende que o estreito que corre entre as Colunas apresenta tanta extensão como o Bósforo. Para além destas Colunas, do lado da Europa, os habitantes de Cartago possuíam outrora aldeias e cidades e tinham o costume de construir as naus com o fundo mais plano, para que o barco de corpo mais largo deslizesse rapidamente no mar pouco fundo. Na opinião de Himílcon, para ocidente destas Colunas, há um abismo sem fim, o pélagos alarga-se e alonga-se o mar. Ninguém visitou estes lugares, ninguém para essas águas levou os barcos, já que faltam no mar alto ventos que os empurrem e nenhum sopro de ar ajuda a embarcação. Além disso, visto a caligem vestir como um manto o céu, a névoa envolve sempre o abismo e no dia obscurecido persistem as nuvens. *Este é o Oceano que rugem em redor do vasto Orbe, este é o grande pélagos, este é o abismo que envolve as praias, este é o que irriga o mar interior, este é o pai do nosso mar. Curva-se, além disso, em numerosos golfos e a sua força penetra profundamente no nosso orbe. Vou mencionar-te os quatro maiores golfos. A primeira penetração do Oceano na terra é o golfo Hespérico e o mar Atlântico; em seguida a onda Hircana e o mar Cáspio; o mar Índico e a superfície do golfo Pérsico; o abismo arábica já sob o cálida Noto. Outrora um velho uso deu a este último o nome de Oceano; depois onda Hircana, mar Cáspio, cujo abismo se desdobra em vasto circuito e se alonga amplamente, sem contornos precisos.* Em boa parte dos casos, porém, o mar estende-se com tão pouca profundidade que quase só oculta as areias subjacentes. Densas, as algas elevam-se acima das águas e este charco impede as correntes. Grande número de monstros nada por todo o pélagos e um grande terror das feras habita os mares. Himílcon, o cartaginês, refere que em outro tempo observou e comprovou por si mesmo estes dados no Oceano. *E nós oferecemos-te estas informações há longo tempo publicadas nos anais dos Púnicos. Agora, de imediato, regressa a pena ao primitivo assunto. Como dizia, em frente da coluna da Líbia, eleva-se, portanto, uma outra no solo da Europa. Aí entra no mar alto o Criso, junto do qual, de um e de outro lado, habitam quatro povos. Neste lugar vivem os indomáveis Libifénícios e os Massienos; encontram-se os reinos*

dos Cilbicenos de férteis campos e os ricos Tartéssios, 425
 que se estendem até ao golfo Galáctico. Perto destes, 425
 encontrase logo o cabo Barbécio e o rio Málaga,
 com a cidade do mesmo nome, *que nos séculos*
anteriores se designava por Ménaca. Sob o domí-
 nio dos Tartéssios situa-se ali, frente à cidade, uma
 ilha consagrada pelos seus habitantes, em tempos 430
 passados, a Noctiluca. Na ilha há um pântano e
 um porto seguro. A cidade de Ménaca situava-se
 acima. No ponto em que a referida região se afasta
 do mar, emerge o elevado cume do monte Siluro.
 Aparece em seguida um vasto promontório que
 penetra profundamente no mar. *O pinheiro,* 435
outrora ali frequente, fez com que dele recebesse o nome em
língua grega. Até ao templo de Vénus e ao cabo
 do mesmo nome, o litoral recolhe-se e nas suas costas
 se ergueram em outros tempos numerosas cidades.
 Então dominavam estes lugares os Fenícios. *Agora* 440
a terra deserta estende inospitaleiras areias e, órfãos
de cultivo, os solos estão a monte e assim se conser-
vam. Do referido cabo de Vénus, vê-se ao longe
 o cabo Herma na costa líbica, *que mencionei antes.* 445
 Aqui o litoral mostra-se de novo *desabitado e de solo*
maltratado. Antes numerosas cidades se elevavam
neste sítio e muitos povos ocuparam os lugares. Então
 o porto de Namnácio, junto à fortaleza dos Mas- 450
 sienos, curva a partir do alto mar; na reentrância do
 golfo surge, em suas elevadas muralhas, a cidade
 Massiena. Em seguida, sobressai o cabo Trete,
 junto do qual fica a pequena ilha de Estrôngile.
 Depois, nos confins desta ilha, alarga a sua vasta 455
 superfície um imenso pântano. Nessa região
 arrasta-se o rio Teodoro - *não seja para ti motivo*
de pasmo que, neste lugar feroz e bárbaro, ouças um
apelido com som grego. Os Fenícios habitaram
 primitivamente estes lugares. A partir daqui, de 460
 novo as areias do litoral se espalham e três ilhas
 cingem a costa por longa distância. Aqui se
 situava outrora a fronteira dos Tartéssios e ficava a
 cidade de Herna. A tribo dos Gimnetes ocupou
 estes lugares *até ao leito do rio Sicano que os banha.*
Agora, abandonado e sem habitantes há muito, só 465
para si sonoro, flui o rio Alebo. Depois destas
 regiões, no meio das ondas, surge a ilha Gimnésia
 que aos indígenas deu o nome antigo. Mostram-se 470
 seguida as ilhas Pitiússas, apresenta-se o amplo dorso das Baleares.

A partir daqui até ao cabo Pirene, os Iberos
 estendem o seu domínio, estabelecidos numa grande
 extensão junto ao mar interior. Surge a sua pri-
 meira cidade, Ilerda. A partir daí, o litoral alonga-se

em areias estéreis. Situava-se aqui também a cidade 475
de Hemeroscópiion, outrora habitada. *Hoje a área,*
vazia de habitantes, é banhada por águas indolentes.
Ergue-se em seguida a cidade Sicana, assim chamada
pelos Íberos devido à proximidade do rio. Não 480
longe da bifurcação deste rio, o Tírio banha a cida-
dela de Tíris. No ponto em que a terra mais se
afasta do mar, a região estende o amplo dorso
coberto de bosques. Aí os Beríbraces, uma tribo
selvagem e feroz, vagueavam entre numerosos reba- 485
nhos de gado. Alimentavam-se rudemente de leite
e de queijo gordo e levavam uma vida semelhante à
dos animais selvagens. Depois o cabo Crabrásia
avança altaneiro e a nudez do litoral permanece até
aos confins de Onussa Querroneso. Nessa região 490
estende-se o pântano de Nacararos, nome que lhe
foi dado pela tradição. No meio dele surge uma
pequena ilha, rica em oliveiras e por isso consagrada
a Minerva. Nas proximidades existiram numero- 495
sas cidades, visto terem-se erguido aqui Hilactes,
Histra, Sarna e a nobre Tiricas. *É antigo o nome*
desta fortaleza e bem conhecida pelas praias do globo
as riquezas dos seus habitantes. Na verdade, além
da fertilidade da terra graças à qual o solo ali 500
menta o gado, a videira e os dons da loura Ceres -,
produtos estrangeiros são transportados pelo rio
Ibero. Perto, ergue a crista altaneira o monte
Sagrado; e o rio Óleo, atravessando os campos
próximos, corre entre os cumes de dois montes, já 505
que o monte Selo - *o nome antigo do outro monte* -
se ergue até às nuvens do céu. Junto dele ficava
em épocas anteriores a cidade de Lebedôncia. *Hoje*
a área, vazia de casas, é local de vagabundos e de covis 510
de feras. Depois estendem-se areias por longo espaço
no meio das quais existiu em tempos passados a cidade
de Saláuris e ficava outrora a primitiva Calípolis – a
famosa Calípolis que, devido à grande altura das 515
muralhas e aos altos telhados, se aproximava dos
céus e que, graças ao vasto âmbito da zona habitada,
de um e de outro lado tocava o mar sempre rico em
peixes. *Em seguida fica a cidade de Tarragona*
e o sítio ameno das ricas Barcelonas. Ali, de facto,
um porto abre os braços seguros e, sem cessar, a terra 520
é regada por águas doces. Surgem depois os rudes
Indigetes, um povo selvagem e indomável na caça,
que habitava em grutas. É então que o cabo
Celebântico alonga o dorso pelo mar salgado. 525
Da existência aqui, junto dele, da cidadela de Cípsela,
já só fala a tradição, visto que nenhuns vestígios da
primitiva cidade conserva a solo pedregoso. Abre-se

ali um porto em grande golfo; em ampla reentrância o mar penetra na terra, e após ela alonga-se o litoral indicético até ao vértice do promontório de Pirene. <i>Depois desse litoral que, como dissemos, se encontra inclinado para trás,</i> eleva-se o monte Malodes entre as ondas e aparecem dois rochedos que aproximam das nuvens os dois cumes. Entre eles fica um extenso porto cujas águas não estão expostas a quaisquer ventos. Assim, com rochedos colocados em frente, rodeiam toda esta extensão da costa os cumes dos penhascos e, entre as rochas, esconde-se o abismo imóvel, repousam as águas e o pélagos enclausurado mantém-se quieto. Depois surge o pântano de Tono na base dos montes e eleva-se o cabo da Rocha Tononita, através dos quais o sonoro rio Anisto rola as águas cheias de espuma e corta o mar com sua corrente. Tais acidentes estão junto das ondas e são zonas marítimas, mas as terras que se afastam do mar profundo estiveram outrora na posse dos duros Ceretes e Ausoceretes. Agora, com este mesmo nome, constituem uma tribo dos Iberos. Por fim, o povo dos Sordos habitava os locais inacessíveis e, estendendo-se até ao mar interior, passava os dias entre esconderijos de feras nas zonas em que se elevam os cumes dos Pirenéus cobertos de pinheiros, que cingem em grande extensão campos e mar. Nos confins da terra dos Sordos <i>afirma-se ter existido em outro tempo</i> a cidade de Pirene, de rico palácio. Aí vinham os habitantes de Massília frequentes vezes tratar dos seus negócios. A distância até Pirene, <i>partindo das Colunas de Hércules, do mar Atlântico e dos confins da costa zefírida,</i> ronda os sete dias em barco veloz. Depois do cabo Pireneu, ficam as areias do litoral cinético, que o rio Róscino sulca longamente. <i>Este é, como dissemos, o solo das terras sordicenas.</i> Aqui surge um amplo lago e um pântano que os indígenas denominaram Sordiceno. Para além das águas ruidosas do vasto lago - já que, devido ao longo âmbito da sua extensa costa, o agitam amiudadas vezes ventos destruidores, flui desse pântano o rio Sordo; Em seguida, a partir das bocas deste rio,	530
.....	535
.....	540
.....	545
.....	550
.....	555
.....	560
.....	565
.....	570
.....	575
.....	
.....	
Depois o litoral curva-se em um golfo feito pelo mar e, por seu próprio desgaste, a terra cava-se: batem mais largas as ondas e ergue-se uma grande massa de água. Nesse golfo situam-se três grandes ilhas e o mar espalha-se entre agrestes rochedos. Não longe deste, na terra escarpada, abre-se outro golfo	580

cuja água profunda envolve quatro ilhas, às *quais um uso antigo dava o nome de Piplas*. Em tempos passados, a tribo dos Elésices ocupava estes lugares e a cidade de Naro era a grande capital de um reino indomável. Aqui lança-se no mar salgado o rio Átago e fica próximo o pântano Helice. Em seguida encontrava-se Besara, *segundo uma tradição antiga*. Agora os rios Heledo e Órobo correm por campos desertos e por montes de ruínas, *indício da antiga prosperidade*. Não longe destes, o rio Tírio precipita-se no mar.

.....

O rolar das ondas nunca desperta e a calma de Alcione cobre sempre o mar. A ponta da escarpa prolonga-se desta região até ao promontório *que disse chamar-se Cândido*. Próxima fica a ilha de Blasco, cujo solo se ergue do mar com forma arredondada. No continente e entre os cumes dos cabos que entram pelo mar, de novo se estendem as planuras de solo arenoso e se espalham litorais ermos de habitantes. Prosseguindo, sobressai o monte Sécio, imponente na sua cidadela e coberto de pinheiros. O cume do Sécio, com a sua dilatada base, alonga-se até ao Tauro, *nome que os indígenas dão a um pântano* situado perto do rio Orano. O leito desse rio separa a terra dos Iberos dos rudes Ligures. Nesta zona fica situada a cidade de Poligio, bastante pequena e de escassa população. Depois a aldeia de Mansa, a fortaleza de Náustalo e a cidade da tribo dos Hesícos ficam sobranceiras ao mar.

.....

e na sua superfície se lança o rio Clássio.

Por sua vez a região ciménica afasta-se para longe do mar salgado, dilatando-se num solo amplo, oculta por pinheiros. *É origem do seu nome um monte que se ergue à seu lado*. As terras baixas restringe-as a corrente de Ródano que com suas águas banha a massa rochosa do monte. Os *Lígyres espalham-se até às ondas do mar interior, desde a cidadela seciena e a escarpa do monte rochoso*. Mas a situação reclama que te descreva com mais pormenor a corrente do Ródano. Procura desculpar, Probo amigo, as demoras da pena, já que vamos narrar a nascente do rio, o curso das águas incertas, os povos que as ondas desse rio banham, as vantagens que traz aos habitantes e as bifurcações das suas bocas. Do lado oriental, os Alpes erguem nos ares os cumes nevados e os

campos do solo gaulês são entrecortados por rochosos píncaros; ventos sempre impetuosos provocam tempestades. O rio nasce, jorrando com força e ímpeto, da boca do antro insaciável. Sulca a terra, navegável na origem, desde a primeira nascente das suas águas. Mas ao lado da escarpa que sobressai e está na origem do rio, *chamando-lhe os indígenas “Coluna do Sol”, visto a seu cume se elevar até às excelsas nuvens, a tão grande altura que a sol do meio-dia, devido à barreira do monte, não é risível, quando se aproxima dos confins do Setentrião para trazer de novo o dia. Já sabes que era do seguinte teor a opinião dos epicuristas: a sol não diminui no acaso, não mergulha em nenhum abismo, nunca se esconde, pelo contrário, percorre o mundo, seguindo a órbita oblíqua do céu a dar vida à terra e a alimentar coma sustento da luz todas as convexidades; a certas regiões,todavia, a alva rosto de Febo recusa-se.*

.....

.....

Quando o sol corta a órbita meridional, quando inclina a luz para o eixo atlântico, a fim de espalhar a seu fogo nos confins hiperbóreos e de se dirigir ao oriente aqueménida, dobra-se em movimento curvo para a outra parte do espaço e ultrapassa a meta; quando nega o seu brilho ao nosso olhar, cai do céu a negro noite e de súbito as escuras trevas cobrem a nossa zona. Mas nessa altura um dia claro ilumina aqueles que enregelam, expostos ao sopro do vento norte. Quando de novo a sombra da noite atinge o Norte, toda a nossa raça disfruta de um dia luminoso.

O rio, desde a sua nascente, corre pelo território dos Tilângios, dos Daliternos, pelas sementeiras dos Clailcos e pelos campos dos Laménicos – *vocábulos e pronúncia bastante desagradável que, da primeira vez, ferem o ouvido todos eles. Não devem contudo ser omitidos, devido ao seu interesse e à minha diligência.* O rio, depois, durante o seu curso, desliza em dez curvas. *Referem muitos que, em seguida, se introduz em uma grande lagoa - um vasto pântano que um antigo uso da Grécia chamou Ácion - , transportando as águas apressadas através da sua superfície. Saindo da lagoa e retomando de novo a forma de rio, precipitase depois nos abismos atlânticos, dirigindo-se para o nosso mar e para o ocidente; com as cinco bocas sulca as vastas areias. Ergue-se ali a cidade de Arelato, chamada Teline em época precedente, quando a habitavam os Gregos. Muitos motivos nos induziram a escrever longamente acerca do Ródano. Nunca, porém, se inclinará o meu*

espírito a defender que a Europa e a Líbia se encontram separadas por esse rio. Apesar de Fileu afirmar que esse era o pensamento antigo dos habitantes, tornou-se motivo de desprezo e de riso esta bárbara ignorância e recebeu o nome que lhe competia. A viagem de barco demora até aqui dois dias e duas noites. 695

A seguir fica a tribo dos Nearcos e a cidade de Bérgine, os impetuosos Sálies, a antiga fortaleza do pântano Mastrábala, um cabo de dorso elevado que os habitantes denominam Cecilístrio. Fica ainda a própria Massília, cuja situação é a seguinte: diante dela estende-se o litoral e abre-se entre as ondas uma estreita via banhada lateralmente pelo mar; as águas rodeiam a cidade e as ondas beijam a fortaleza e o palácio; a cidade, com seu extenso casario, forma quase uma ilha. Desse modo, o mar introduz braços na terra. Em outros tempos, no entanto, o diligente labor dos seus fundadores transformou com habilidade a forma dos lugares e a natureza do terreno. Se te agrada converter alguns destes nomes antigos a outros novos, 700

..... 705

..... 710

ANEXO B - ESTRABÃO – Geografia de Ibéria

[III, 1, 1] - Ora para nós que acabámos de traçar o primeiro esboço da geografia, é oportuno o relato sistemático acerca das características de cada território: na verdade, assim o apresentámos e parece que, até agora, o nosso plano de trabalho está correctamente esquematizado. Há portanto que começar de novo pela Europa e por aquelas suas regiões de onde antes também partimos, pelas mesmas razões. (p. 35)

[III, 1, 2] - A primeira região a considerar é a ocidental, como dissemos, ou seja, a Ibéria. A maior parte dela é escassamente habitada, pois numa grande extensão habita-se sobretudo montanhas, florestas e planícies de solo pobre e nem sequer irrigado de modo uniforme. E a região a norte, além da sua aspereza, é extremamente fria e vizinha do Oceano, tendo atraído a si o isolamento e a falta de relação com as demais, de forma que se distingue pelas más condições de habitabilidade. Estas partes, portanto, são assim; o sul, porém, é quase todo fértil, particularmente a região para lá das Colunas: mas isso ficará claro na abordagem de cada território; esboçaremos primeiro a configuração e as dimensões da Ibéria. (p. 35)

[III, 1, 3] - A Ibéria parece uma pele estendida, em comprimento, de oeste a este (com os seus membros dianteiros voltados para este), em largura, de norte para sul. Tem cerca de seis mil estádios de comprimento e de cinco mil na parte de maior largura, embora em alguns locais tenha muito menos de três mil estádios, particularmente junto aos Pirenéus, que delimitam o seu flanco oriental. De facto, uma cadeia montanhosa, que se estende de sul para norte, separa a Céltica da Ibéria; e sendo a Céltica e a Ibéria desiguais em largura, a parte mais estreita da largura de cada uma, do Nosso Mar [Mar Mediterrâneo] ao Oceano, é a que está mais próxima dos Pirenéus, de cada um dos seus lados, e que forma golfos, quer na margem do Oceano, quer na do Nosso Mar. Os Golfos Célticos - que também se designam Galácticos - são maiores, formando o istmo mais estreito do lado ibérico. Os Pirenéus delimitam pois o lado este da Ibéria e, por outra parte, o Nosso Mar, o sul, desde os Pirenéus até às Colunas, e daí em diante, o Mar Exterior, até ao Promontório chamado Sagrado. O terceiro é o lado oeste, mais ou menos paralelo aos Pirenéus, desde o Promontório Sagrado até ao Cabo dos Ártabros, ao qual chamam Nério; o quarto vai daqui até à extremidade norte dos Pirenéus. (p. 35-36)

[III, 1, 8] - Depois vem Menlária, que tem salgas de peixe, e a seguir a esta, a cidade e o rio Belona (daqui partem habitualmente as travessias para Tinge, na Maurúcia), e existem mercados e salgas (também Zélis era vizinha de Tinge, mas os Romanos transferiram-na para o lado oposto, tendo inclusive levado consigo alguns habitantes de Tinge. Enviaram ainda colonos seus e designaram a cidade como Iulia Izoa). Depois vem Gades [Cádiz], uma ilha separada da Turdetânia por um estreito braço de mar, a uma distância de Calpe de uns setecentos e cinquenta estádios (de uns oitocentos, segundo outros). Esta ilha não se diferencia em nada das demais, mas devido ao valor dos seus habitantes nas navegações e à amizade com os Romanos atingiu um tal desenvolvimento em todo o tipo de prosperidade que, embora situada numa região periférica da terra, é a mais famosa de todas. Mas falaremos sobre ela quando falarmos também sobre as restantes ilhas. (p. 40)

[III, 2, 1] - Assim, para o interior da margem do lado de cá do Anas, encontra-se a Turdetânia, que o rio Bétis atravessa. Delimita-a, a oeste e a norte, o rio Anas; a este, alguns Carpetanos e os Oretanos; a sul, aqueles dentre os Bastetanos que ocupam uma estreita faixa costeira entre Calpe e Gades, e a seguir o mar, até ao Anas (os Bastetanos que mencionei, contudo, pertencem também à Turdetânia, assim como os do lado de lá do Anas, e muitas outras das populações limítrofes). A dimensão deste território, em comprimento e largura, não é superior a dois mil estádios, mas as cidades são, em proporção, em grande número (de facto, há quem diga que são duzentas). As mais conhecidas são as que se erguem nas margens dos rios, dos estuários e do mar, devido à sua localização vantajosa. Mas as que mais cresceram pelo seu prestígio e poder foram Córdoba (fundação de Marcelo) e também a cidade dos Gaditanos: esta, graças às suas navegações e por se ter associado aos Romanos através de uma aliança; aquela, pela excelência e extensão do seu território e, em grande parte, por confinar com o rio Bétis. Habitaram-na desde início homens escolhidos de entre os Romanos e dos indígenas, e além disso foi esta a primeira colónia que os Romanos enviaram para estes lugares. Depois desta cidade e da dos Gaditanos, a notável Híspalis, também ela uma colónia dos Romanos, que agora permanece como mercado; pelo seu valor e por se terem estabelecido recentemente ali como colonos soldados de César, sobressai Bétis, embora não disponha de uma população ilustre. (p. 43)

[III, 2, 2] - Depois destas vêm Itálica e Ilipa, junto ao Bétis, Ástigis, a alguma distância, e também Carmo e Obulco, e ainda aquelas em que os filhos de Pompeio foram vencidos, Munda, Atégua, Urso, Túcis, Úlia e Égua, todas elas não longe de Córdoba. De certa forma, Munda tornou-se a capital desta região. Munda dista mil e quatrocentos estádios de Carteia, para onde fugiu Gneu depois de ser derrotado; em seguida, tendo navegado dali e desembarcado numa região montanhosa sobranceira ao mar, foi morto. O seu irmão Sexto, porém, que saiu com vida de Córdoba e combateu durante pouco tempo entre os Iberos, mais tarde sublevou a Sicília; depois, banido dali para a Ásia, foi capturado pelos soldados de António e perdeu a vida em Mileto. Entre os Célticos, Conistorgis é a cidade mais conhecida, mas nos estuários é Asta, na qual os Gaditanos se reúnem de preferência, situada a não muito mais de cem estádios do porto da ilha. (pp. 43-44)

[III, 2, 3] - Ao longo das suas margens, o Bétis é habitado por uma população numerosa e é navegável por perto de mil e duzentos estádios desde o mar até Córdoba e aos lugares situados um pouco para o interior. Na verdade, as zonas ribeirinhas e as ilhotas no curso do rio estão cuidadosamente cultivadas. Acresce a isto o encanto da paisagem, graças às propriedades embelezadas com pequenos bosques e com outras variedades de plantas. Até Híspalis, pois, a navegação faz-se em embarcações de tamanho considerável, por um número de estádios que não fica muito aquém dos quinhentos; em contrapartida, para as cidades mais para o interior, até Ilipa, em embarcações mais pequenas; e até Córdoba, em barcos fluviais (hoje de construção mais complexa, mas outrora canoas feitas de um só tronco). Para cima, na direcção de Castulo, o rio não é porém navegável. A norte, paralelas ao rio, estendem-se algumas cadeias de montanhas, mais próximas ou mais afastadas, repletas de minério (o mais abundante, no entanto, é a prata, nas regiões próximas de Ilipa e de Sisapão, quer da chamada Antiga, quer da Nova; e perto das chamadas Cotinas produz-se bronze e ouro em simultâneo). Assim, pois, estas montanhas encontram-se à esquerda para os que navegam rio acima; à direita, por sua vez,

estende-se uma vasta planície, elevada, fértil, com grandes árvores e abundante em pastagens. O Anas também é navegável, mas não para barcos tão grandes, nem por tamanha distância. Elevam-se igualmente sobre ele montanhas com minério, que se prolongam até ao Tejo. As regiões que têm minas são necessariamente rochosas e pouco férteis (tal como as que confinam com a Carpetânia e, ainda mais, com os Celtiberos); assim é também a Betúria, com planícies áridas que se estendem ao longo do Anas. (pp. 44-45)

[III, 2, 4] - Mas a própria Turdetânia é admiravelmente afortunada: como produz de tudo e em grande quantidade, duplica estas potencialidades com a exportação. De facto, o excedente dos seus produtos é facilmente vendido, graças à dimensão da sua frota comercial. Proporcionam-no os rios e os estuários que, como disse, são comparáveis aos rios e igualmente navegáveis desde o mar até às cidades no interior, não só para barcos pequenos, mas também para grandes. Na verdade, toda a região que fica para o interior da costa entre o Promontório Sagrado e as Colunas é na sua maior parte uma planície. Aí, em vários pontos, depressões avançam do mar para o interior, semelhantes a ravinas pouco profundas ou a leitos de rios, e estendem-se por muitos estádios. As subidas do mar durante as enchentes da maré inundam-nas de tal maneira que nelas se navega nada pior do que nos rios, mas até melhor, pois a navegação parece-se com as descidas fluviais, sem qualquer obstáculo, e ainda com o mar a ajudar, devido à enchente da maré, como se fosse o curso de um rio. As subidas do mar são maiores ali do que noutros lugares porque as águas, impelidas do alto mar para a passagem estreita que a Maurúsia forma com a Ibéria, encontram refluxos e precipitam-se para as partes da terra que lhe cedem facilmente. Na verdade, algumas destas depressões esvaziam-se durante as marés baixas; a outras, porém, a água não as abandona por completo; outras ainda confinam ilhas em si mesmas. Tais são os estuários situados entre o Promontório Sagrado e as Colunas que têm uma subida mais acentuada em comparação com outros sítios. Uma subida desta natureza proporciona também uma vantagem para as necessidades dos navegantes, pois torna os estuários mais numerosos e maiores - e, com frequência, navegáveis até oito estádios -, de forma que, de alguma maneira, deixa todo o território navegável e propício às exportações e importações de mercadorias. Mas tem também um inconveniente: de facto, as navegações nos rios, devido ao ímpeto da enchente da maré, que empurra com muita força em sentido contrário ao da corrente dos rios, causam um risco não pequeno para as embarcações, quer para as que descem em direcção ao mar, quer para as que sobem para o interior. Por outro lado, os refluxos nos estuários são perigosos, pois também eles aumentam na mesma proporção dos fluxos e, devido à sua rapidez, deixam muitas vezes o navio em seco. E os rebanhos que atravessavam para as ilhas diante dos estuários, na verdade, foram algumas vezes engolidos pelas águas; outras vezes, foram isolados e, coagidos, não tiveram força para regressar e pereceram (mas as vacas, segundo se diz, por terem já observado o que acontece, aguardam a retirada do mar e afastam-se então para terra firme). (pp. 45-46)

[III, 2, 5] - Depois de terem apreendido as características naturais destes lugares e que os estuários podiam prestar um serviço semelhante ao dos rios, os habitantes fundaram cidades poderosas e outras povoações nas suas margens, como nas dos rios. Entre elas estão Asta, Nabrisa, Ónoba, Ossónoba, Ménoba e outras mais. Acrescentam-se também canais que foram abertos em vários pontos, já que existe comércio que vem de muitos lugares e que vai para muitos lugares, quer a nível

interno, quer para o exterior. E as confluências das águas contribuem de igual modo muito para as navegações, quando as enchentes da maré se derramam sobre os istmos que separam os canais e os tornam navegáveis, de forma que os bens podem ser transportados dos rios para os estuários e destes para aqueles. Todo o comércio marítimo se dirige para Itália e para Roma, com uma boa navegação até às Colunas - excepto se alguma dificuldade surge nas proximidades do Estreito - e na zona mais aberta do Nosso Mar. Com efeito, os percursos cumprem-se através de um clima sereno, sobretudo ao navegar-se em alto mar: e isso é vantajoso para os barcos comerciais. Além disso, os ventos do alto mar sopram com regularidade. E reina agora a paz, depois de liquidados os piratas, de modo que existem todas as facilidades para os navegantes. Posidónio diz porém que observou algo peculiar na sua viagem de regresso da Ibéria: o facto de, naquela parte do mar até ao Golfo Sardo, os ventos de este soprarem como etésios; por isso aportou com dificuldade a Itália ao fim de três meses, após ter sido sacudido quer para as Ilhas Gimnésias, quer para a Sardenha, quer para outras partes da Líbia em frente a estas. (pp. 46-47)

[III, 2, 6] - Exporta-se da Turdetânia cereal e vinho em quantidade, bem como azeite, não só em quantidade, mas também da melhor qualidade. Exporta-se igualmente cera, mel e resina, quermes em quantidade e um vermelhão de qualidade não inferior ao da terra de Sinope. Além disso, os estaleiros produzem ali mesmo, a partir de madeira autóctone; e existem entre eles minas de sal e não poucas correntes de rios salobres, nem pouca é a salga de peixe, não apenas local, mas também de todo o outro litoral para lá das Colunas, não inferior à salga do Ponto. Dantes, contudo, vinha tecido em quantidade, mas agora lãs, sobretudo as negras cor de corvo: e é insuperável a sua beleza (compram-se os carneiros para a reprodução pelo menos por um talento). Insuperáveis também os tecidos delicados como os que os Salcietas fabricam. Há ainda uma grande abundância de gado de todas as espécies e de caça, mas escassez de animais nocivos, salvo os coelhos que perfuram o solo, a que alguns chamam 'leberides', pois estragam plantas e sementes ao alimentarem-se das raízes. E isto acontece por quase toda a Ibéria, estende-se ainda até Massília e molesta também as ilhas (diz-se até que os habitantes das Gimnésias enviaram um dia uma embaixada aos Romanos com um pedido de terras, pois haviam sido expulsos das suas por estes animais, já que não podiam oferecer-lhes resistência devido ao seu grande número. E de facto, para tamanho combate, que nem sempre acontece, um flagelo destruidor, como de serpentes e ratos dos campos, haveria talvez necessidade de tão grande auxílio; mas para uma situação comum, foram encontradas diversas formas de caçar. Com efeito, criam de propósito furões que a Líbia produz, os quais, depois de açaimados, soltam para as tocas: estes, com as garras, arrastam para fora os que tiverem agarrado, ou obrigam-nos a fugir para a luz do dia, e que estão de vigia caçam-nos quando saem). Quanto à abundância das exportações da Turdetânia, evidencia-a o tamanho e a quantidade dos seus barcos: de facto, os seus enormes navios de comércio viajam por mar para Dicearquia e para a Óstia [porto de Roma] e, pelo seu número, equivalem-se mais ou menos aos dos Líbios [...] . (pp. 47-48)

[III, 2, 7] - Embora o interior seja tão rico na Turdetânia, também se encontrará na costa uma rival, graças aos bens do mar. Na verdade, todas as variedades de ostras e de outros animais revestidos de conchas se distinguem em geral, em quantidade e tamanho, em todo o Mar Exterior, mas ali particularmente, porquanto as marés cheias e baixas são maiores nessa zona, as quais, como é natural, devido ao exercício que proporcionam, são responsáveis tanto pelo seu número como pelo seu tamanho. O

mesmo acontece também com todos os cetáceos, narvais, baleias e cachalotes, que, ao respirarem, tornam visível a quem observa de longe a imagem de uma coluna nebulosa. E os congros parecem monstros, ao excederem muito os nossos em tamanho, assim como as moreias e muitos outros peixes do género (diz-se que em Carteia há búzios e búzios-fêmea de dez cótilos e que nos lugares mais exteriores a moreia e o congro pesam mais de oitenta minas, o polvo um talento e que as lulaspequenas e espécies afins medem dois codos). E sobrevém também a esta zona muito atum da outra parte da costa exterior, gordo e volumoso. Alimenta-se de bolota de um carvalho que se dá no fundo do mar, de uma espécie rasteira, mas que produz um fruto muito succulento. Dá-se também muito em terra firme na Ibéria, com raízes grandes como as de um carvalho na maturidade, mas que cresce menos do que um arbusto de pequenas dimensões. Produz de tal forma fruto, porém, que, depois do seu amadurecimento, a costa, tanto para cá como para lá das Colunas, fica coberta de bolota que as marés arrastam. A da costa para cá das Colunas, contudo, é sempre mais pequena e encontra-se em maior quantidade. Políbio afirma que esta bolota chega mesmo até à costa latina, “a não ser” – diz -, “que a Sardenha e a terra vizinha a produzam também”. E os atuns, quanto mais se aproximam das Colunas, vindos do exterior, mais emagrecem por falta de alimento. Este animal é como um porco do mar, pois regala-se com a bolota e engorda acima de tudo com ela, e se há abundância de bolota, há também abundância de atuns. (pp. 48-49)

[III, 2, 8] - No entanto, embora a dita região seja dotada de tantos bens, não é desvantagem, mas pelo contrário, vantagem a aplaudir e a admirar a sua generosidade natural em minério. Na verdade, todo o território dos Iberos está repleto deste recurso, ainda que nem todo seja tão fértil e próspero, sobretudo o que abunda em minério. É raro que uma região seja afortunada em ambos os recursos; e também é raro que a mesma região seja copiosa em todo o tipo de minério numa área reduzida. Em relação à Turdetânia, porém, e à região confinante, deixam sem qualquer palavra adequada quem pretende louvar a sua excelência nesta matéria. De facto, nem ouro, nem prata, nem cobre, nem ferro se encontraram até agora em alguma parte da terra que se produzam em tão grande quantidade ou com tamanha qualidade. E o ouro não se extrai só das minas, mas também se draga. Com efeito, os rios e as torrentes arrastam a areia aurífera que existe em muitos lugares, mesmo nos sítios desprovidos de água; nestes, porém, é invisível, enquanto nos locais alagados o pó do ouro reluz. Todavia, ao inundarem também os lugares secos com água que transportam, tornam o pó brilhante; e escavando poços e concebendo outras técnicas, removem o ouro da areia por lavagem. E mais numerosas do que as minas são, na actualidade, as chamadas “lavandarias de ouro” (os Gauleses consideram o minério próximo do seu, quer o do Monte Cemenos, quer o que se encontra no sopé dos próprios Pireneús, mas na verdade o minério daqui tem mais fama). E diz-se que na poeira do ouro se encontram também algumas vezes pepitas de meia libra, a que chamam palae, que apenas necessitam de um pequeno tratamento. Diz-se ainda que, quando as pedras se partem, encontram-se pepitas mais pequenas, semelhantes a mamilos; e que, do ouro fundido e tratado com uma terra de alúmen, se forma como composto o electrum; e que ao fundir este de novo, como contém uma mistura de prata e de ouro, a prata se consome mas o ouro permanece, pois a liga é fácil de fundir e dura como uma pedra (por isso, também, o ouro funde-se melhor com fogo de palha, porque a chama, como é suave, é adequada a uma substância que cede e se funde com facilidade; o carvão, pelo contrário, consome uma grande quantidade, fundindo-a em demasia devido à sua intensidade, e evaporando-a). Nas correntes, draga-se e lava-se ali

perto, em tinas, ou escava-se um poço e lava-se a terra extraída. Os fornos de fundir a prata constroem-se elevados, de modo a que a fuligem das pepitas se escape para o ar, pois é pesada e nociva. Algumas das minas de cobre são designadas como “minas de ouro”, do que se depreende que antes se extraía delas ouro. (pp. 49-50)

[III, 2, 9] - Posidónio, ao louvar a quantidade do minério e a sua excelência, não se abstém da sua retórica habitual, mas entusiasma-se em vez disso com as hipérboles. Na verdade, afirma que não põe em dúvida a história de que um dia, quando as florestas arderam, a terra, posto que composta de prata e de ouro, ferveu à superfície, por isso toda a montanha e toda a colina são matéria passível de cunhagem, amontoada por uma sorte pródiga. E em geral – continua –, qualquer um que tenha visto esses lugares poderia concluir que são tesouros eternos da natureza ou banca inesgotável de um império. De facto, acrescenta, não só era rico o solo, como rico era também o subsolo, e entre os Turdetanos, na verdade, o mundo subterrâneo, não o habita Hades, mas Plutão. Assim, pois, com belas figuras se exprimiu Posidónio acerca deste assunto, como se também ele se servisse de boa parte do seu discurso retirado de uma mina. E ao descrever o zelo dos mineiros, cita a afirmação de Demétrio de Faleros, porque este diz, a propósito das minas de prata da Ática, que os homens cavavam tão intensamente que esperariam extrair o próprio Plutão. Mostra assim que o esforço e o empenho dos Turdetanos são semelhantes quando escavam galerias tortuosas e profundas e desviam com as conchas egípcias todas as correntes que nelas encontram com frequência. No entanto, nota que o processo não é o mesmo para estes e para os da Ática; na verdade, para estes, a mina era semelhante a um enigma, pois “aquilo que retiravam, não o tomavam; aquilo que tinham, desperdiçavam-no”. Para os Turdetanos, contudo, é extraordinariamente vantajosa: por um lado, para os que trabalham o cobre, extraem da terra uma quarta parte de cobre puro, enquanto para alguns dos que exploram a prata a título privado, em três dias é possível extrair um talento eubeu. Afirma ainda que o estanho não se encontra à superfície, como os historiadores repetem continuamente, mas que é escavado e produzido entre os bárbaros situados para lá dos Lusitanos e nas Ilhas Cassitérides e é transportado das Ilhas Britânicas para Massília. Mas entre os Ártabros, continua, que são os povos do extremo da Lusitânia, a norte e a ocidente, a terra floresce com prata, estanho e ouro branco (pois é misturado com prata); e a essa terra, os rios arrastam-na; as mulheres, depois de a removerem com as pás, lavam-na em peneiras entrelaçadas [...]. Foi isto, portanto, o que Posidónio disse acerca da exploração do minério. (pp. 50-52)

[III, 2, 10] - Políbio, por seu turno, ao recordar as minas de prata de Nova Cartago, diz que são muito grandes, que distam da cidade uns vinte estádios, que compreendem um circuito de quatrocentos estádios, onde se mantinham quarenta mil trabalhadores que proporcionavam nessa época ao povo romano vinte e cinco mil dracmas por dia. Todavia, em relação ao processo de exploração, deixo de lado o resto (pois é longo), excepto que ele conta que a pepita de prata arrastada pelas correntes é esmagada e filtrada na água em peneiras; os resíduos são de novo esmagados e, depois de filtrados nas águas correntes, são de novo esmagados. E fundido o quinto resíduo, depois de filtrado o chumbo, obtém-se a prata pura. As minas de prata existem ainda na actualidade, embora não pertençam ao Estado – na realidade, nem ali, nem noutros lugares -, mas passaram para mãos privadas. A maior parte das minas de ouro, ao contrário, é património do Estado. Em Castulo e noutros lugares, há um tipo específico

de exploração mineira do chumbo; este tem misturada uma pequena quantidade de prata, de modo que não seria vantajoso purificá-la. (p. 52)

[III, 2, 11] - Não muito longe de Castulo está também a montanha a partir da qual se diz que o Bétis corre, chamada Argêntea devido às minas de prata que nela se encontram. Políbio, porém, afirma que tanto o Anas como aquele nascem na Celtibéria, ainda que distem um do outro uns novecentos estádios - de facto, os Celtiberos, depois de terem aumentado o seu poder, fizeram com que toda a região vizinha recebesse deles o nome. Parece, por outro lado, que os antigos chamavam Tartesso ao Bétis e Eriteia a Gades e às ilhas vizinhas; por isso se crê que Estesícoro terá falado deste modo do pastor Gérion, que teria nascido “quase em frente à ilustre Eriteia, junto às fontes inesgotáveis do rio Tartesso de raiz argêntea, numa caverna nas rochas”. Como o rio tem duas embocaduras, diz-se que, no espaço entre ambas, se estabelecera anteriormente uma cidade a que chamavam Tartesso, homónima do rio, e ao território, Tartésside, o qual os Túrdulos ocupam na actualidade. Mais: Eratóstenes afirma que à região contígua a Calpe se chama Tartésside, e a Eriteia, a Ilha Afortunada. Contradi-lo Artemidoro, com o argumento de que esta afirmação está errada, e também que de Gades ao Promontório Sagrado distam cinco dias de navegação – não sendo mais do que mil e setecentos estádios -, e que as marés terminam neste Promontório, em vez de ocorrerem ao redor de toda a terra habitada, e que as partes setentrionais da Ibéria proporcionam um acesso mais fácil em direcção à Céltica do que a quem navega pelo Oceano, e, de facto, quantas outras afirmações fez confiadas em Píteas, por jactância. (pp. 52-53)

[III, 2, 12] - O poeta, por seu turno, que é alguém de muitas vozes e de muitos conhecimentos, dá indício de que não é desconhecedor destes lugares, se se quiser argumentar correctamente a partir de dois tipos de afirmações, das menos fidedignas sobre estas regiões e das mais fidedignas e credíveis. Por um lado, as menos fidedignas: por exemplo, que esta terra tinha fama de ser a última a ocidente, onde, como ele próprio diz, “a radiosa luminescência do Sol caiu no Oceano, / arrastando a negra noite por cima da terra dadora de cereais”. É evidente que a noite é de mau agouro e próxima do Hades, e o Hades do Tártaro. Poder-se-ia supor que o poeta, ouvindo falar de Tartesso, teria denominado a partir daí o Tártaro, a última das regiões subterrâneas, e que teria ainda acrescentado um elemento mítico para salvaguardar o tom poético. De igual modo, sabendo que os Cimérios habitavam em zonas boreais e sombrias junto ao Bósforo, situou-os perto do Hades (talvez também em conformidade com um ódio comum dos Iónios a esse povo, pois diz-se que foi no tempo de Homero ou um pouco antes dele que a invasão dos Cimérios alcançou a Eólia e a Iónia). E criou também as Planctas à semelhança das Ciâneas, desenvolvendo os mitos a partir de alguns relatos históricos (na verdade, conta que existem uns escolhos perigosos, como dizem que são as Ciâneas- pelo que são chamadas também Simplégades -, e por isso situou a expedição de Jasão a navegar através delas. E o estreito das Colunas e o da Sicília sugeriram-lhe o mito sobre as Planctas). Assim, em relação às afirmações menos fidedignas, poder-se-ia aludir, a partir da sua criação mítica do Tártaro, à memória das regiões em redor de Tartesso. (p. 54-55)

[III, 2, 13] - E agora, o que diz respeito às mais fidedignas de entre essas afirmações: a expedição de Hércules, que se estendeu até estas paragens, e a dos Fenícios inspiraram-lhe uma certa riqueza e indolência das suas gentes, pois estas tornaram-se

tão completamente submissas aos Fenícios que a maior parte das cidades da Turdetânia e das regiões vizinhas são hoje habitadas por aqueles. E a expedição de Ulisses, ao que me parece, por ter sido realizada também até aqui e por ter sido investigada por Homero, serviu-lhe de pretexto para, quer em relação à Odisseia, quer à Ilíada, a partir do que realmente aconteceu, transformá-lo em poesia e na criação mítica habitual nos poetas. Na verdade, não só as regiões de Itália, da Sicília e algumas outras registam sinais disso, como também na Ibéria pode ver-se uma cidade chamada Odisseia, um templo de Atena e ainda mil vestígios daquelas errâncias de Ulisses e de outros acontecimentos a partir da guerra de Tróia que causaram dano por igual aos que foram atacados e aos que tomaram Tróia (de facto, deu-se o caso de estes terem obtido uma vitória à Cadmo, ao serem destruídas as casas e tendo cabido a cada um pequeno despojo); sucedeu aos que sobreviveram que, depois de terem escapado dos perigos, se dedicaram à pirataria, como também os Gregos, uns por terem sido saqueados, os outros por vergonha, por cada um presumir que “é vergonhoso demorarmo-nos para regressarmos sem nada” de novo a casa. Foram ainda transmitidas as errâncias de Eneias, de Antenor e as dos Énetos; do mesmo modo, também as de Diomedes, Menelau, Ulisses e as de outros mais. O poeta, portanto, informado sobre tantas expedições até aos confins da Ibéria e conhecendo também a sua riqueza e as demais qualidades - pois os Fenícios haviam-no revelado, imaginou ali a morada dos piedosos e os Campos Elísios, onde Proteu diz que Menelau haveria de habitar: “para os Campos Elísios nos confins da terra/ os imortais te levarão, para lá onde vive o loiro Radamanto/ e a vida para os homens é da maior suavidade./ Não há neve, nem grandes tempestades nem sequer chuva,/ mas o Oceano faz soprar as brisas do Zéfiro guinchante/ para trazer aos homens o deleite da frescura”. E de facto, a pureza do ar e a doçura da brisa do Zéfiro são características desta região, por ser ocidental e quente e por se encontrar nos confins da terra, onde dizemos que o mito situa também o Hades. O citado Radamanto evoca o lugar próximo de Minos, sobre o qual diz: “foi então que vi Minos, o filho glorioso de Zeus, com o ceptro/ dourado na mão, a julgar os mortos”. E os poetas posteriores compõem versões próximas: a expedição até às vacas de Gérion e, de igual modo, até às maçãs de ouro das Hespérides, designando inclusivamente algumas ilhas como “dos Bem-Aventurados”, ilhas essas que, como sabemos, ainda se vêem na actualidade não muito longe dos promontórios da Maurúsia, que ficam em frente a Gades. (pp. 55-57)

[III, 2, 14] - Os Fenícios, como digo, foram os informadores; e, de facto, eles ocuparam a melhor parte da Ibéria e da Líbia antes da época de Homero e continuaram a ser senhores destes lugares até os Romanos terem destruído o seu domínio. E sobre a riqueza da Ibéria, há também estes testemunhos: os Cartagineses, ao fazerem uma expedição militar com o Barca, apanharam as gentes da Turdetânia, segundo dizem os historiadores, a utilizar manjedouras de prata e jarros. E poderia pensar-se que é à sua grande prosperidade que os homens dali, e sobretudo os seus chefes, devem a fama de Macraionas e que por isso Anacreonte teria dito o seguinte: “Eu não queria a cornucópia de Amalteia, nem século e meio ser rei de Tartessos”, e ainda que Heródoto registara o nome do rei, chamando-lhe Argantónio (de facto, poder-se-á interpretar as palavras de Anacreonte assim - de um modo literal -, ou de uma forma mais geral, assim: ser rei de Tartesso durante muito tempo). Alguns, porém, chamam Tartesso à actual Carteia. (p. 57)

[III, 2, 15] - A prosperidade da região veio acompanhada para os Turdetanos do progresso civilizacional e político, e também para os Célticos, devido à sua vizinhança - segundo diz Políbio, por causa do parentesco -, mas para estes em menor escala (pois a maior parte deles continua a viver em aldeias). Contudo, os Turdetanos, e sobretudo os que vivem em redor do Bétis, adoptaram por inteiro o estilo de vida dos Romanos, nem sequer se recordando já da sua própria língua. Na sua maioria, tornaram-se Latinos e receberam Romanos como colonos, de modo que pouco falta para serem todos Romanos. E as cidades agora povoadas de forma mista, Pax Augusta entre os Célticos, Augusta Emerita entre os Túrdulos, Caesaraugusta na região dos Celtiberos e algumas outras colónias evidenciam a transformação das mencionadas formas de vida cívica. E todos os Iberos que adoptaram este modelo são denominados togati (entre eles estão também os Celtiberos, que outrora eram considerados como os mais selvagens de todos). É isto o que há a dizer sobre os Turdetanos. (p. 57-58)

ANEXO C - HERÓDOTO - Historias

[I, 0] Ao escrever a sua Historia, Heródoto de Halicarnasso teve em mira evitar que os vestígios das ações praticadas pelos homens se apagassem com o tempo e que as grandes e maravilhosas explorações dos Gregos, assim como as dos bárbaros, permanecessem ignoradas [...]. (p. 31)

[I, 162] - Hárpago sucedeu-o no comando do exército. Era meda de nascimento, como Mazarés, e, por causa de uma refeição abominável que lhe oferecera Astíages, auxiliara Ciro a apoderar-se do trono da Média. Logo que Ciro o nomeou general, passou ele para a Lônia e tomou as cidades por meio de entricamentos: assim que encurralava os habitantes por detrás das barreiras, reduzia estas últimas, erguendo terraços ao nível das muralhas. Foceia foi a primeira cidade conquistada. (p. 74)

[I, 163] - Foram os Fócios os primeiros entre os Gregos a empreender longas viagens marítimas e a conhecer o mar Adriático, a Tirrênia, a Ibéria e Tartesso. Não se serviam de embarcações redondas, mas de navios de cinquenta remos. Tendo chegado a Tartesso, caíram nas graças de Argantônio, rei dos Tartéssios e que governou durante oitenta anos, tendo vivido cem anos. Souberam, de certo, fazer-se estimar por esse soberano, que lhes aconselhou a deixar a Lônia e a se estabelecerem na região do Tartesso que mais lhes conviesse; mas não conseguindo persuadi-los e tendo sabido por eles que as forças de Cresos aumentavam cada vez mais, deu-lhes certa soma de dinheiro para cercarem sua cidade de muralhas. Essa quantia devia ser considerável, pois eles ergueram um círculo de muralhas de grande amplitude, todas de pedras enormes e agregadas com arte. (p. 74-75)

[I, 164] - Aproximando-se dessa praça, Hárpago estabeleceu o cerco, mandando dizer, ao mesmo tempo, aos Fócios, que ficaria satisfeito se eles demolissem apenas uma de suas ameias e consagrassem uma casa. Como não podiam suportar a escravidão, os Fócios pediram um dia para deliberar sobre a proposta, comprometendo-se, depois disso, a dar sua resposta. Pediram-lhe também para retirar as tropas da frente das muralhas enquanto se mantinham em conselho. Hárpago respondeu-lhes que, embora não ignorasse suas intenções, nada faria para impedi-los de deliberar. Enquanto o meda retirava suas tropas, os Fócios lançaram seus navios ao mar, neles colocando as esposas, os filhos, os móveis e, além do mais, as estátuas e as oferendas que se achavam no templo, exceto quadros e as obras de bronze e de pedra. Depois de transportarem tudo para os navios, embarcaram e abriram velas para Quios. Os Persas, encontrando a cidade abandonada, dela se apoderaram. (p. 75)

[I, 165] - Vendo que os habitantes de Quios não queriam vender-lhes as ilhas Enussas co receio de que lhes prejudicassem o comércio, os Fócios retirantes rumaram para Cirne, onde vinte anos antes haviam construído a cidade Alalia em obediência a um oráculo. Aliás, Argantônio tinha morrido nesse intervalo. Antes porém de aportarem a Cirne, retornaram a Foceia, massacrando a guarnição deixada por Hárpago. Dirigindo, em seguida, as mais terríveis imprecações contra os que se haviam separado da frota, atiraram ao mar um pedaço de ferro em brasa, formulando o juramento de não retornarem jamais a Foceia enquanto o pedaço de ferro não voltasse à tona. Todavia,

quando se achavam a caminho para Cirne, mais da metade deles, com saudades da pátria e dos velhos lares, violou o juramento e regressou a Focea. Os outros, mais religiosos, continuaram a rota, deixando pra trás as ilhas Enussas. (p. 75)

[II, 23] - Os que atribuem ao Oceano a causa do extravasamento do Nilo recorrem a uma fábula obscura e não merecem ser refutados. Por mim não conheço rio algum a que se possa denominar Oceano, e penso que Homero ou algum outro poeta mais antigo, tendo inventado esse nome, o introduziu na poesia. (p. 95)

[II, 53] Durante muito tempo ignorou-se a origem de cada deus, sua forma e natureza, e se todos eles existiram. Homero e Hesíodo, que viveram quatrocentos anos antes de mim, foram os primeiros a descrever em versos a teogonia, a aludir aos sobrenomes dos deuses, ao seu culto e funções e a traçar-lhes o retrato. Os outros poetas que dizem tê-los precedido, não existiram, na minha opinião, senão depois deles. Sobre o que acabo de relatar, uma parte colhi com as sacerdotisas de Dodona; mas no que concerne a Hesíodo e Homero, os dois grandes poetas a que acima faço referência, nada mais faço do que emitir minha opinião pessoal. (p. 103)

[II, 26] - Quanto às tropas enviadas contra os Amônios, conta-se que, partindo de Tebas acompanhadas de guias, atingiram Oásis, cidade habitada pelos Sâmios, pertencentes, segundo dizem, à tribo escrioniana. Oásis, que em grego denomina-se ilha dos Bem-Aventurados, dista sete dias de Tebas, e ela pode-se ir por um caminho arenoso. Embora se afirme que as tropas persas foram até lá, ninguém sabe o que lhes aconteceu em seguida, a não ser os próprios Amônios e os que por eles foram informados. O que é certo é que elas não chegaram ao seu ponto de destino, nem regressaram ao Egito. Dizem os Amônios que essas tropas, tendo partido de Oásis, já se encontravam quase na metade do caminho para seu país quando foram surpreendidas, durante o repasto, por uma tempestade de areia, que os sepultou a todos. (p. 149)

[IV, 8] - É isso o que dizem os Citas [Celtas] com relação a si próprios e ao seu país. Todavia, os Gregos que habitam o litoral do Ponto Euxino [Mar Negro] dizem que Hércules, conduzindo as boiadas de Gérion chegou ao país hoje ocupado pelos Citas e então deserto. Gérion morava além do ponto Euxino, numa ilha denominada Eritia pelos gregos e situada perto de Gades [Gadir ou Cádiz], no Oceano adiante das colunas de Hércules. Acreditam esses gregos que o oceano começa a leste e envolve a terra com suas águas; mas nenhuma prova apresentam em apoio a tal crença. [...] (p. 191)

[IV, 152] - Como seus companheiros ficassem ausentes mais tempo do que o combinado, Coróbio viu-se a braços com a falta de víveres. Por um feliz acaso, um navio de Samos, que seguia com destino ao Egito, e cujo comandante se chamava Cóleo, escalou na ilha. Coróbio expôs aos tripulantes a sua situação, e estes, condoídos, forneceram-lhe víveres para um ano, abrindo novamente velas em direção ao Egito, aproveitando um vento de leste. Sempre ao sabor do vento, esses homens passaram as Colunas de Hércules e chegaram a Tartesso como guiados por algum deus. Como este porto ainda não tinha sido visitado por um navio mercante estrangeiro, obtiveram grande lucro com a venda de suas mercadorias. Satisfeitos com o negócio, reservaram seis talentos [cerca de 155 kg], a décima parte dos lucros obtidos, e mandaram fazer um vaso de bronze do formato de uma cratera, com

cabeças de abutres em torno, oferecendo-o ao templo de Juno, onde ainda hoje se mantém sustentado por três colossos de bronze de sete côvados de altura [cerca de 3 metros]. [...] (p. 225)

[IV, 196] - Dizem os Cartagineses existir, além das Colunas de Hércules, um país habitado, onde costumam ir comerciar. Quando ali chegam, retiram as mercadorias dos navios e colocam-nas ao longo da praia, voltando, em seguida, para bordo, onde, para atrair a atenção dos habitantes, fazem fumaça em grande quantidade. Os naturais do país, percebendo a fumaça, dirigem-se para a praia e ali depositam uma quantidade de ouro que consideram correspondente ao valor das mercadorias, afastando-se. Os cartagineses desembarcam novamente, examinam a quantidade do precioso metal ali deixada e, se julgarem razoável, apanham-na e retiram-se. Se, porém, a julgarem insuficiente, retornam aos navios, onde permanecem tranquilos, na expectativa. Os nativos voltam ao local e acrescentam mais alguma coisa, esperando que com isso os Cartagineses se dêem por satisfeitos. As duas partes jamais procuram ludibriar uma à outra. Os cartagineses não tocam no ouro senão quando ele corresponde ao valor das mercadorias; e os nativos só se apoderam das mercadorias quando os Cartagineses se apoderam do ouro.

ANEXO D - HESÍODO - Teogonia

[126 - 131] Geia primeiro engendrou o estrelado Urano. Ela o fez semelhante a si mesma, para cobri-la e envolvê-la por todos os lados, tornando-a assim um lugar seguro para os deuses ventruosos. Gerou também as altas **Montanhas**, belas moradas para as Ninfas, deusas que habitam entre o arvoredo das encostas. E sem a desejada união de amor, ela também gerou as infecundas superfícies de Pontos, agitadas por impetuosas ondas. (p. 30)

GERIÃO - [287 - 294] Crisaor uniu-se a Calíroe, filha do glorioso Oceano, e engendrou Gerião, de três cabeças. Em Eriteia, cercada pelas águas do mar, Gerião foi morto pelo forte Hércules, junto aos seus bois de passo lento. Após **cruzar extensas águas**, Hércules eliminou o cão Orto e também Euritião, o vaqueiro, no dia em que levaria os bois de larga testa dos estábulos nevoentos até a sagrada Tirinto, além do magnífico Oceano. (p. 36)

LIMITES - [306 - 312] Dizem que o terrível Tifão, arrogante e sem lei, uniu-se amorosamente à virgem de olhos vivazes. Fecundada, ela concebeu filhos de ânimo cruel. Primeiro gerou Orto, o mastim de Gerião. Depois, engendrou um monstro invencível, que não se deve nomear: Cérbero, o cão do **Hades**, de brônzea voz, carnívoro cruel, poderoso e inexorável, com suas cinquenta cabeças. (p. 37)

GERIÃO 2 - [979 - 983] - Calíroe, filha de Oceano, uniu-se ao intrépido Crisaor - por meio do amor da muito adorada Afrodite - e gerou um filho, o mais forte de todos os mortais - Gerião - , a quem o vigoroso Hércules matou por causa dos bois de passos ondulantes, em Eriteia cercada pelo mar. (p. 60)

ANEXO E - HESÍODO – Trabalhos e Dias

[109-120] Antes de tudo, os imortais que habitam as moradas olímpicas criaram **de ouro** a raça dos homens mortais. Esse homens, do tempo em que Crono reinava no céu, viviam como deuses, sem preocupações em seu íntimo, longe dos infortúnios e dos sofrimentos. Não lhes pesava a terrível velhice e, com a mesma força nos pés e nas mãos, livres de todos os males, deleitavam-se em festins. Morriam como se tomados pelo sono e desfrutavam da totalidade dos bens. A **fecunda terra**, generosamente, por si mesma produzia frutos em abundância, e eles, contentes e em paz, nutriam-se de suas copiosas dádivas: eram ricos em rebanhos e amados pelos deuses bem-aventurados. (p. 69)

[121-126] Depois que a terra cobriu essa geração, pela vontade divina ele se tornaram benéficas divindades (**daimons**) terrenas, guardiãs dos homens mortais, por desígnios do poderoso Zeus. Vestidos de névoa eles vagam por todos os lugares da terra, distribuindo riquezas, uma vez que a sua honra foi a mesma dos reis. (p. 70)

[127 - 142] Então os que habitam as moradas olímpicas criaram uma segunda raça, muito inferior, **de prata**, que em nada se assemelhava à de ouro, nem no aspecto, nem nos gestos. Durante cem anos os filhos permaneciam ao lado da mãe protetora e se desenvolviam brincando infantilmente em sua casa. Quando cresciam, porém, chegando ao limiar da adolescência, viviam pouco tempo e em grande sofrimento por causa de sua insensatez, pois não podiam conter em si os loucos excessos. E também não queriam servir aos imortais nem sacrificar nos sagrados altares dos bem-aventurados, o que é uma obrigação dos homens segundo a tradição. Então, Zeus, o filho de Crono, tomado de cólera os culpou por não honrarem os deuses bem-aventurados que habitam o Olimpo. Depois que a terra cobriu esta raça, os homens mortais os chamaram de bem-aventurados dos subterrâneos. Embora inferiores, eles ainda assim são acompanhados por honras. (p. 70)

[143 - 149] E Zeus, o Pai, criou **do bronze** uma terceira raça de homens mortais que em nada se assemelhava à de prata. Nascida dos freixos, ela era terrível e forte, mas somente se ocupava de violências e das lamentáveis obras de Ares. Esses homens não comiam trigo, e indomável era seu obstinado coração. A imensa força dos inúmeros braços, que se projetavam de seus ombros sobre os robustos membros, tornava-os invencíveis. (p. 71)

[150 - 155] Suas armas eram de bronze e de bronze suas casas. Trabalhavam com o bronze, pois não havia o negro ferro. Depois de sucumbirem por suas próprias mãos, dirigiam-se, anônimos, à úmida morada do temível Hades. Por mais terríveis que fossem, a negra morte os apanhou e eles deixaram a brilhante luz do sol. (p. 71)

[156 - 160] Assim que a terra cobriu também essa raça, Zeus, o filho de Crono, criou outra, a quarta sobre a fecunda terra. Era mais justa e virtuosa a raça divina de homens heróis chamados semideuses, a geração que nos antecedeu sobre a terra infinita. (p. 71)

[161 - 166] Alguns pereceram na guerra cruel, em luta terrível. Outros, junto a Tebas de Sete Portas, na terra cadmeia, morreram combatendo pelos rebanhos de Édipo.

Os demais foram levados para Troia, sobre o grande abismo do mar, por causa de Helena de belos cabelos. E ali a morte os envolveu. (p. 71 -72)

[167 - 173] A alguns, porém, Zeus Crônida, o Pai, concedeu vida e morada nos confins da terra, longe dos homens. Lá eles vivem com o coração tranquilo, na Ilha dos BemAventurados, junto ao Oceano de profundos redemoinhos. São os afortunados heróis, para os quais a generosa terra oferece, três vezes por ano, doces frutos em abundantes colheitas. Longe dos deuses imortais, Crono reina sobre eles com igual honra e glória lá permanece, pois o pai de homens e deuses o libertou. E Zeus, o que tudo vê, criou a quinta raça de homens, a que agora existe sobre a terra fecunda. (p.72)

[174 - 179] Quem me dera não ter de viver entre os homens da quinta raça. Melhor seria se houvesse **morrído antes ou nascido depois**, porque agora é a raça de ferro. Nunca deixarão de trabalhar e de sofrer durante o dia, definhando à noite. Os deuses lhe darão pesadas angústias, e para eles os bens virão misturados dos males. (p. 72)

[180 - 194] Mas Zeus também destruirá essa raça de homens mortais, assim que eles nasçam com as têmperas grisalhas. Nem o pai concordará com seus filhos, nem os filhos com o pai. nem os hóspedes com o hospedeiro, nem os companheiros com o companheiro. Irmão não estimará irmão, como era antes, e os filhos desonrarão seus pais. Irão insultá-los, assim que ficarem velhos, repreendendo-os com palavras ásperas e cruéis. Eles não retribuirão aos pais idosos os alimentos recebidos e, sem se importarem com o olhar dos deuses, tomarão a lei nas mãos, e um saqueará a cidade do outro. Não obterá favor algum aquele que cumpre seus juramentos, nem o justo, nem o bom. Mais honras receberam o insensato e o malfeitor. A justiça estará na força, e o respeito não existirá. O ignóbil lesará o mais nobre, proferindo palavras mentirosas e confirmando-as sob juramento. Todos os desafortunados homens serão acompanhados pela inveja maledicente que se alegra com o mal alheio, e pelos olhares maliciosos. (p. 72-73)

[195 - 201] Então, Aidos e Nêmesis envolverão o belo corpo deles em alvos véus e partirão da terra de vastos caminhos. irão juntar-se à estirpe dos imortais, no Olimpo, abandonando os homens e deixando apenas tristes sofrimentos para os mortais. E nenhuma defesa restará contra o mal. (p. 73)

[225 - 237] Para aqueles que ditam sentenças imparciais sem se afastar da justiça, tanto a estrangeiros como a conterrâneos, sua cidade floresce, o povo prospera, e sobre essa terra estende-se a paz que alimenta os jovens. A eles, Zeus, o que vê amplamente, não destina a dolorosa guerra. Nem a fome, nem a desgraça acompanham os homens justos que desfrutam em festins dos campos nos quais trabalham. E a terra lhes oferece muitos alimentos: no alto das montanhas, o carvalho carregado de glandes; nas encostas, as abelhas e as ovelhas de espessa lã, curvadas sob o peso de sua pelagem. As mulheres dão à luz crianças que se parecem com os pais e incessantemente desfrutam desses bens. E por se assim, eles não viajam em naus, pois a terra generosa lhes oferece seus frutos. (p. 74)

[327 - 334] Da mesma forma, quem faz mal a um suplicante ou a um hóspede, ou sobe ao leito de seu irmão para desfrutar em segredo das intimidades de sua esposa, age de forma desprezível. E aquele que prejudica crianças órfãs ou, por insensatez, ofende o pai ancião, no triste umbral da velhice, agredindo-o com palavras ásperas, desagrada ao próprio Zeus, que se irrita com as atitudes injustas e impõe árdua reparação. (p. 77)